

# Sumário

Número de notícias: 49 | Número de veículos: 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Combate ao contrabando no Brasil: estratégias em evolução (Artigo) ..... 5

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Primo de Elmar joga dinheiro pela janela após PF mirar emendas ..... 7

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Produtos mais caros em compras pela internet ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - FINANÇAS MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Uso de inteligência artificial por seguradoras torna o segmento ainda mais qualificado  
..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - FINANÇAS MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Risco fiscal é o que pode causar maior impacto, dizem instituições financeiras ..... 12

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Briga para subir juros a aposentados ..... 13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS publica regras para adesão de instituições financeiras ao cartão Meu INSS Vale+  
..... 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Idade mínima para se aposentar sobe em 2025. Calculadora do GLOBO mostra opções ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
SERVIDOR PÚBLICO

Os erros e acertos de Milei - ANDRÉS OPPENHEIMER ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Cirurgia de Lula não foi capaz de conter a pressão política ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso e ministros prestam solidariedade ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Irritação com emendas continua ..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ do Senado acelera rito para a reforma tributária ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Transição energética em debate ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo e Caiado não se entendem sobre PEC..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: preocupação com as pequenas empresas - CAPITAL S/A..... 29

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção de IR para salários de até R\$ 5 mil..... 31

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Muito foi feito e muito a fazer (Artigo)..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Partidos adiam negociações para reforma ministerial até Lula se recuperar de cirurgia -  
COLUNA DO ESTADÃO..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Congresso tem etiqueta de preço (Editorial)..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O que o governo propuser será visto como eleitoral"..... 37

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso deve aprovar pacote fiscal com urgência (Editorial)..... 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ do Senado deve votar hoje a Reforma Tributária..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Teto da tributária, candidato a ser furado - LU AIKO OTTA..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator apresenta parecer que regula reforma tributária..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara apoia parecer com restrições..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar e juros recuam em dia de alívio nos prêmios de risco..... 45

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Clima no Congresso e calendário criam risco de apagão orçamentário e de atraso no pacote de  
gastos..... 47

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado deve votar nesta quarta o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária  
..... 50

O GLOBO ONLINE - RJ - CULTURA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor das artes visuais espera garantir redução de alíquotas na votação da Reforma Tributária ..... 54

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão do Senado vota hoje regulamentação da Reforma Tributária; texto deve ir ao plenário em seguida ..... 56

VALOR ONLINE - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda do dia: Decisão do Copom e CPI nos EUA são destaque ..... 58

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inundação de produtos chineses baratos irrita aliados de Pequim do Sul Global ..... 60

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A estratégia dos sites estrangeiros, após nova "tributação das blusinhas" ..... 63

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Carne é a vilã da vez no IPCA, que bateu 4,87% ..... 65

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - NACIONAL  
ECONOMIA

Apesar da alta dos alimentos, IPCA desacelera em novembro ..... 67

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Em sua última reunião, Campos Neto deverá aumentar taxa de juros - MERCADO S/A ..... 68

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação desacelera em novembro, mas vai a 4,87% no acumulado de 12 meses ..... 70

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Crescem no mercado as apostas de alta de 1 ponto para Selic; decisão sai hoje ..... 72

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

No dia da decisão sobre juros, alcance da política monetária preocupa ..... 73

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Senado aprova indicados de Lula ao Banco Central ..... 75

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mínimo iria a R\$ 1.528, mas será menor com nova regra ..... 76

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Déficit estrutural avança apesar de regras fiscais ..... 77

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Câmara aprova PL da dívida dos Estados ..... 79

---

Quarta-Feira, 11 de Dezembro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

China continuará sendo o motor da economia global, diz Xi..... 80

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Mercado de capitais amplia oferta de crédito a empresas (Editorial)..... 81

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Grandes bancos esperam aceleração adicional no ritmo de aperto da Selic..... 83

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
POLÍTICA

Alckmin assume agenda; Haddad e Rui negociam com Congresso..... 85

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO  
POLÍTICA

Problema do governo não está na comunicação..... 87

# Combate ao contrabando no Brasil: estratégias em evolução (Artigo)

**SERGIO MORI Delegado da Polícia Federal, chefe da  
Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da PF**

Ao longo das últimas duas décadas, o contrabando no Brasil passou por transformações significativas. A experiência acumulada no enfrentamento do crime revelou uma mudança tanto nos produtos mais visados quanto nas estratégias utilizadas pelos criminosos.

Para um combate mais eficaz ao contrabando, é essencial reduzir os proveitos econômicos dos infratores. É o princípio da "descapitalização", que consiste em enfraquecer financeiramente organizações criminosas, dificultando suas operações. A apreensão de produtos ilícitos, como cigarros contrabandeados, bem como ativos adquiridos a partir dessa atividade delituosa, atinge em cheio o financiamento dos grupos criminosos, reduzindo sua capacidade de aportar recursos em outras atividades ilegais. Assim, a descapitalização se torna uma ferramenta poderosa para desarticular redes criminosas e enfraquecer a influência que exercem sobre o mercado ilegal.

Os cigarros ilícitos continuam sendo um dos maiores desafios no combate ao contrabando.

Além da grande demanda do mercado, eles são impulsionados por organizações criminosas que encontram nessas atividades uma fonte constante de recursos. Tradicionalmente, os contrabandistas buscam no Paraguai os cigarros que vendem no mercado brasileiro. O país vizinho possui uma indústria tabagista vigorosa que tem os consumidores brasileiros como grande mercado.

Nos últimos anos, a intensificação da fiscalização por parte da Polícia Federal (PF) e de outros órgãos públicos gerou resultados significativos, comprovados pelo aumento de apreensões em rotas tradicionais, tanto rodoviárias quanto fluviais. No entanto, os criminosos têm diversificado suas estratégias, explorando novas rotas de entrada no Brasil. Entre elas, destaca-se a via marítima, que tem se tornado cada vez mais relevante para o transporte de cigarros ilegais. Essa rota atende, especialmente, às regiões Norte e Nordeste do país, onde a fiscalização enfrenta desafios logísticos.

Além das rotas de contrabando, a fabricação clandestina de cigarros dentro do Brasil tem crescido de forma preocupante. Seja por meio de indústrias autorizadas, que produzem de forma irregular sem o devido recolhimento de **tributos** (chamadas devedoras contumazes), seja por meio de fábricas clandestinas, que operam de forma totalmente ilegal e muitas vezes imitam as marcas paraguaias, numa tentativa de abocanhar o espaço conquistado pelos contrabandistas.

Desde que esse fenômeno foi identificado no final da primeira década deste século, o número de fábricas fechadas multiplicou-se. Entre os anos de 2007 e 2024, operações das polícias Federal, Civil ou Militar, com apoio da **Receita Federal** e Receitas Estaduais, fecharam mais de 30 fábricas ilegais. Sete delas apenas neste ano. O problema representa um grande prejuízo para o Brasil. Além do evidente impacto na arrecadação de **tributos**, há um rastro de delitos colaterais, como a exploração de mão de obra em condição análoga à escravidão, formação de organizações criminosas, ameaça contra concorrentes, lavagem de dinheiro etc.

Outro ponto importante a ser destacado é que, muitas vezes, o contrabando não é visto como uma ameaça à sociedade. No entanto, essa percepção ignora a ligação direta entre o comércio ilegal e a atuação de grupos criminosos violentos que dominam territórios e não hesitam em explorar outras atividades delituosas.

Além disso, observa-se uma diversificação nos produtos contrabandeados. A crescente demanda por cigarros eletrônicos, especialmente entre jovens, evidencia como o mercado ilegal se adapta rapidamente às novas tendências de consumo. Proibidos no Brasil, esses produtos são altamente lucrativos e fáceis de transportar, oferecendo novas oportunidades para os contrabandistas.

Em síntese, é preciso enfrentar o contrabando de forma multifatorial, com investimento em fiscalização, aplicação de medidas que tornem o crime menos atrativo financeiramente ao mesmo tempo em que reduzam a demanda pelas mercadorias ilícitas. A colaboração entre governo, os órgãos de segurança pública e a sociedade é o caminho mais eficaz para proteger o consumidor brasileiro e enfraquecer as estruturas do crime organizado. Sem medidas

integradas, o contrabando continuará evoluindo, explorando as vulnerabilidades do sistema e comprometendo a arrecadação e, principalmente, a segurança dos brasileiros.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/index.php?id=/login.php>**

# Primo de Elmar joga dinheiro pela janela após PF mirar emendas

**EDUARDO GONÇALVES**  
eduardo.goncalves@oglobo.com.br BRASÍLIA

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram ontem uma operação para desarticular um esquema de desvio de dinheiro de emendas parlamentares destinadas ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). A PF cumpriu ao todo 17 mandados de prisão preventiva. Entre os alvos está o vereador Francisquinho Nascimento (União), o ex-chefe do Dnocs na Bahia Lucas Lobão, e três empresários que mantêm contratos públicos com prefeituras baianas.

Francisquinho é primo do deputado federal Elmar Nascimento, líder do União Brasil na Câmara dos Deputados. O parlamentar não é investigado. Antes de ser vereador, Francisquinho foi secretário-executivo da prefeitura de Campo Formoso (BA), comandada pelo irmão de Elmar, o prefeito Elmo Nascimento (União).

Batizada de Overclean, a operação apura a suspeita de um desvio de R\$ 1,4 bilhão em contratos públicos. "Apenas em 2024, (o grupo) celebrou contratos no valor de R\$ 825 milhões", diz nota publicada pela CGU, que informou ter identificado um "superfaturamento parcial" de mais de 8 milhões em contratos do Dnocs.

A PF apreendeu mais de um milhão em dinheiro vivo durante os mandados de busca e apreensão - cerca de R\$ 700 mil estavam na posse de um empresário e outra parte do total foi encontrada com o vereador Francisquinho. Antes de ser preso, ele lançou uma sacola com R\$ 220.150 pela janela. A PF recuperou o montante. O episódio foi revelado pela coluna de Camila Bom-fim, do g1, e confirmado pelo GLOBO.

A investigação contou com o apoio do Ministério Público Federal, **Receita Federal** e da Agência Americana de Investigações de Segurança Interna (Home" land Security Investigations-HSI).

## ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Os investigadores descobriram que uma organização criminosa estava utilizando um esquema estruturado para desviar recursos públicos. Esses recursos, provenientes de emendas parlamentares e convênios, eram direcionados para empresas e indivíduos ligados

a administrações municipais.

-Esses processos licitatórios consequentemente geravam contratos fraudulentos e superfaturados, que, posteriormente, tínhamos obras feitas de forma insatisfatória e, muitas vezes, não realizadas -disse o delegado da PF, Tiago dos Santos Souza, ao Jornal Nacional.

A **Receita Federal** informou ainda que as investigações apontaram que a lavagem de dinheiro era realizada de forma "altamente sofisticada", incluindo o uso de empresas de fachada controladas por "laranjas", que movimentavam os recursos ilícitos, e empresas com grande fluxo financeiro em espécie, utilizadas para dissimular a origem dos valores desviados.

Além dos 17 mandados de prisão preventiva, a operação efetuou 43 mandados de busca e apreensão nos estados da Bahia, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

220 mil REAIS Estavam na sacola arremessada pela janela pelo vereador eleito em Campo Formoso (BA)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Produtos mais caros em compras pela internet

**Gustavo Andrade**

Estados anunciaram acordo para elevar a alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17% para 20% sobre as encomendas internacionais, com validade a partir de abril de 2025. A mudança deve até dobrar a tributação sobre os produtos importados e aumentar o custo para os consumidores, segundo empresas chinesas.

Além da alíquota de ICMS estadual, as encomendas internacionais de até US\$ 50 também são taxadas com mais 20% relativos ao imposto de importação, cobrança que começou a ser feita em agosto deste ano. O anúncio ocorre após nova pressão do varejo nacional, que em geral paga mais de 17% sobre os produtos que vende no País.

O economista Ricardo Paixão destacou que a mudança vai fazer com que o valor do produto se eleve, podendo alcançar 50%.

"É importante destacar que esses produtos importados já pagam o ICMS mais o imposto de importação. São dois **impostos** juntos que se incide sobre os produtos importados. A carga tributária combinada era de 44,5%, com o ICMS em 17%. Com esse aumento, ela pode chegar em até 50% da sua alíquota", explicou.

Uma peça de roupa que custava R\$ 100, por exemplo, passaria a ser R\$ 144,50, e com o aumento da alíquota do ICMS, passará a custar R\$ 150, exemplificou o economista.

Segundo o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), "essa mudança reforça o compromisso dos estados com o desenvolvimento da indústria e do comércio nacional, promovendo uma tributação mais justa e contribuindo para a proteção do mercado interno frente aos desafios de um cenário globalizado".

Já a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), informou que a decisão "visa alinhar o tratamento tributário aplicado às importações ao praticado para bens comercializados no mercado interno. Nos estados onde a alíquota modal atual é inferior a 20%, sua implementação está condicionada à aprovação pelas Assembléias Legislativas. Esse é o caso do

Estado, que aplica hoje uma alíquota de 17%".

A Sefaz também informou que está avaliando os possíveis impactos da uniformização para o Estado e ressalta que, até o momento, não há uma decisão definitiva sobre o tema.

SHOPEE E SHEIN são algumas plataformas com transações internacionais

ENTENDA

Extra de 20% em item até US\$ 50

Como é hoje?

AS IMPORTAÇÕES realizadas a partir do Regime de Tributação Simplificada (RTS) são tributadas pelo ICMS, que atualmente tem alíquota uniforme de 17%, independentemente de a compra ser efetuada em sites certificados pela **Receita Federal** no Programa Remessa Conforme ou não.

O RTS vale para a importação de encomendas internacionais com valor aduaneiro (soma dos bens frete seguro) de até US\$ 3.000, destinados a pessoas físicas e jurídicas.

ALÉM DO ICMS, as compras internacionais feitas em e-commerces de Remessa Conforme e destinadas a pessoas físicas pagam também o Imposto de Importação (a "taxa da blusinha"), alterado em agosto desse ano. Para compras em que o valor aduaneiro for de até US\$ 50 (cerca de R\$ 303,17 considerando a cotação atual do dólar), a alíquota é de 20%. Já quando o valor for maior que US\$ 50, a alíquota é de 60%.

Como vai ser?

A DECISÃO dos estados definiu que a partir de 1º de abril de 2025, o ICMS

será uniformizado em 20% para esse tipo de compra on-line. Assim, consumidores irão pagar o Imposto de Importação - que pode ser de 20% ou 60%. a depender do valor da compra - mais 20% de ICMS.

EMPRESAS Shein e AliExpress afirmam que o aumento do ICMS deve elevar em até 100% a

tributação sobre produtos importados. Uma peça de roupa que custa R\$ 100 e tem carga tributária de R\$ 44.50. com valor total final de compra de R\$ 144,50 poderá passar a custar R\$ 150.

COMPRA pela internet: custos

Fonte: Ricardo Paixão e Agência O Globo.

Importadoras reclamam e varejo defende mudanças

As empresas chinesas demonstraram preocupação com o aumento no ICMS de compras internacionais pela internet. A Shein, por exemplo, disse que "a decisão impacta desproporcionalmente as populações mais vulneráveis do Brasil, que dependem de produtos internacionais acessíveis para suprir suas necessidades".

A AliExpress informou que "o aumento da alíquota do ICMS para 20% eleva a carga tributária efetiva para produtos acima de US\$ 50 para 50% e dobraria o imposto sobre itens acima desse valor, chegando a 100%".

Por outro lado, o varejo nacional defende a mudança. O presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, afirmou que a carga tributária a que são submetidos os produtos nacionais é muito maior, chegando a 90%.

Ele argumentou que o aumento do ICMS a partir de abril "não deverá ter impacto significativo nas importações cross-border".

"Porém é importante salientar

que é mais uma passo em direção à isonomia tributária", disse Gonçalves Filho.

O vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (Fecomércio-ES), José Carlos Bergamin, disse que defende o aumento do ICMS, já que a carga tributária entre a produção nacional e as importações de até U\$S 50 é muito maior.

BERGAMIN é a favor da tributação

# Uso de inteligência artificial por seguradoras torna o segmento ainda mais qualificado

**WELLINGTON RAMALHOSO**

A inteligência artificial tem avançado nas empresas brasileiras de seguros, mas o universo de possibilidades dessa tecnologia permite imaginar um uso mais disseminado, com a exploração de seus potenciais.

Como o setor de seguros é extremamente vinculado à análise de dados, o envolvimento com a IA tende a se expandir e provocar grandes impactos nos próximos anos.

As seguradoras trabalham, por ofício, com informações dos históricos de bens e pessoas, por exemplo, e procuram analisar, em cima desses dados, os riscos futuros que envolvem aquilo que pode ser objeto de uma apólice. A aceleração do uso da inteligência artificial deve tornar mais rápidas e precisas essas análises feitas em grandes bases de informações, deve incrementar o cálculo de preços e aprofundar o detalhamento das condições de cobertura dos seguros, além de agilizar processos internos que podem aumentar a satisfação dos clientes.

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) divulgou neste mês seu primeiro estudo sobre inovação no mercado de seguros, saúde suplementar, **previdência complementar** e capitalização. Ele apontou que os investimentos do setor em inovação devem saltar de R\$ 16,7 bilhões no ano passado para quase R\$ 20 bilhões em 2024 (mais informações nesta página).

Uma das principais vertentes desses investimentos é em automação e agilidade com o uso de inteligência artificial.

De acordo com o estudo, desenvolvido em parceria com a consultoria Capgemini, as empresas têm buscado, com os recursos investidos em IA neste ano, melhorar os processos de otimização de sinistros, de emissão de apólices e de atendimento ao cliente.

Elas procuraram alcançar resultados como a redução de custos, ter maior rapidez e eficiência operacional. Levando em conta os investimentos de inovação como um todo, 84% das empresas que participaram do estudo disseram ter atingido as expectativas na

melhoria da experiência do cliente e 56% afirmaram que alcançaram as expectativas de ganhos financeiros.

"A inteligência artificial é empregada em várias etapas e processos de uma seguradora, em questões relacionadas ao atendimento ao cliente, como os chatbots, e em vistorias para seguros. Também em questões relacionadas à análise de sinistro e análise de documentos", diz Alexandre Leal, diretor técnico de Estudos e Relações Regulatórias da CNSeg.

MARGEM. Segundo Alessandra Montini, diretora do LabData e professora da FIA Business School, os estágios das empresas de seguros do País no uso de inteligência artificial são diversos e o setor, como um todo, "tem muita margem para avançar" na adoção dessa tecnologia, o que aumentaria a eficiência e ampliaria os ganhos.

"O setor de seguros pode colocar a IA em várias pontas do processo. Na ocorrência de um sinistro, por exemplo, em um futuro próximo, todas as empresas de seguros vão trabalhar com inteligência artificial para acelerar a vida do cliente", avalia.

Ela cita como exemplo um acidente de carro. Se o segurado consegue fazer um vídeo do veículo danificado e o envia ao atendimento da seguradora, a IA é capaz de analisar as imagens e providenciar o andamento do processo com agilidade.

Em pouco tempo, ela tem condições de estimar o custo dos danos, verificar a oficina onde o reparo pode ser realizado e enviar um guincho ao local do acidente para que o veículo seja levado para o conserto.

Leal também prevê o incremento do uso de inteligência artificial no setor. Um campo em que se pode avançar, de acordo com ele, é o da subscrição, a análise de riscos que envolvem o objeto de uma apólice de seguro. "Vejo boas perspectivas de utilização mais aprofundada de IA no processo de subscrição. A IA pode ajudar a seguradora a dar um preço mais adequado ao risco que ela está assumindo. Seria uma evolução natural em função de várias empresas já terem investido em ferramentas de big data e de análise de dados." Alessandra explica que a IA pode transformar esse processo ao analisar dados em grande escala, elaborar modelos preditivos

e fazer avaliações de riscos personalizadas.

Com isso, a seguradora teria melhores condições de decidir se, para ela, vale a pena ou não fazer a apólice para o potencial cliente e também de calcular o preço do seguro.

A IA, lembra a professora, é capaz de, em tempo real, "identificar padrões e tendências que humanos poderiam não perceber" ao analisar "dados de sinistros, informações demográficas e condições meteorológicas, entre outros".

"Algoritmos de aprendizado de máquina podem prever a probabilidade de eventos de risco, como acidentes ou desastres naturais, com base em dados históricos. Isso permite que as seguradoras ajustem suas apólices e preços de forma mais precisa", afirma a professora da FIA Business School a respeito dos modelos preditivos.

"A IA pode analisar o perfil individual de cada cliente, considerando fatores específicos como histórico de saúde, hábitos de direção e localização geográfica. Isso resulta em uma avaliação de risco mais precisa e personalizada", explica Alessandra.

**COMBATE ÀS FRAUDES.** Segundo Alexandre Leal, outra aplicação em que a IA tem "muito futuro" no setor de seguros é o da detecção de fraudes. "As empresas buscam entender o comportamento dos fraudadores, se têm indícios e antecedentes de que aquele segurado pode cometer uma fraude." Alessandra afirma que os algoritmos da IA podem realizar uma série de tarefas para combater fraudes, como avaliar o perfil do cliente, prever comportamentos fraudulentos ao analisar dados históricos e identificar tendências, monitorar o bem segurado em tempo real, detectar padrões suspeitos, verificar a autenticidade de documentos e apontar sinistros falsos ou exagerados.

Esse conjunto de tarefas possui, segundo a professora da FIA, o potencial de fazer com que as seguradoras tomem, inclusive, medidas preventivas antes que a fraude ocorra.

Como em outros setores de finanças, a análise de dados por parte das seguradoras requer dois cuidados fundamentais, segundo Alexandre Leal.

Um cuidado é com a proteção aos dados pessoais dos clientes, resguardada pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O outro é com a escolha dos dados e o resultado da análise.

O risco, neste caso, seria a IA tomar decisões ou fazer recomendações distorcidas ou discriminatórias.

"Tem que ter cuidado para que não sejam dados que tenham algum tipo de viés porque a resposta da inteligência artificial também tenderá a ser enviesada", diz o diretor da CNSeg.

"Algoritmos de aprendizado de máquina podem prever a probabilidade de eventos de risco" Alessandra Montini LabData

Produtividade IA traz mais eficiência para análise de banco de dados e agiliza processos internos nas empresas

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Risco fiscal é o que pode causar maior impacto, dizem instituições financeiras

**CÍCERO COTRIM BRASÍLIA**

Instituições financeiras (IFs) do Brasil veem os riscos fiscais como os mais importantes para a estabilidade financeira, segundo a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) do quarto trimestre, divulgada na semana passada pelo Banco Central (BC). A proporção dos que citaram o fiscal como maior risco aumentou de 41% em agosto para 42% em novembro.

"Os riscos preponderantes são os fiscais, sendo os mais citados como o risco mais importante e tendo o maior impacto esperado médio, destacando-se preocupações com a sustentabilidade da dívida pública e o arcabouço fiscal e seus impactos nos preços de ativos e na política monetária", informou o BC, no relatório de divulgação da PEF.

A probabilidade de materialização do risco fiscal é considerada "média-alta", segundo a metodologia da PEF. O impacto esperado para o Sistema Financeiro Nacional (SFN) no caso da sua materialização é "alto".

A percepção de risco no cenário internacional também cresceu, com 27% das IFs pesquisadas citando essa como a principal preocupação, cinco pontos percentuais a mais do que em agosto. A probabilidade de materialização desse risco também é considerada "média-alta", e o eventual impacto, "alto".

"Os riscos do cenário internacional ganharam maior relevância, aumentando as preocupações associadas às eleições nos Estados Unidos e persistindo preocupações com escalada dos conflitos geopolíticos, crescimento da economia chinesa e política monetária e atividade econômica nos Estados Unidos", diz o texto.

Em terceiro lugar na lista de principais riscos, aparecem inadimplência e atividade (estável em 12%), **inflação** doméstica (5% para 3%), riscos de liquidez (estável em 3%) e demais riscos (16% para 13%).

A probabilidade de ocorrência de um risco de atividade ou inadimplência cresceu, "refletindo preocupações com alavancagem e inadimplência de famílias e empresas e impactos do aperto monetário", diz o BC.

SONDAGEM. De acordo com o BC, a pesquisa tem o objetivo de captar a percepção das instituições

financeiras sobre a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN), incluindo riscos prospectivos, confiança na estabilidade e avaliação sobre os ciclos econômico e financeiro.

Desde o final de 2022, a sondagem passou a incorporar, além das instituições reguladas pelo BC, as reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Briga para subir juros a aposentados

## BRASÍLIA

A definição do teto das taxas de juros do crédito consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) virou alvo de disputa no Supremo Tribunal Federal (STF).

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que representa instituições de médio porte, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para questionar se o órgão tem o direito de estabelecer esses limites.

A queixa pela liberdade de cobrar juros maiores nos empréstimos a aposentados já é antiga e vem desde o anúncio do limite pelo ministro Paulo Lupi, ainda em 2023.

A associação, que representa bancos de medio porte, argumenta que a lei não permite ao **INSS** fixar os tetos das taxas. Para ABBC, essa responsabilidade cabe exclusivamente ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

"De acordo com análise da legislação, desde 2006, o **INSS** vem atribuindo a si próprio, de forma indevida, a competência para determinar o limite de juros do consignado, a despeito do caráter técnico e da vocação legal e constitucional atribuída aos órgãos que regulamentam o Sistema Financeiro para a fixação de tetos de juros", disse a associação, em nota.

O crédito consignado é amplamente utilizado por aposentados e pensionistas do **INSS**. Com desconto direto no benefício, permite comprometer até 45% da renda mensal - 35% no empréstimo pessoal, 5% no cartão de crédito e 5% no cartão de benefício. O prazo para pagamento pode chegar a 84 meses (sete anos).

Atualmente, 70 instituições financeiras estão conveniadas à Previdência para operar o consignado, 41 para o cartão de crédito e 24 para o cartão de benefício.

Sob o comando de Lupi, o Ministério da **Previdência Social** tem ajustado os juros do consignado sempre que a Selic (taxa básica da economia) cai. A medida busca baratear o crédito para aposentados e pensionistas, mas desagradou aos bancos. Em alguns casos, as instituições suspenderam a oferta do consignado.

"Muitos dos nossos (bancos) associados já estão sendo obrigados a suspender as operações por total inviabilidade econômica frente aos custos. A consequência é que a oferta desta importante linha de crédito está sendo impactada, o que poderá resultar em busca de linhas mais caras por parte dos aposentados, por exemplo", declarou a ABBC.

## Pedida agilidade para subir taxas

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) criticou também a demora do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) em reajustar os tetos quando a Selic aumenta, o que afeta o equilíbrio financeiro das operações.

O Ministério da Previdência rebateu as críticas e defendeu as mudanças realizadas. Em nota, o órgão afirmou que as alterações geraram benefícios diretos aos aposentados e pensionistas.

"Isso tem provocado um efeito positivo na tomada de crédito inicial mais barato e, de modo mais significativo, na portabilidade e no refinanciamento dos contratos, com condições mais vantajosas que as vigentes anteriormente", disse.

## JUROS

Na véspera da última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o mercado financeiro revisou novamente as expectativas para a taxa Selic no final deste ano. Até a semana passada, a previsão era de um aumento de 0,5 ponto percentual, mas a percepção de que o Banco Central deve promover um remédio mais intenso em um período de tempo mais curto ganhou força entre analistas de investimentos.

Desta forma, o Boletim Focus revisou para 12% a previsão para a taxa de juros no final do ano, o que indica que a maioria dos agentes de mercado consultados acreditam em uma alta de 0,75 ponto.

No final de 2025, o mercado espera uma Selic de 13,50%, enquanto que para 2026 e 2027, aguardam taxas de juros de 11% e 10%, respectivamente.

## BANCO

CENTRAL deve, segundo analistas, aumentar a taxa Selic para 12% ao ano. com alta de 0.75 ponto percentual

CARTÃO DO **INSS**: modalidade de empréstimo com desconto diretamente no benefício, na folha de pagamento

# INSS publica regras para adesão de instituições financeiras ao cartão Meu INSS Vale+

**Júlia Galvão**

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) publicou as regras que determinam como instituições financeiras podem oferecer o cartão Meu **INSS** Vale+, que permite a antecipação de até R\$ 150 da aposentadoria, mas determina que o valor não poderá ser utilizado em bets .

Os bancos que decidirem aderir à nova modalidade não poderão cobrar juros ou taxa de emissão para do cartão, que será utilizado exclusivamente para a antecipação de parcela da aposentadoria ou pensão. A principal regra é liberação mediante biometria, para evitar fraudes.

As instituições financeiras que desejam oferecer o cartão deverão firmar ACT (Acordo de Cooperação Técnica) com o **INSS** e contrato com a Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência).

É necessário fornecer aos dois órgãos as seguintes informações antes de fechar o contrato: data do primeiro desconto, valor liberado como antecipação de benefício ao cliente (não podendo ultrapassar o limite estabelecido) e contratos de antecipação assinados com biometria.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O valor da antecipação será liberado em até cinco dias úteis da contratação. Para aqueles que recebem mais de um benefício, a antecipação poderá ser contratada em cada um deles. Se o benefício for cortado antes da quitação da parcela que foi antecipada, a instituição financeira ficará com o prejuízo da operação.

Além do próprio beneficiário, a antecipação também poderá ser solicitada por representante legal ou procurador legalmente constituídos.

Segundo o **INSS**, aqueles que manifestarem interesse e firmarem **ACT** terão 30 dias para implementar as

determinações após a disponibilização dos manuais e descritores dos serviços pela Dataprev. É possível que esse prazo seja prorrogado por mais 30 dias, mas será necessário comprovar justificativa para os atrasos e dificuldades de adequação do sistema.

O cartão deve ser emitido:

Para garantir que os valores não estarão sendo utilizados em jogos de aposta, o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, afirmou que será feito um acompanhamento criterioso nos primeiros três meses da medida para entender o seu funcionamento.

Os titulares de benefícios poderão antecipar valores desde que:

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/inss-publica-regras-para-adesao-de-instituicoes-financeiras-ao-cartao-meu-inss-vale.shtml>

# Idade mínima para se aposentar sobe em 2025. Calculadora do GLOBO mostra opções

A partir de janeiro, a exigência de idade mínima para se aposentar vai aumentar: será de 64 anos para homens e de 59 anos para mulheres. A Reforma da Previdência de 2019 previu regras de transição que ficam mais rígidas a cada virada de ano. Uma dessas regras é a exigência de idade mínima e de tempo de contribuição - no caso de 35 anos para homens e de 30 para mulheres. Calculadora do GLOBO permite checar qual é a melhor opção para se aposentar para quem começou a trabalhar antes de 2019, confira:

Qual regra é mais vantajosa?

A Reforma da **Previdência Social**, aprovada há cinco anos, instituiu regras de transição para quem já estava trabalhando antes de 13 de novembro de 2019, quando foi promulgada a mudança no sistema de aposentadoria brasileiro. Uma delas é a idade mínima progressiva.

As alterações valerem tanto para o mercado formal do setor privado quanto para o serviço público federal. A cada ano, essas regras vão se tornando mais restritivas.

A calculadora do GLOBO mostra, para cada trabalhador, de acordo com o ano em que começou a trabalhar (ou seja, seu tempo de contribuição), sua idade atual e gênero, as regras mais vantajosas para se aposentar.

Cada trabalhador pode checar qual é a melhor opção no seu caso. Em alguns casos, são até quatro regras possíveis de transição.

O resultado mostra o tempo que falta para se aposentar e qual será o percentual do benefício em cada uma das modalidades possíveis de aposentadoria. E sinaliza qual das regras vai proporcionar um ganho maior e qual vai permitir que o trabalhador se aposente em menos tempo com o maior valor de aposentadoria.

Clicando em cada uma das respostas, o trabalhador pode entender melhor as regras e saber quanto receberia e em quanto tempo se aposentaria caso a caso.

## Idade mínima progressiva

A Reforma da Previdência fixou idade mínima para se aposentar de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres. Mas, para quem já estava no mercado de trabalho quando a reforma foi promulgada, em 2019, foi criada uma escadinha, com a exigência de idade mínima subindo gradualmente a cada ano.

Em 2024, esta idade mínima é de 58 anos e meio para mulheres e de 63 anos e meio para homens. A exigência aumenta em seis meses a cada virada de ano. Assim, será de 59 anos para mulheres e de 64 anos para homens em 2025.

E, a cada virada de ano, a exigência aumenta, até chegar aos 62 anos para as mulheres em 2031 e os 65 anos para os homens em 2027 - quando então ambos cumprirão a mesma regra válida para os brasileiros que começaram a trabalhar após a promulgação da reforma.

Lembrando que, além da idade necessária, é preciso cumprir um tempo mínimo de contribuição, de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Na calculadora do GLOBO, é possível fazer essa simulação.

## Diferença para a simulação do **INSS**

O **INSS** também ofereceu ao trabalhador uma simulação de aposentadoria. Basta estar logado no gov.br e clicar na opção Simular Aposentadoria. Mas a ferramenta do **INSS** mostra as exigências e quanto tempo falta para se aposentar pelas regras atuais, ou seja, pelos parâmetros de idade mínima e sistema de pontos previstos para o atual momento.

Ou seja, ao consultar o simulador do **INSS** em 2024, o trabalhador consegue ver qual idade e quanto tempo de contribuição ele precisaria ter em 2024 para se aposentar em 2024. No ano que vem, esse simulador será atualizado para as regras de 2025 e assim por diante. É uma simulação do momento presente.

A ferramenta do GLOBO projeta as exigências para o

futuro, já que a Reforma da Previdência criou uma escadinha, com parâmetros cada vez mais rígidos nas regras de transição a cada ano. Ou seja, a calculadora do GLOBO mostra quanto tempo falta, de fato, de contribuição e idade para o trabalhador se aposentar considerando que, em 2025, as regras serão mais rígidas, em 2026, a exigência seria ainda maior e, assim por diante.

A ferramenta faz um cálculo efetivo, já considerando as regras no futuro, e mostra com precisão quando será possível pedir a aposentadoria e em que condições.

### **Servidores públicos** e professores

A calculadora do GLOBO também mostra as regras para os **servidores públicos** e para os professores, que são diferentes das aplicadas aos demais trabalhadores.

#### Sistema de pontos

Além da idade mínima progressiva, uma outra regra de transição que se aplica à maioria dos trabalhadores é a do sistema de pontos.

Funciona assim: cada ano de recolhimento ao **INSS** corresponde a um ponto, enquanto cada ano a mais de idade vale outro. Portanto, a cada ano, o contribuinte soma dois pontos: um pela idade e outro pelo tempo de contribuição. A soma da idade e do tempo de contribuição tem que ser igual à da tabela, para o trabalhador poder requerer a aposentadoria.

Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de 86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Esses patamares avançam anualmente. Em 2025, serão de 92 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

Em 2028, a pontuação alcançará o limite de 105 pontos para os homens, sem novos aumentos. Cinco anos depois, em 2033, é a vez das mulheres, no limite de 100 pontos.

Na calculadora do GLOBO, basta inserir a sua idade e o seu tempo de contribuição para saber quanto tempo falta para você se aposentar por essa regra e pelas demais.

#### Outras regras para o setor privado

Para quem tem mais de 60 anos (homens) ou 57 anos (mulheres), outra regra possível para a aposentadoria é a do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição - ou seja, tem que cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que trabalhar antes da

reforma. São 35 anos de tempo de contribuição para homens e 30 para mulheres.

A última regra é a de aposentadoria por idade, que exige porém um mínimo de 15 anos de contribuição, mas que costuma ser mais vantajosa para quem não conseguiu se manter no mercado de trabalho contribuindo regularmente ao **INSS** de forma contínua. Para isso, a mulher precisa ter 62 anos e o homem, 65 anos.

#### Cálculo do benefício

O valor da aposentadoria pelo **INSS** será sempre limitada ao teto do setor privado, atualmente em R\$ 7.786,02.

O cálculo começa com 60% do valor a que o trabalhador teria direito, de acordo com o salário que contribuiu durante seu tempo de trabalho, aos 20 anos de contribuição, para os homens e 15 anos para a mulher. Depois vai subindo dois pontos percentuais a cada ano a mais de contribuição até alcançar 100%. E isso vale para todas as regras de transição do setor privado.

#### O que vale mais a pena?

A melhor regra de transição para se aposentar varia caso a caso. Por exemplo, em 2024, um homem de 55 anos que começou a trabalhar com carteira assinada aos 18 anos se encaixa nas quatro regras de transição previstas na reforma. A calculadora do GLOBO indica que ele já pode se aposentar, caso opte pelo pedágio de 100%, recebendo o total do benefício limitado ao teto do **INSS**, que atualmente está em R\$ 7.786,02.

Uma mulher de 45 anos que tenha começado a trabalhar aos 23 anos pode optar por quatro das regras de transição. A calculadora do GLOBO mostra que, neste caso, a melhor regra, tanto considerando o valor do benefício como o tempo que é preciso esperar até a aposentadoria, é no pedágio de 100%, o que exige o dobro do tempo de contribuição que seria necessário antes da reforma. Dessa maneira, poderá se aposentar em 16 anos, em 2040.

### **Servidores públicos** e professores

A Reforma da Previdência alcançou os funcionários públicos. Nesse caso, há duas regras de transição: uma pelo sistema de pontos e outra pelo pedágio de 100%. A calculadora do GLOBO também faz simulações sobre tempo da aposentadoria para os servidores. Nesse caso, se uma servidora de 35 anos, que começou a trabalhar em 2008 e entrou para o serviço público em 2010, poderá se aposentar com a totalidade do benefício a que tem direito em 2049, aos

60 anos.

A calculadora também mostra como fica a situação dos professores tanto na rede privada quanto na pública. Uma professora de 45 anos, que começou a trabalhar aos 24 anos em sala de aula em escola privada vai conseguir se aposentar em 2036, aos 58 anos, ganhando 96% do benefício a que tem direito. Precisaria trabalhar por mais dois anos para conseguir a aposentadoria integral pela regra de idade e contribuição.

Se for um professor da rede pública, também com 45 anos e começando a dar aulas na rede pública aos 24 anos, vai se aposentar com o benefício integral em 2041, aos 62 anos. E como ele começou a trabalhar antes em 2003, terá direito ao último salário e aos reajustes que os professores na ativa tiverem.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/11/idade-minima-para-se-aposentar-sobe-em-2025-calculadora-do-globo-mostra-opcoes.ghtml>**

# Os erros e acertos de Milei - ANDRÉS OPPENHEIMER

**ANDRÉS OPPENHEIMER**

Andrés Oppenheimer É COLUNISTA DO " MIAMI HERALD", APRESENTADOR DO PROGRAMA "OPPENHEIMER APRESENTA" NA CNN EM ESPANHOL

Um ano depois de tomar posse, o excêntrico Javier Milei, o primeiro líder estrangeiro a reunir-se com o presidente eleito Donald Trump após as eleições americanas, pode ser criticado por várias coisas. Mas, até aqui, seus êxitos têm superado seus fracassos.

Milei, um economista do livre-mercado que se descreve como "libertário", está conseguindo reverter a **inflação** desenfreada que herdou dos desastrosos governos peronistas.

Na semana anterior à sua posse, em 10 de dezembro de 2023, a **inflação** caminhava para um índice anualizado de 3.700%, segundo Milei. Hoje, ela baixou para uma taxa anual de 107% e tudo indica que continuará a cair.

Certamente, o sucesso de Milei na redução da **inflação** tem um grande custo social.

Seus cortes drásticos nas despesas públicas, incluindo a demissão de 33 mil funcionários públicos, fizeram com que a pobreza atingisse 53% da população em meados do ano. Mas a pobreza começou a diminuir no segundo semestre e já está abaixo dos 50%, segundo estimativas oficiais.

A maioria dos economistas concorda que o pior do ajuste já passou. O FMI prevê que a economia do país encolha 3,5% este ano e cresça 5% no próximo.

Na política externa, Milei merece crédito por chamar abertamente os presidentes de Venezuela, Cuba e Nicarágua de ditadores. Milei diz que seus dois principais aliados no mundo são EUA e Israel.

Talvez a principal conquista de Milei tenha sido começar a reverter décadas de engano por parte de governos populistas, que faziam os argentinos acreditarem que o país poderia crescer e reduzir a pobreza sem atrair investimentos.

PERSPECTIVA. O que deveria nos deixar nervosos

sobre ele?

Em primeiro lugar, sua visão de um mundo dividido entre países conservadores e "comunistas", em vez de democracias e autocracias. Milei está certo em atacar ditadores de esquerda, mas erra ao elogiar autocratas de direita, como o húngaro Viktor Orbán.

Milei deveria criticar autocratas de todos os lados da política, porque não existe algo como um bom ditador. Talvez a amizade dele com Trump e Elon Musk o ajude a levar investimentos para a Argentina.

O perigo é que ele fique tentado a seguir os passos de alguns dos seus amigos da direita autoritária e viole as regras democráticas.

Até agora, Milei corrigiu a economia sem fazer isso.

Portanto, o balanço geral do seu primeiro ano é positivo. Se permanecer dentro dos trilhos da democracia, poderá se tornar um grande presidente.

Se Milei permanecer dentro dos trilhos da democracia, poderá se tornar um grande presidente

TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Cirurgia de Lula não foi capaz de conter a pressão política

**Maria Cristina Fernandes De São Paulo**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a se queixar de dor de cabeça no início da tarde da segunda-feira. Os sintomas, posteriormente descritos por seu médico, Roberto Kalil Filho, como de "estado gripal", não o impediram de receber os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Palácio do Planalto, às 17h.

A reunião, que não estava na agenda, foi convocada em função da trava nas votações do Congresso evidenciada pelo adiamento da leitura do relatório da regulamentação da **reforma tributária** às 16h na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Além de Lula e dos dois parlamentares, participaram o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O presidente queixou-se de dor de cabeça na reunião, que acabou às 18h. Saiu de lá diretamente para a unidade do hospital Sírio Libanês em Brasília. Lá fez ressonância magnética e tomografia. Na entrevista dos médicos que o atenderam há dois meses, quando de sua queda no banheiro, e da cirurgia desta terça, o diagnóstico foi o de que se rompeu a cápsula do hematoma decorrente da queda.

O hematoma não se formou na nuca impactada pela queda, mas na região posterior do cérebro. Tinha três centímetros e migrou em função da chacoalhada na cabeça, explicou o cirurgião Marcos Stavale, aquele que, no pelotão de médicos que respondeu às perguntas dos jornalistas, mais se esforçou para se fazer entendido. Rogério Tuma, médico que acompanhou o presidente desde a queda, explicou que o acúmulo de líquido no hematoma é comum em pessoas idosas.

A opção por uma cirurgia o removeu para o Sírio Libanês em São Paulo. Lula deixou Brasília às 10h30. Meia hora antes, o presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que havia delegado a presidência da sessão que adiou a leitura do relatório da **reforma tributária** para um colega da oposição, Marcos Rogério (PL-RO), soltou uma nota informando da nova sessão, marcada para o meio-dia da terça.

Lula viajou para São Paulo acompanhado de Ana

Helena Germoglio, médica da Presidência, e da primeira-dama Janja da Silva, e foi recebido na Base Aérea de Congonhas por Kalil. Segundo Ana Helena, esteve consciente e conversou durante toda a viagem. A cirurgia começou à 1h30 da terça-feira. Stavale, que participou do procedimento, disse que a cirurgia durou duas horas. Além do fechamento da cápsula, foi colocado um dreno que lá permanecerá até que a secreção esteja limpa.

Stavale e Kalil asseguraram que não haverá sequelas decorrentes do procedimento e que Lula poderá retomar vida normal, inclusive, com viagens internacionais. A permanência na UTI será de 48 horas, mas o retorno a Brasília não acontecerá antes da próxima semana.

Antes que Lula acordasse nesta terça, a Polícia Federal já estava na rua. Uma operação iniciada pela Controladoria-Geral da União, reunindo ainda o Ministério Público Federal e a Receita, foi deflagrada às 6h da manhã. Os órgãos de investigação contaram com apoio da Agência Americana de Investigações de Segurança Interna por conta dos indícios de lavagem de dinheiro. O alvo foi uma suposta organização criminosa envolvida em fraudes licitatórias, desvio de recursos públicos e corrupção.

O esquema se desenrolou no Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs) e envolve desvio de recursos públicos decorrente de emendas parlamentares e convênios para empresas e agentes ligados a administrações municipais. **Servidores públicos** supostamente foram cooptados para obter vantagens ilícitas no direcionamento e na execução de contratos com sobrepreço e propina. A lavagem de dinheiro se valeu de empresas controladas por "laranjas" e com grande fluxo de dinheiro capaz de mascarar a origem dos recursos desviados. A movimentação envolvida é de cerca de R\$ 1,4 bilhão.

Foram 43 mandados de busca e apreensão, 17 mandados de prisão preventiva e sequestro de bens, na Bahia, Tocantins, São Paulo, Minas e Goiás. Em Salvador, um dos alvos da operação é o empresário José Marcos Moura, conhecido como "Rei do Lixo", que foi preso. Suas empresas prestaram serviço para a gestão do ex-prefeito ACM Neto, do União Brasil, em Salvador. A operação atingiu ainda um primo do deputado federal do União, El-mar Nascimento (BA), o

vereador Francisquinho Nascimento.

A exemplo do que aconteceu com a operação que, em 2015, atingiu ex-dirigentes da Hemobrás, no Recife, parte do dinheiro em espécie, R\$ 220 mil dos R\$ 700 mil que estavam em sua posse, segundo Camila Bomfim, do gl, foi jogada pela janela. O Congresso foi tomado pela expectativa de que o capítulo seguinte atingirá a Codevasf, onde Elmar Nascimento tem aliados bem plantados.

A cirurgia não foi capaz de conter a pressão política em Brasília. A portaria que normatiza a liberação das emendas parlamentares foi publicada em edição extra do "Diário Oficial" às 19h desta terça, incorporando muitas das exigências do ministro Flávio Dino pela transparência, rastreabilidade e planejamento para a execução das emendas parlamentares.

No mesmo momento, Lira dava uma entrevista em que não demonstrava qualquer boa vontade com o andamento da pauta. Disse que se a regulamentação da **reforma tributária** chegar na quinta à noite à Câmara, não será possível votar esta semana e que o Congresso encontrará caminhos para cortar despesas distintos daqueles propostos pelo governo. Naquele momento, Lula ainda não havia completado nem 24 horas da cirurgia.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2&section=1)**

# Congresso e ministros prestam solidariedade

**FERNANDA STRICKLAND VANILSON OLIVEIRA  
VINICIUS DORIA**

Horas antes de se submeter à cirurgia de emergência por causa de uma hemorragia intracraniana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na sessão de ontem, no Senado, Pacheco comentou o encontro com Lula. "Naturalmente, (estava) abatido, em função do estado de saúde, mas me recebeu no seu gabinete e se despediu de mim com um sorriso no rosto", contou o senador. "Certamente, o presidente Lula, em breve, retornará suas atividades, para o bem do Brasil, para o bem dos brasileiros." Lira, por sua vez, disse que não haverá problemas na articulação política entre Legislativo e Executivo em razão do problema médico de Lula. "Lamentamos muito. Na reunião que tivemos, ele estava com dor de cabeça", frisou. "Mas os ministros estão conduzindo o processo, não acho que vamos ter nenhum tipo de solução de continuidade, porque o presidente está consciente, está se comunicando, não tem nenhum tipo de problema." A internação de Lula também foi assunto na cerimônia em que o vice-presidente Geraldo Alckmin recebeu o premiê da Eslováquia, Robert Fico, no lugar do chefe do Executivo.

Alckmin protagonizou um momento inusitado quando confundiu o nome do país com a Iugoslávia, extinto em 2003. "O presidente Lula me pediu que transmitisse um afetuoso abraço e que compartilhasse sua alegria de recebermos - aliás, é a primeira vez que um primeiro-ministro da Iugoslávia visita o Brasil -, e nós estamos felizes e honrados", disse Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O vice-presidente também ressaltou que a visita reforça a "política externa universalista brasileira" e as afinidades entre os dois países. Expressou, ainda, solidariedade ao premiê pelo atentado que sofreu em maio deste ano, quando foi baleado.

Fico, por sua vez, elogiou o acordo entre Mercosul e União Europeia e desejou a Lula uma "pronta recuperação".

Mudanças Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, desmentiu que haverá uma **reforma ministerial**, sustentando que o tema não está em discussão no momento.

Segundo Padilha, o foco do governo é concluir o ano com a aprovação de medidas econômicas estratégicas e a execução de recursos destinados a obras e programas prioritários.

De acordo com ele, mesmo em recuperação, Lula continua monitorando o andamento das pautas estratégicas. "O presidente está hospitalizado, mas isso não impede o ritmo de trabalho e o envolvimento do governo nas votações importantes para o país", garantiu, durante coletiva no Fórum dos Governadores.

Padilha foi categórico ao afirmar que o presidente não mencionou nenhuma troca de ministros nas reuniões recentes. "Em nenhum momento o presidente Lula falou sobre **reforma ministerial**, seja nas reuniões que participei, seja individualmente. O foco do governo, neste momento, está em aprovar as medidas do marco fiscal, regulamentar a **reforma tributária** e concluir o orçamento até o fim do ano", declarou.

Ele disse que, entre as prioridades do governo, está a aceleração da execução de emendas parlamentares e recursos destinados a programas como a redução de filas na saúde, obras de infraestrutura e investimentos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Deu no

O jornal norte-americano diz que Lula foi submetido a uma cirurgia de emergência para aliviar um sangramento no crânio e que o procedimento transcorreu sem complicações.

A publicação relembra que a complicação tratada pelo hospital Sírio-Libanês ocorreu em decorrência da queda sofrida por Lula no banheiro do Palácio da Alvorada, em outubro.

O jornal britânico relatou que Lula se recupera em uma unidade de terapia intensiva depois de ter sido submetido a uma cirurgia de emergência.

Segundo a publicação, "o líder de esquerda do Brasil" está em observação e respondeu "bem" ao procedimento. "Lula deu entrada no hospital de Brasília na noite de segunda-feira após reclamar de dor de cabeça.

Depois que a hemorragia foi detectada, ele foi transferido para um dos melhores hospitais do Brasil,

em São Paulo, onde os médicos o operaram", relatou.

O jornal da Argentina detalhou a coletiva dos médicos do Sírio-Libanês e destacou que Lula está consciente e sem sequelas. O jornal ainda citou que autoridades brasileiras prestaram solidariedade ao presidente.

O jornal francês repercutiu a cirurgia e disse que o procedimento tem relação com a queda sofrida pelo presidente.

O veículo português descreveu o procedimento a que Lula foi submetido e lembrou que o presidente tinha agenda prevista, ontem, com o primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, e outros encontros com ministros brasileiros.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/index.php?id=/login.php>**

# Irritação com emendas continua

» **VINICIUS DORIA**

A edição de uma portaria do Poder Executivo, na noite de ontem, que define as regras para a liberação de emendas parlamentares, está longe de abrandar a crise entre o Legislativo e o Judiciário, com reflexos nas votações deste fim de ano, pelo Congresso. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), não escondeu a irritação com a demora para uma solução relativa às emendas, represadas por força de uma decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal.

"A portaria e o parecer (da Advocacia- Geral da União), se não vêm para resolver isso, não têm valor", frisou Lira, antes de se reunir com as lideranças partidárias para definir o calendário de votações, no esforço concentrado desta e da próxima semana.

O presidente da Câmara, porém, evitou conectar a liberação da verba das emendas às votações de projetos que precisam ser aprovados ainda neste ano - como a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento da União e os pacotes de corte de gastos e de segurança pública. No caso das medidas de ajuste fiscal, Lira assegurou que os três relatores seriam indicados o mais rapidamente possível.

"O assunto é polêmico. É um assunto que ferve, além de toda a insatisfação pelo não cumprimento de uma lei que foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República", disse Lira, ao referir-se à lei que disciplina a apresentação de emendas.

"O governo sabe das dificuldades que tem se comparar a decisão do (Flávio) Dino com a lei aprovada pelo Congresso. É nisso que está o problema", acrescentou Apesar da insatisfação no Congresso, o presidente da Câmara garantiu que há disposição para votar boa parte das propostas do governo que estão na pauta.

No caso do ajuste fiscal proposto pelo governo, Lira disse que tem pontos polêmicos que precisam ser negociados, como o tratamento ao Benefício de Prestação Continuado (BCP), o salário mínimo e o abono salarial.

"São temas árdusos, difíceis. Uma parte da Câmara acha que estão abaixo do esperado. Outra parte acha que são inatingíveis. Há parlamentares de esquerda com dificuldade de votar", observou.

Portaria A portaria assinada pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Esther Dweck (Gestão), Simone Tebet (Planejamento) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) autoriza a liberação de recursos de emendas de comissão desde que algum parlamentar - ou mesmo um líder - assumam a paternidade do pedido. No caso das transferências especiais - as emendas Pix - destinadas à área da saúde e empenhadas até 3 de dezembro (data da decisão de Flávio Dino) não estão sujeitas às determinações do STF.

Para liberar o dinheiro das emendas Pix, a portaria prevê a necessidade de apresentação, até 31 de dezembro, de planos de uso dos recursos - prazo mais curto do que o indicado de Dino, de 60 dias. Essa antecipação vai dar agilidade à liberação das verbas.

O documento também permite a execução orçamentária de emendas de comissão e de bancada empenhadas neste ano, sem a apresentação prévia dos planos de trabalho. As medidas podem permitir a liberação imediata de cerca de R\$ 6,4 bilhões - só para emendas de comissão, o Congresso destinara mais de R\$ 15 bilhões neste ano.

A portaria foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e pode aliviar a pressão sobre a pauta de votações de interesse do governo. Lira, inclusive, tem a expectativa de iniciar a votação, ainda nesta semana, da **reforma tributária**, do pacote de corte de gastos e das medidas de segurança pública.

Para a semana que vem, a última do esforço concentrado antes do recesso parlamentar, o presidente da Câmara trabalha com a expectativa de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e projetos voltados ao estímulo do turismo.

"A portaria e o parecer (da Advocacia-Geral da União), se não vêm para resolver isso (a liberação do dinheiro das emendas), não tem valor" Deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=/login.php>

# CCJ do Senado acelera rito para a reforma tributária

**RAFAELA GONÇALVES**

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) deve votar hoje o parecer do projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/24). A apreciação está prevista para ocorrer logo após a análise de indicações de autoridades ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na mesma sessão.

A nova versão do texto foi apresentada ontem pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB -AM), após ter sido adiada na última segunda devido a falta de quórum. O andamento da pauta só se deu diante do acordo firmado entre o Executivo e os presidentes das duas Casas do Legislativo, Arthur Lira (Câmara) e Rodrigo Pacheco (Senado), para a publicação da portaria liberando os recursos para as emendas parlamentares.

A princípio, o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), havia acordado um prazo de vista coletiva de 48h. Com o atraso no cronograma, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que estava presidindo a comissão, informou que o prazo seria reduzido para 24 horas.

O senador Izalci Lucas (PL-DF) manifestou-se contra a condução em regime acelerado. "Serão 24h para se analisar um relatório de 586 páginas, com mais de 600 emendas acatadas e, conseqüentemente, mais de mil rejeitadas, que, evidentemente, vai comprometer o consumidor brasileiro, quem paga imposto. Haverá, sim, um impacto muito grande na carga tributária", argumentou.

Após a aprovação na CCJ, o texto ainda terá de passar pelo plenário do Senado e como foi alterado, deve voltar à Câmara para uma nova votação.

Diretores do Copom O plenário do Senado aprovou três indicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as diretorias do Banco Central.

Com isso, o governo passará a ter maioria entre os membros da diretoria do Comitê de Política Monetária (Copom), responsável por definir a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic). A mesa é composta por nove diretores.

Sete deles terão sido indicados pelo petista.

Antes da votação, Nilton David, Izabela Correa e Gilneu Vivan foram sabatinados pelos senadores.

Responderam perguntas sobre o aumento da taxa básica de juros, compromisso com o controle da **inflação**, a disparada do dólar e a autonomia da autoridade monetária.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=/login.php>

# Transição energética em debate

Após surpresas positivas no desempenho da atividade econômica em 2024, com as estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) sendo revisadas para cima ao longo do ano, chegando a mais do que o dobro das projeções do início de 2024, o cenário para 2025 será desafiador na área fiscal, principalmente após a frustração com o pacote de corte de gastos, que está com dificuldades para tramitar no Congresso.

Contudo, além da recente conclusão do acordo de livre-comércio entre União Europeia e Mercosul, um dos principais destaques na segunda metade do mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva será a transição energética, em um cenário de fortes mudanças climáticas.

Na avaliação do presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Capelli, existem várias frentes para o desenvolvimento da indústria nacional nesse contexto da transição energética. "Temos inúmeras oportunidades, que vão do hidrogênio verde, passando por biocombustíveis de diversos tipos, nossa grande fonte de energia limpa como eólica, etc. São cadeias produtivas com possibilidade de grande impacto econômico, e a capacidade do Brasil nesse aspecto é gigantesca.

O governo federal tem trabalhado nisso", afirma.

O executivo acredita que o Brasil vai conseguir ser protagonista nessa agenda, nos próximos anos, devido aos programas que foram lançados pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e vice-presidente Geraldo Alckmin. "Certamente, o país tem se tornado líder nessa discussão, principalmente no aspecto do desenvolvimento sustentável a partir do nosso vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin.

Através de uma série de ações, como o Programa de Mobilidade Verde (Mover), a Depreciação Acelerada, o Combustível do Futuro, enfim, podemos ir mais longe, gerar mais empregos e renda", destacou.

Uma janela de oportunidades para o país será a realização da 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 30, que ocorrerá no Pará, em 2025.

A preparação para a COP, as mudanças climáticas e a transição energética, a inovação e a sustentabilidade, a regulamentação da **reforma tributária**, a

reindustrialização e as políticas públicas estão entre os temas estratégicos do seminário CB Debate: Desafios 2025, o futuro do Brasil em pauta, em Brasília, no próximo dia 17.

Participam do debate especialistas, economistas e autoridades, no auditório do Correio.

Com apoio de comunicação do jornal e realizado pela Arena Comunicação, o seminário tem o patrocínio da ABDI e da Brasal. O seminário tem também o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação Brasileira de Bancos.

"São cadeias produtivas com possibilidade de grande impacto econômico, e a capacidade do Brasil nesse aspecto é gigantesca.

o governo federal tem trabalhado nisso" Ricardo Capelli, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/index.php?id=/login.php>**

# Governo e Caiado não se entendem sobre PEC

» **VANILSON OLIVEIRA** » **FABIO GRECCHI**

O ministro da Justiça Ricardo Lewandowski afirmou, ontem, na 16ª Reunião do Fórum Nacional de Governadores, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre segurança pública caminha para um consenso.

Isso contrasta com a posição do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que anunciou a apresentação de um texto alternativo ao do governo federal - considera o do Executivo um "retrocessos", que tem por objetivo criar uma "relação de subordinação" de estados e municípios ao Palácio do Planalto. Ele afirmou, ainda, que trabalhará no Congresso para derrubar a PEC elaborada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Porém, para Lewandowski, "existe, hoje, uma ampla concordância de que precisamos revisar e modernizar a segurança pública, que não é revista de forma estrutural há 36 anos, desde a promulgação da Constituição de 1988. A PEC é uma realidade e reflete a necessidade de unificar ações para enfrentar esse fenômeno que vai além das fronteiras locais".

Só que Caiado foi na direção oposta à do ministro. E afirmou que não assinará a PEC. "O que o governo pretende é invasão de prerrogativa. É um absurdo que sejamos tutelados pelo ministro da Justiça e pelo governo federal, sendo que assumimos todos os gastos. Temos uma prerrogativa constitucional.

É direito meu, como governador, tomar as decisões.

Não posso admitir que venha Brasília dizer o que tenho de fazer na polícia. É inadmissível", disse o governador, à saída do Fórum.

Apesar das críticas, o ministro diminuiu a importância da postura contrária de Caiado. "Há discrepância quanto aos detalhes, mas, do ponto de vista macro, a PEC é uma realidade. Essas ideias estão sendo examinadas com muita verticalidade e poderão ser levadas em conjunto para o Congresso", garantiu.

Um dos pontos centrais da proposta do governo federal, segundo Lewandowski, é a criação de fundos de segurança pública e penitenciário com recursos permanentes e protegidos contra contingenciamentos.

"Todos os governadores reconheceram a importância de garantir uma base sólida e permanente para financiar a segurança pública e o sistema prisional", disse.

O ministro também ressaltou que a distribuição dessa verba entre unidades das Federação e municípios será discutida e garante a autonomia dos estados e do Distrito Federal.

"Estamos unificando ideias e coordenando ações de forma inédita. Isso é essencial para enfrentar os desafios da segurança pública no Brasil", salientou Lewandowski.

-

Capitã é morta em hospital

A capitã-médica da Marinha Gisele Mendes de Souza Mello, de 55 anos, morreu ontem depois de ser atingida por um tiro na cabeça dentro do Hospital Naval Marcílio Dias, em Lins da Vasconcelos, na zona norte do Rio de Janeiro.

Ela foi vítima do confronto entre uma guarnição da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que fazia uma operação nas proximidades do hospital, e criminosos da Comunidade do Gambá.

Além de médica geriatra e capitã de Mar e Guerra, Gisele era superintendente de saúde do hospital. A militar foi socorrida pelos próprios colegas, passou por uma cirurgia, mas não resistiu.

De acordo com as informações da Marinha, Gisele participava de um evento no auditório da Escola de Saúde do hospital naval. A unidade fica no meio das favelas do complexo do Lins. Ainda conforme a Força, durante uma operação da UPP, um projétil de arma de fogo alcançou o interior de um dos prédios e atingiu a militar.

A morte da médica causou indignação. Segundo o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), o Marcílio Dias é referência em atendimentos, da baixa à alta complexidade, e lamentou que "uma unidade tão conceituada tenha sido palco de uma violência tão estupefante".

"O Conselho se solidariza com a médica, a família e os amigos que estão vivendo este momento terrível e pede às autoridades celeridade na apuração dos fatos, responsabilização dos culpados e um plano para evitar efeitos colaterais da violência urbana e de operações policiais realizadas nas proximidades de estabelecimentos de saúde", frisa nota do Cremerj.

Flagrante mostra PMs suspeitos de assassinato

Em menos de 15 dias, um novo flagrante de brutalidade da Polícia Militar de São Paulo circula nas redes sociais - porém, desta vez, trata-se de uma suspeita de assassinato. Vinícius Fidelis Santos de Brito, de 24 anos, foi morto na noite do domingo passado, em São Vicente, no litoral paulista. No vídeo, Rosemeire Aparecida Fidelis dos Santos, mãe do jovem (à esquerda da foto), implora pela vida do filho. "Vocês mataram meu filho? O que isso? Vocês vão matar meu filho", grita ela. Um policial armado (à direita da foto) sai do casebre e manda que ela volte para a casa de onde viera. Na sequência, é possível ouvir os tiros. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) afirma que Vinícius teria morrido durante "patrulhamento seguido de troca de tiros, com homens que abandonaram uma sacola com drogas durante a perseguição".

Rosemeire afirma que o filho foi executado.

Oposição até na **reforma tributária**

O governador Ronaldo Caiado, de Goiás, está em rota de colisão com o governo federal há tempos e intensificou as críticas desde que se colocou como pré-candidato à Presidência da República, em 2026.

Tem sido um adversário feroz da **reforma tributária** apresentada pelo Ministério da Fazenda - "o governo federal legisla sobre aquilo que nós arrecadamos e, simplesmente, manda para o Congresso Nacional como um "prato feito", disse em agosto passado - e verberado contra a PEC da segurança. Na semana passada, Caiado afirmou que "não havia hipótese" de impor o uso de câmeras corporais aos policiais militares goianos. Ele fez contraponto ao governador Tarcísio Gomes de Freitas, que admitiu que errou ao não obrigar que os PMs paulistas utilizassem o equipamento em função dos seguidos casos de violência das forças de segurança do estado.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=/login.php>**

# Reforma Tributária: preocupação com as pequenas empresas - CAPITAL S/A

**SAMANTA SALLUM**

O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) ao PLP 68/2024 acolheu parte das emendas sugeridas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Mas a entidade demonstrou insatisfação.

"Outras consideradas essenciais não foram incorporadas ao texto final", afirmou a Confederação.

A preocupação é com a rejeição de emendas importantes para micro e pequenas empresas, entidades imunes e setores voltados ao turismo.

**Simples Nacional**

Dentre as proposições rejeitadas, a do Simples Nacional. Não foram aceitas as emendas que previam a transferência integral de créditos do IBS e CBS para adquirentes de optantes pelo Simples Nacional. A CNC alerta para o risco de aumento de carga tributária para pequenos negócios com redução da competitividade desse segmento e prejudicando a geração de emprego.

**Tentativa de ajustes continua**

A CNC informou que continuará dialogando com o Congresso Nacional para viabilizar ajustes no texto. A votação na CCJ e no Plenário do Senado está prevista para os próximos dias.

\*\*

**Setor imobiliário consegue alterar redutor de alíquota tributária**

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) aponta que o relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) ao PLP 68/2024, apresentado na CCJ do Senado Federal traz avanços importantes ao texto. "Eles são importantes para buscar a neutralidade tributária da construção", afirmou a entidade.

Entre os pontos mais importantes, foi contemplada a adoção de um regime de transição. E houve a revisão do redutor de alíquota fixado, agora, em 50% para a construção e o mercado imobiliário, e em 70% para o

setor de locação.

"O novo redutor equaliza melhor o impacto da reforma, tornando possível um menor ajuste nos preços ao consumidor, especialmente para a aquisição de imóveis e aluguel"

Renato Correia, presidente da CBIC

\*\*

**Citação de Ibaneis a Anderson Torres**

No tensionamento entre o GDF e o presidente Lula por causa do Fundo Constitucional, o episódio do 8 de janeiro de 2023 ainda pesa muito. Ecoou na esfera federal, gerando incômodo, a citação do governador Ibaneis Rocha a Anderson Torres, na semana passada, durante discurso na reunião do Codese. Ibaneis, ao elogiar a gestão da Secretaria de Segurança Pública, lembrou de Anderson, que era o secretário da pasta naquele 8 de janeiro e a quem chamou de "meu amigo".

**Presidente da Associação dos Atacadistas assumirá Unecs**

O presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), Leonardo Miguel Severini, teve sua candidatura homologada para assumir a presidência da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) no biênio 2025-2026. O prazo para registro de candidaturas encerrou-se em 2 de dezembro, e Severini concorre com chapa única nas eleições, previstas para 12 de fevereiro de 2025. A Unecs reúne as principais associações representativas do comércio e serviços no Brasil, entre elas, CNDL, Abrasel e Abras. A entidade tem como missão promover ações coordenadas e estratégicas em defesa do setor, responsável por mais de 65% do **PIB** brasileiro.

\*\*

Preview do Brasília Trends Fashion Week Evento, de 18 a 20 de dezembro, no Dúnia City Hall, vai dar uma mostra das novidades e tendências do Brasília Trends Fashion Week para 2025. Organizado pelo Grupo Cirandinha de Bernardeth Martins, é realizado pelo Codese-DF com apoio da Secretaria de Turismo. Os

amantes da moda poderão garantir a entrada para os desfiles com a doação de um quilo de alimento não perecível, que será destinada ao Programa Mesa Brasil do Sesc-DF. Luiza Brunet, madrinha do evento, marcará presença.

#### Diversidade e inclusão na moda

Pelo Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, a abertura em 18 de dezembro se dedicará à inclusão. A programação inclui a mesa redonda "Diversidade, equidade e inclusão na moda". E a presidente do Instituto Ápice Down, Janaína Parente, entregará o certificado "Amigos do Ápice" de 2024, reconhecendo contribuições significativas para a inclusão.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6739/11-12-2024.html?all=1>**

# Isenção de IR para salários de até R\$ 5 mil

**CAROLINA FREITAS** [redacao@gruposjbr.com](mailto:redacao@gruposjbr.com)

Os chefes do Executivo de todos os estados do país e do Distrito Federal reuniram-se, nessa terça-feira, para debater sobre o pacote de corte de gastos anunciado pelo Governo Federal nas últimas semanas. Além disso, as autoridades discutiram sobre outros temas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, também do governo nacional, **Reforma Tributária** e o Programa Mais Acesso a Especialistas do Ministério da Saúde (Pmae).

Os assuntos foram discutidos na 16ª edição do Fórum Nacional de Governadores. Sobre o pacote de corte de gastos, que prevê uma série de medidas para reduzir os custos federais em R\$ 70 bilhões em dois anos, os governadores deliberaram em especial sobre a medida de inserção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil.

Segundo o governador Ibaneis Rocha, coordenador do Fórum, os chefes do Executivo de todo o país concordam com a medida da inserção do Imposto de Renda, desde que seja estabelecido um mecanismo de compensação aos estados e ao Distrito Federal. "Uma preocupação muito grande dos estados é o que diz respeito à perda de arrecadação porque existe a expectativa da inserção das pessoas que ganham até R\$ 5 mil e isso atinge diretamente os estados e o DF. Hoje, a arrecadação do Imposto de Renda é 100% dos estados. Então, haveria uma perda muito grande no que diz respeito a essa arrecadação", explicou Ibaneis.

"Ninguém se colocou contra a medida que traz justiça social e coloca mais recurso no consumo, mas o pedido dos governadores é que, dentro do pacote, seja estabelecido um mecanismo de compensação para os estados para que não haja mais perda de arrecadação", acrescentou o governador.

**PEC da Segurança Pública** O presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Conesp) e secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, destacou que houve consenso de 26 unidades da Federação em relação à proposta do Conesp sobre a PEC da Segurança Pública do Governo Federal.

Por isso, o documento foi entregue pelo Fórum ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que esteve na reunião.

"A maioria dos governadores concordam que a

proposta do Conesp visa preservar o pacto federativo que é a grande preocupação dos gestores dos estados e do DF. Ao preservar o pacto federativo, aproveita muito o que foi apresentado pelo Ministério da Justiça como, por exemplo, a constitucionalização do Fundo Constitucional de Segurança Pública para que a gente possa prever fonte de financiamento", comentou Avelar.

O governador do Goiás, Ronaldo Caiado, se mostrou mais crítico à PEC do Governo Federal, e, por isso, enviou um anteprojeto em relação à proposta nacional. "A proposta do governo nacional visa tirar aquilo que a Constituição de 1988 concedeu aos estados. O que estão pretendendo fazer é invasão de prerrogativas sobre os estados. Estamos falando de um retrocesso, eles estão dissolvendo os entes federativos.

A PEC não criou nada, apenas tira o poder dos estados", disse Caiado.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que vai avaliar tanto a proposta dos secretários quanto a do governador Caiado. "Vamos examiná-las com muito cuidado e verticalidade.

Na verdade, grande parte dessas sugestões dizem respeito ao aperfeiçoamento da legislação ordinária, ou seja, não constitucional, infraconstitucional. Asseguramos aos governadores que podem ficar tranquilos que vamos colocar na proposta todas as salvaguardas necessárias para garantir a autonomia dos governadores", frisou Lewandowski.

**Reforma Tributária e saúde** Em relação a **Reforma Tributária**, os governadores manifestaram a necessidade de manutenção da Substituição Tributária (ST) na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária**. Outro tema em pauta, o Programa Mais Acesso a Especialistas (Pmae), do Ministério da Saúde, foi aderido pelos 26 estados e o DF. A próxima reunião do Fórum está marcada para 11 de fevereiro.

**Sítio:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18360>

# Muito foi feito e muito a fazer (Artigo)

**ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES**

Muita gente não sabe ou não se lembra, principalmente os mais jovens, mas o Brasil já teve crescimento padrão chinês, que foi interrompido no final dos anos 70 com a crise dos juros internacionais e choques do petróleo. O Brasil praticamente quebrou. Veio a recessão, descontrole total das finanças públicas, moratória da dívida externa, ausência de reservas internacionais e hiperinflação. Os anos 80 são conhecidos por "década perdida".

Mas ela não foi tão perdida assim.

Foi a partir da segunda metade dos anos 80 que foram iniciadas as reformas estruturais no Brasil.

Vou elencar parte do que foi feito de lá para cá. Respirem, pois foi muita coisa.

Criação da Secretaria do Tesouro Nacional, extinção do orçamento monetário e unificação orçamentária.

Abertura da economia, ajuste fiscal e início do processo de privatizações.

Fim da hiperinflação, com o Plano Real.

Início das concessões de serviços de infraestrutura e criação de dezenas de agências reguladoras a nível federal, estadual e municipal.

Equacionamento das finanças estaduais, com o fechamento de bancos públicos. Saneamento do sistema financeiro nacional.

Refinanciamento da dívida externa e acumulação de mais de US\$ 350 bilhões em reservas internacionais, um importante seguro contra especulações e crises internacionais.

Aprovação de diversas leis, dentre elas: Portos, BR do Mar, Saneamento Básico, Reformas Trabalhista e Previdenciária, Responsabilidade Fiscal, Independência do Banco Central. Estamos regulamentando a primeira fase da **Reforma Tributária** e já foi aprovada legislação sobre os Combustíveis do Futuro, Crédito de Carbono e Debêntures de Infraestrutura.

Muito foi feito em 40 anos, mas precisamos fazer muito mais para tirar o Brasil desta armadilha de renda média e de péssima distribuição de renda. Só espero

que não sejam necessários outros 40 anos para chegarmos lá.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, diretor da ABDIB e ex-secretário do Tesouro Nacional

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18360>

# Partidos adiam negociações para reforma ministerial até Lula se recuperar de cirurgia - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

Partidos que pretendiam avançar nesta semana em negociações por espaços na Esplanada estão em compasso de espera após Lula passar por uma cirurgia de emergência em São Paulo ontem. Com a previsão de que o petista só volte para Brasília na semana que vem, interlocutores avaliam que as articulações da **reforma ministerial** ficarão travadas. O PSD, por exemplo, vinha aumentando a pressão para trocar a pasta da Pesca, hoje sob o comando de André de Paula, por alguma mais robusta em termos de orçamento e visibilidade. Agora, a sigla terá de dar um passo atrás. A expectativa é de que a dança das cadeiras no Executivo só ocorra em fevereiro, depois das eleições na Câmara e no Senado, mas possíveis cenários já vêm sendo tratados em conversas no Planalto.

I MÁGICA. A ausência de Lula, contudo, pode não impedir o governo de destravar sua agenda no Congresso. A solução dada por líderes é simples: basta a equipe do petista apresentar uma alternativa concreta para que as verbas de emendas sejam liberadas.

I AGORA VAI?. O Centrão, grupo que dá as cartas no Legislativo, afirma que "vota tudo" se as emendas forem pagas, incluindo o pacote fiscal, a **reforma tributária** e as leis do Orçamento. Na noite de ontem, o governo publicou uma portaria para disciplinar a liberação dessas verbas, mas o Congresso só acredita quando o dinheiro cair na conta.

I DESCUIDO. Três deputados do PT votaram contra a urgência para um dos projetos do pacote de corte de gastos do governo. Entre eles, o líder da bancada, Odair Cunha (MG), que alega erro no sistema. "Mudei na hora e fiz declaração de voto", afirmou o petista à Coluna.

I INCÔMODO. Trapalhadas à parte, o que causou desconforto foi o fato de os petistas terem deixado de colocar a digital justamente no projeto que muda as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma das medidas mais impopulares do pacote, enquanto os partidos da base aliada eram cobrados a

apoiar a urgência da proposta, que passou por pouco no plenário.

I SENTIDO. O deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP) apresentou um relatório contrário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que veda militares da ativa em cargos civis no governo. O texto será votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

I BRONCA. A autora da PEC, exdeputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), criticou o relator bolsonarista. "O relator extrapolou as funções indo à análise do mérito da matéria. À CCJ cabe analisar apenas a constitucionalidade", disse.

I PANE. Um helicóptero a serviço do Ministério dos Povos Indígenas fez um pouso forçado na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, no sábado, 7. A aeronave era operada pela empresa Flyone, que foi contratada pela pasta sem licitação por R\$ 186 milhões.

I APURAÇÃO. O ministério afirmou que ninguém se feriu e que o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) abriu investigação sobre o caso. "No momento do incidente, não havia indígenas ou colaboradores a bordo ou nas proximidades", disse a pasta em **comunicado** enviado à Coluna.

VODCAST "DOIS PONTOS" | Hoje sobre cortar cenas de novelas antigas

"Três atrizes negras como protagonistas é resultado dos movimentos negros e também de um entendimento da emissora de que vai gerar lucro e audiência."

Lucas Martins Néia

Roteirista e dramaturgo

"O anacronismo faz como se fosse uma limpeza na história e isso não deve acontecer. Tudo que ficou registrado são coisas que marcam determinada época."

Ricardo Alexino Ferreira

Professor da ECA-USP

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O Congresso tem etiqueta de preço (Editorial)

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de impor critérios mínimos para liberar o pagamento de emendas parlamentares neste ano, referendada por seus pares na Corte, expôs a natureza mercantilista das relações entre Congresso e Executivo. O dinheiro dessas emendas sempre serviu para azeitar a dinâmica de votações do Legislativo, mas, nesta semana, deputados e senadores perderam o pudor de vez. Em pleno mês de dezembro, período em que costumam analisar, a toque de caixa, todos os assuntos que ficaram pendentes, os parlamentares praticamente cruzaram os braços à espera da verba das emendas.

Na segunda-feira, 9, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) não pôde nem ler o parecer da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Motivo: falta de quórum. A reunião não pôde sequer ser aberta porque havia apenas seis senadores presentes.

E entre os célebres ausentes estava Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do colegiado e futuro presidente do Senado.

Na Câmara, o movimento começou antes. Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Executivo não tinha votos suficientes nem para aprovar a urgência dos projetos do pacote fiscal. Não exagerou.

Foi por muito pouco que o governo conseguiu obter apoio suficiente para aprovar os requerimentos de urgência.

Por falta de votos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que integra o pacote saiu da pauta da CCJ da Câmara e será apensada a uma outra que já está no plenário, numa tentativa de apressar sua tramitação.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um apelo ao Legislativo para que fizesse um esforço para aprovar o pacote nos próximos dias. "Nós temos uma chance de terminar o ano com coisas importantes", afirmou. Seria muito bom se a procrastinação legislativa se devesse à necessidade de deputados e senadores de terem mais prazo para analisar as propostas, apresentadas há pouco tempo. A **reforma tributária**, por exemplo, promoverá mudanças profundas no sistema atual, enquanto o avanço dos

projetos do pacote fiscal, ao menos para o ministro, pode ajudar a ancorar as expectativas.

O fato, porém, é que a resistência não se deve a nada disso. Não há qualquer preocupação sobre o mérito das propostas ou sobre os riscos de uma apreciação acelerada. Os parlamentares veem apenas uma excelente oportunidade - a última do ano - para assegurar verbas e enviá-las às suas bases eleitorais.

Pela mesma razão, nem a Lei de Diretrizes Orçamentárias nem o Orçamento deste ano foram votados.

Depois da decisão de Dino, o clima "azedou" de vez, disse o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA). Afinal, como bem definiu o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Julio Arcoverde (PP-PI), os parlamentares veem as emendas como uma espécie de "direito adquirido".

Assim, depois de passar o ano fazendo jogo duplo para fingir que não estava alinhado ao STF na questão das emendas, o governo não parece disposto a contrariar a voracidade dos parlamentares.

Primeiro, entrou com um recurso, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), para tentar garantir o pagamento com base nas frouxas regras estabelecidas pela lei aprovada pelo Congresso.

Embora Dino não tenha acatado o pedido, o governo encontrou uma alternativa e editou uma portaria para executar R\$ 6,4 bilhões em emendas parlamentares.

O leitor não deve se surpreender com o súbito comprometimento que surgirá entre os parlamentares em decorrência da portaria publicada.

Os próximos dias deverão ser movimentados para limpar a pauta legislativa, e as sessões poderão avançar pela madrugada caso seja necessário. Já houve mais discrição por parte dos parlamentares nas negociações do toma lá dá cá.

Com a proximidade do fim do mandato de Lira e Pacheco à frente da Câmara e do Senado, é hora de garantir a vitória de seus sucessores, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Alcolumbre, candidatos aclamados pela direita e pela esquerda e, obviamente,

apoiados pelo Palácio do Planalto. Assim caminha a agenda econômica no Congresso.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "O que o governo propuser será visto como eleitoral"

**BEATRIZ BULLA**

Luis Fernando Lopes - Sócio, economista-chefe e estrategista do Pátria Investimentos, é mestre em Economia pela USP; tem passagem pelo JPMorgan e Chase

O governo fez uma antecipação indevida de discussão eleitoral, ao incluir a reforma na tributação sobre renda no anúncio do pacote de contenção de gastos, e, por isso, agora o mercado antecipa para 2025 as incertezas que seriam esperadas para 2026. A avaliação é de Luis Fernando Lopes, sócio, economista-chefe e estrategista do Pátria Investimentos.

"Daqui para frente, tudo que o governo propuser, fizer ou deixar de fazer vai ser visto como uma discussão eleitoral. Toda estratégia econômica de ajuste exige uma decisão política de como fazer. Agora, introduzir um aspecto eleitoral na política econômica não tem como justificar." Como vê o cenário da economia global para 2025?

Estamos vendo um retorno para o mundo que vimos antes do período de ouro da globalização, que foi a virada dos anos 90 até a crise financeira de 2008, 2009. Houve esse período em que vimos agendas de globalização sincronizadas e concordantes.

Estados Unidos, Europa, China e os outros países se alinhando nisso. Essa história começa a mudar em 2008. Em 2009, teve a crise financeira internacional e nunca nos recuperamos dela. A recuperação foi bem medíocre. Temos menos investimento direto transnacional no mundo inteiro, menos fluxo de comércio. O que estamos vivendo é ainda uma era de globalização, os principais protagonistas têm agendas globais, só que essas agendas não são mais concordantes, são conflitantes.

Por quê?

É um mundo no qual, por exemplo, a maior economia vai perseguir uma agenda que é atrair o máximo de recursos para os Estados Unidos, produção local, retaliação contra qualquer outra economia que eles achem que não esteja jogando a regra do jogo do jeito que deve ser jogado, China, especialmente.

A América Latina, nesse período de globalização fraturada, não teve uma surpresa negativa de crescimento.

Pegando a economia principal, que é o Brasil, tivemos, ao longo dos últimos anos, surpresas positivas. No comparativo, a América Latina não está mal na fotografia, está melhor do que outras regiões.

Qual o papel da política econômica doméstica, no caso do Brasil?

O que temos é uma melhora institucional, estrutural, da economia brasileira. Estamos no campo dos que acham que, o que aconteceu de 2008 para cá no Brasil, mesmo com toda a turbulência política no meio do caminho, o conjunto de reformas aprovadas desde então, torna a economia brasileira estruturalmente menos problemática.

Ela tinha uma taxa de crescimento muito baixa, e o produto potencial do Brasil agora cresce em velocidade maior.

Tem progressos feitos no ponto de vista de combate à **inflação**, independência do Banco Central. O Brasil caiu muito menos do que se imaginava durante a pandemia, em 2020, recuperou-se mais do que se imaginava em 2021 e também superou as expectativas em 2022, 2023 e 2024, mais do que tudo.

O grande problema a resolver é o fiscal. O setor público gasta muito, há muito tempo, e gasta muito mal. E aí, para financiar essa combinação toda, você tem de ter uma carga tributária excessivamente elevada.

O pacote fiscal anunciado pelo governo teve efeito negativo no mercado. Por quê?

Durante a campanha eleitoral de 2022, o vencedor, o presidente Lula, não queria se comprometer com meta fiscal, porque nos primeiros dois mandatos dele não tinha isso. Ele achava que a reputação dele era suficiente para resolver.

Ele foi obrigado a aceitar um arcabouço fiscal. O novo arcabouço fiscal foi implementado e precisava ser melhorado. E essa é a discussão que estava permeando os debates. Só que, aí, tivemos um

anúncio de um conjunto de medidas fiscais que, embora tenha ido na direção correta, ficou aquém daquilo que seria necessário para o fortalecimento do arcabouço.

E ninguém esperava que a agenda eleitoral entrasse tão cedo na pauta, mas foi o que vimos.

Não era o momento de fazer isso. Quanto mais de melhora na área fiscal a gente pode ter até 2026 se agora o debate vai ficar sempre em cima dessa coisa do eleitoral? O fiscal ficou mais incerto. O que o mercado menos gosta não é um cenário ruim, é insegurança.

Há uma aposta de que o ruído do mercado uma hora se dissipa. Se dissipa mesmo?

A discussão de estratégia de ajuste econômico é válida. A discussão eleitoral que é indevida. O mercado foi aumentando as expectativas, o governo foi dando sinais de que a reforma era maior do que o imaginado. Inflaram expectativas, depois frustraram essas expectativas e introduziram um elemento extemporâneo no pacote. Poderia ter essa discussão (sobre isenção do IR) no ano que vem, no bojo da **reforma tributária**, e o governo atender ao projeto que já tinha colocado durante a campanha eleitoral, de que ele queria isentar os que ganham até R\$ 5 mil. Não causaria estranheza.

Mas introduziu-se uma discussão eleitoral em um conjunto de medidas de ajuste fiscal.

Ao fazer isso, pegaram um evento que deveria acontecer daqui a dois anos. Tudo o que o governo propuser ou deixar de propor, fazer ou deixar de fazer vai ser visto como uma discussão eleitoral. O problema não é a discussão política. Em toda estratégia econômica de ajuste existe uma decisão política de como fazer. Agora, introduzir um aspecto eleitoral na política econômica não tem como justificar.

O que o sr. projeta para 2025 no Brasil?

Tem vários cenários possíveis, mas começando com o que temos mais certeza. O cenário internacional é ruim, mas não para o Brasil, para a América Latina.

Vamos ganhar investimento direto, ganhar comércio exterior.

Do ponto de vista local, se continuar exatamente do jeito que está, vamos ter um ajuste fiscal. O Congresso vai mexer em algumas coisas. Talvez ele seja mais rigoroso na regra do salário mínimo. Minha impressão é de que o Congresso irá mexer nesse pacote com a concordância da equipe econômica.

Provavelmente, ainda vai ter outra rodada de ajuste de contas fiscais entre agora e 2026.

"O fiscal ficou mais incerto. O que o mercado menos gosta não é um cenário ruim, é insegurança. (...) A discussão de estratégia de ajuste econômico é válida.

A discussão eleitoral que é indevida"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Congresso deve aprovar pacote fiscal com urgência (Editorial)

Ao priorizar os próprios interesses e postergar a votação das medidas de ajuste fiscal, os parlamentares viram as costas às necessidades urgentes do Brasil. E verdade que as medidas apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, são insuficientes para alcançar o equilíbrio desejável das contas públicas e resgatar a credibilidade do governo. Mas isso não significa que não sejam necessárias. É preciso que o Congresso aprove logo o pacote, a tempo de que ele surta efeito já no Orçamento de 2025. É desejável até que aprimore as medidas anunciadas, de modo a impor mais rigor ao controle de gastos. Do contrário, o Legislativo se tornará tão responsável quanto o Executivo pela incúria fiscal que alimenta a **inflação**, os juros e mina o crescimento da economia.

Haddad anunciou o plano de controle de despesas no fim de novembro. Por ser insuficiente, o conjunto de medidas foi logo alvo de críticas e agravou a crise de confiança perante o mercado financeiro. Diante da situação, o Congresso tinha duas opções cabíveis. A mais adequada seria assumir o protagonismo e aprovar a Proposta de Emenda à Constituição dos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Kim Kataguiri (União-SP) e Julio Lopes (PP-RJ), que implanta medidas estruturais capazes de promover o equilíbrio das contas públicas.

A segunda alternativa, menos atraente, é aprovar o pacote anunciado por Haddad. O que fizeram deputados e senadores? Decidiram chantagear o governo para tentar garantir a liberação de emendas parlamentares, travadas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O risco é não aprovarem medida alguma nos poucos dias que faltam até o recesso parlamentar. Se nem as tímidas medidas da equipe econômica tiverem efeito no ano que vem, dólar, **inflação** e juros continuarão a subir. Até ontem havia nos corredores do Senado quem promettesse atrasar até a votação da **reforma tributária**. Teria sido uma irresponsabilidade. Felizmente a votação foi marcada para hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

Os parlamentares estão contrariados com os critérios de transparência estabelecidos pelo Supremo para liberar o pagamento de emendas. Em obediência à Constituição, o STF passou a exigir a identificação do nome do parlamentar responsável pelo gasto,

informação essencial para vigilância contra casos de corrupção e outras irregularidades. Também impôs a apresentação prévia de plano de trabalho e aprovação do governo para "emendas Pix", que chegavam ao caixa de municípios e estados sem nem indicar o destino. Difícil achar argumento sério contra essas decisões.

A estratégia dos parlamentares é centrar as baterias contra o Executivo, na expectativa de obter alguma flexibilização. Após negociação com as lideranças do Congresso, o governo editou ontem uma portaria com a intenção de acelerar o pagamento de diferentes tipos de emendas -das "Pix" aos restos a pagar do extinto orçamento secreto. Ainda é incerto se o conteúdo conciliará as exigências do Supremo e as demandas dos parlamentares. O certo é que, com o presidente Lula hospitalizado e o prazo cada vez mais curto, o Congresso deveria parar de olhar para o próprio umbigo. O preço da negligência será pago por todo o Brasil.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# CCJ do Senado deve votar hoje a Reforma Tributária

**VICTORIA ABEL E CAMILA TURTELLI**  
*economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) votará a regulamentação da **Reforma Tributária** hoje, de acordo com o presidente da comissão, Davi Alcolumbre (União-AP). O senador disse que a votação ocorrerá após a análise de indicações de autoridades ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na mesma sessão. Depois, a proposta pode ir para o plenário do Senado no mesmo dia.

O relator da **Reforma Tributária**, Eduardo Braga (MDB-AM), fez a leitura do parecer ontem na CCJ, e um pedido de vista coletivo foi concedido aos senadores. Assim, será necessário aguardar ao menos 24 horas para votar na comissão.

A definição ocorre depois que a oposição conseguiu articular, na segunda-feira, um cancelamento inesperado da sessão por falta de quórum. O senador de oposição Marcos Rogério (PL-RO), que presidia o colegiado como vice-presidente, no lugar de Davi Alcolumbre, encerrou a sessão 11 minutos depois de ser aberta.

Senadores viram a situação como retaliação pelo congelamento no pagamento de emendas parlamentares.

Antes de a sessão de ontem começar, senadores da base do governo e o relator Eduardo Braga já circulavam nos corredores das comissões do Senado, para marcar presença e evitar novo "golpe" da oposição.

O relator disse que deve modificar o texto até a votação e que estuda medidas mais duras para cumprir a alíquota.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Teto da tributária, candidato a ser furado - LU AIKO OTTA

## LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

O Brasil, dizem especialistas, já lidera hoje o ranking do "maior IVA do mundo". IVA, ou Imposto sobre o Valor Agregado, é o que se pretende adotar no país a partir da **reforma tributária**. Hoje, os **tributos** que serão substituídos pelo IVA somam algo como 34%, nas estimativas do governo.

Para quem esperava que a **reforma tributária** reduzisse de forma importante essa carga, os sinais que vêm do Congresso não são muito animadores. O relatório que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou esta semana para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 aponta para uma alíquota de 28,1% como a necessária para Estados e municípios não terem perda de arrecadação após a reforma.

Nos bastidores do governo, a aposta é que, na prática, a alíquota será menor que isso. Isso porque o novo sistema reduzirá de forma importante a sonegação, a inadimplência e os contenciosos. Quanto, não se sabe. Uma parte já foi incluída nas contas, mas é um cálculo conservador, dizem os técnicos. Em seu relatório, Braga

ampliou a lista de itens que terão tributação reduzida. Por isso, a alíquota que havia sido estimada em 27,97% a partir da versão do PLP 68 aprovada na Câmara ganhou um acréscimo de 0,13 ponto percentual.

Ao mesmo tempo, o senador manteve em seu relatório um teto para a alíquota-padrão do novo IVA brasileiro, de 26,5%.

A conta não fecha, por isso o relatório contém dispositivos que autorizam o governo a enviar ao Congresso uma proposta de aumento da carga tributária daqueles setores que foram contemplados com alíquotas reduzidas em 30% e 60%, de forma a reduzir a carga tributária dos demais bens e serviços até o teto.

"É bonito, mas parece algo que, no futuro, o Congresso vai dar um jeito de não respeitar", avaliou a

tributarista Ana Cláudia Utumi, sócia fundadora da Utumi Advogados.

Como o cumprimento do teto só será auferido em 2032, é possível que a alíquota necessária até lá seja diferente, observou. "A idéia é não ter aumento de carga, mas também não ter perda de receitas, então não dá para garantir que 26,5% é o nível para isso."

Além disso, o novo sistema tributário vai alterar o fluxo de caixa dos Estados, o que pode levantar pressões por algum tipo de compensação.

O teto candidato a furo é um dos problemas que a especialista vê no relatório. Ela apontou outros, entre eles um sistema de pagamento de créditos tributários que pesa sobre os contribuintes.

Hoje, quando um supermercado compra um produto para revender, ele paga o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no ato da compra e, ao mesmo tempo, ganha o crédito tributário correspondente.

No novo sistema, o crédito tributário só estará disponível quando o fornecedor pagar os **impostos**, o que pode ocorrer dias depois. "O governo transfere o problema de inadimplência para a sociedade", disse. "Seria trabalho dele fiscalizar e cobrar os **impostos**."

Na visão da especialista, a **reforma tributária** tem pontos de mérito, mas traz problemas nos detalhes. "E o diabo mora nos detalhes", alertou.

O desenvolvimento da parte operacional e dos normativos infralegais poderá responder muitas dúvidas quanto ao funcionamento do novo sistema tributário. Em seu relatório, Braga incluiu a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A criação desse órgão, que vai reunir Estados e municípios para administrar o novo tributo, está proposta em outro PLP, o 108/24. Este, porém, está com a tramitação mais atrasada no Congresso Nacional, com expectativa de só ser aprovado em 2025.

Como o novo sistema entrará em testes em 2026, o Comitê Gestor teria menos de um ano para discutir as

regras e o sistema operacional do IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que é a parte federal do futuro IVA. O prazo curto vinha alimentando especulações nos bastidores sobre um possível adiamento do período de testes em um semestre.

Braga só transplantou para seu relatório a parte do PLP 108 que cria o Comitê Gestor. Ainda assim, essa criação é provisória: só durante o ano de 2025. A mudança foi feita a pedido do Ministério da Fazenda.

"É importante para agilizar o processo de regulamentação e de montagem do sistema operacional do novo sistema tributário", disse um integrante do governo.

A antecipação da criação do Comitê Gestor "assegura que os entes federativos sejam parte integrante e ativa na elaboração das normativas e na criação das bases operacionais necessárias para a implementação do IBS e da CBS", comentou uma fonte que negocia pelos Estados.

Aprovado pelo Congresso Nacional depois de quase quatro décadas de negociação, o novo sistema tributário é uma aposta da sociedade brasileira num modelo mais simples, menos sujeito a fraudes e mais favorável à competitividade das empresas brasileiras.

No processo de análise no Legislativo, ganhou complexidade em relação à proposta elaborada pelos técnicos. Restaram muitas insatisfações no caminho, haverá muitas críticas e dúvidas. Os próximos meses serão decisivos para garantir que a mudança seja a menos traumática possível.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2&section=1>**

# Relator apresenta parecer que regula reforma tributária

**Caetano Tonet e Jéssica Sant'Ana De Brasília**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal vota nesta quarta-feira (11) o parecer apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) ao principal projeto de lei (PLP 68/2024) de regulamentação da **reforma tributária** do consumo. A votação acontecerá pela manhã e a expectativa é que texto seja levado para deliberação do plenário no mesmo dia, de forma a viabilizar a devolução para a Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que está confiante na aprovação do texto na CCJ. Ele disse que Braga ajustou os principais pontos de interesse do governo no parecer e que a base não deve destacar nenhum ponto.

Apesar do otimismo com a tramitação na comissão, Wagner evitou cravar que a matéria vá ao plenário ainda nesta quarta. Ele disse que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vai precisar sentir a temperatura na Casa após a votação no colegiado. "Os barulhos começarão a surgir amanhã [quarta] de manhã. Aí que ele [Pacheco] vai medir se bota ou não bota", afirmou.

Braga leu na terça-feira (10) o seu parecer, após o adiamento por um dia, já que a sessão da CCJ de segunda-feira (9) foi cancelada por falta de quórum, diante da insatisfação dos senadores com a não liberação das emendas parlamentares. Como o governo se comprometeu em liberar o pagamento de R\$ 6,4 bilhões em emendas até o fim deste ano, a tramitação da reforma foi destravada.

O relator apresentou um novo parecer na terça-feira, retirando "itens de plástico descartável e de uso único" da lista de produtos com incidência do Imposto Seletivo. Braga havia incluído o trecho na primeira versão do seu relatório, apresentada na segunda-feira, mas no próprio dia, após a reação do setor, o senador recuou e disse que cometeu um equívoco.

Superada a questão do plástico, Braga disse que ainda há "quatro ou cinco" pontos sobre o projeto que estão em negociação e podem aparecer num novo substitutivo, a ser apresentado nesta quarta. Ele não quis revelar quais são esses tópicos, mas o Valor apurou que um é sobre a antecipação da monofasia

do etanol hidratado e o outra a inclusão de medidas para tornar mais efetiva a trava de 26,5% para a alíquota padrão de referência.

Caso não haja acordo sobre esses e outros pontos até a manhã desta quarta, a tendência é que os partidos apresentem destaques para votação na CCJ ou no Plenário. "Ainda ficou muita coisa fora", afirmou o senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador do grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que analisou a regulamentação da **reforma tributária**. Ele citou como exemplo demandas não atendidas do setor de cooperativas médicas e de empresas optantes do Simples Nacional.

Braga pediu que essas questões pendentes não impeçam a votação da matéria. "Teremos momento de destaque aqui [na CCJ] e no Plenário. Não podemos ficar procrastinando uma matéria de tamanha importância para o contribuinte

brasileiro", disse o relator. "O relatório que eu apresentei não é perfeito, mas eu garanto a todos que a vontade foi de fazer o melhor, para que a gente pudesse ter um relatório com segurança jurídica, transparência, simplificação e clareza das alíquotas que serão aplicadas", completou o emedebista.

Até o momento, Braga acatou 642 emendas apresentadas. Com isso, o relator fez uma série de mudanças em relação ao texto aprovado pela Câmara. Ele incluiu armas e munições do Imposto Seletivo, incluiu serviços de telecomunicações (telefonia e internet) entre os que darão direito a cashback (devolução de imposto a famílias carentes), reduziu a tributação do setor de bens imóveis e unificou a redução de alíquota para bares, restaurantes, hotéis, parques de diversão e parques temáticos.

Além disso, o relator ampliou benefícios da Zona Franca de Manaus, previu crédito integral imediato na aquisição de bens de capital, mudou a lista de medicamentos e alimentos com alíquota zero e antecipou pontos sobre do Comitê Gestor do IBS, o imposto de competência dos Estados e municípios.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2&section=1>

# Câmara apoia parecer com restrições

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**

Os integrantes do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação da **reforma tributária** reuniram-se na terça-feira (10) para analisar, ponto a ponto, as alterações propostas pelo relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). A intenção é acelerar a discussão para já poder deliberar sobre a matéria na sexta-feira.

Os parlamentares definiram pontos com os quais concordam, com os quais discordam e outros que serão melhor debatidos, segundo apurou o Valor. O relatório foi apresentado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que se reuniu com Braga três vezes desde domingo.

Os assuntos mais sensíveis são mudanças feitas por Braga nos incentivos da Zona Franca de Manaus. A Câmara estabeleceu uma alíquota de 12% para a saída de produtos da indústria da região para outros Estados, mas o emedebista elevou para 18% de IBS. Quanto maior a alíquota, maior o benefício tributário para quem produz na cidade.

"Queremos ver a garantia de competitividade para os outros Estados. Não pode ser uma alíquota que crie problemas de concorrência para o resto do país", disse o deputado Moses Rodrigues (União-CE).

Outro ponto polêmico foi a decisão de Braga de propor a taxa de armas de fogo pelo futuro Imposto Seletivo, que busca desestimular o consumo de bens e serviços que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. No GT, cinco deputados posicionaram-se contra e apenas dois a favor. A Câmara já rejeitou, em plenário, essa cobrança por 316 a 155 votos. "Isso vai cair aqui", disse Lira.

Entre os pontos com os quais os deputados concordam nas alterações está a inclusão de frutas e hortaliças no redutor de 60% da alíquota do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), no redutor para aluguel de equipamentos para a saúde (a Câmara tinha aprovado apenas para a compra) e no desconto unificado para o imposto sobre bares, restaurantes e turismo.

Também há apoio, entre os integrantes do GT, sobre as mudanças feitas para o setor imobiliário: o redutor social para aluguéis (a Câmara tinha aprovado de R\$ 400 e o Senado elevado para R\$ 600); a cobrança de IVA sobre ganhos com aluguéis superiores a R\$ 240

mil por ano; aumento no redutor da alíquota sobre transações com imóveis de 40% para 50%.

Além disso, os deputados concordaram com o cashback (devolução de **impostos** para população de baixa renda) para serviços de telecomunicações, mas discordaram das mudanças na lista de medicamentos que terão redução tributária. "Muitas mudanças estiveram no radar do nosso GT, mas não estavam maduras ainda na época em que votamos. Agora os temas estão mais debatidos", disse o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Os parlamentares também têm simpatia pela ideia de incluir os motoristas de aplicativo na categoria de nanoempreendedores, mas isso ainda dependerá de contas sobre o impacto. E haverá necessidade de negociações também com o governo, já que a proposta do Executivo é garantir alguma cobertura previdenciária para eles, como aposentadoria e benefício por incapacidade permanente, o que o nanoempreendedor não tem direito.

Os deputados receberam diferentes estimativas sobre as mudanças sugeridas por Braga, que iriam de uma alta de 0,15 ponto percentual a 0,18 ponto percentual na alíquota do IVA. Com isso, o IVA ultrapassaria 28%.

Os senadores ainda vão votar o projeto e podem alterar o parecer de Braga até o momento da aprovação. A expectativa dos parlamentares é de que o texto seja analisado pelo plenário entre quarta-feira e quinta-feira desta semana, e depois seja encaminhado para deliberação pelos deputados. Por isso, a avaliação feita pelo GT ainda é prévia.

Uma das intenções, contudo, é avisar o Senado sobre alterações que têm concordância parcial dos deputados para se construir um texto em conjunto. Como, por exemplo, no redutor da alíquota para "outros serviços agregados à educação". A avaliação dos integrantes do GT da Câmara é de que a mudança é positiva, mas ampla demais e poderia favorecer até autoescolas.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188065?page=2&section=1>

# Dólar e juros recuam em dia de alívio nos prêmios de risco

**Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari e Eduardo Magossi De São Paulo**

A visão de que há um alinhamento maior entre o governo e parlamentares para destravar a tramitação do pacote fiscal no Congresso alimentou uma forte descompressão nos prêmios de risco de ativos domésticos na sessão de ontem, com recuo do dólar frente ao real, queda dos juros futuros e avanço do Ibovespa.

O movimento ocorreu em um dia em que investidores acompanharam de perto o estado de saúde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que passou por cirurgia de emergência. O alívio também veio na sequência de um pregão de forte estresse em que os juros futuros chegaram a 15% em alguns prazos na segunda-feira, nos maiores patamares do ano.

Na véspera da próxima decisão de política monetária do Banco Central (BC), a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 recuou de 14,555%, do ajuste anterior, para 14,37%; e a do DI de janeiro de 2031 baixou de 14,39% a 13,91%.

Segundo o profissional da tesouraria de uma instituição financeira local, o avanço da regulamentação da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado dos nomeados pelo governo para o Banco Central foram bem-vistos por agentes financeiros.

"O mercado está lendo que o "Copom tem sido claro em relação a compromisso firme de convergência à meta.

É o mandato que vamos perseguir" Izabela Correa governo finalmente encaixou a negociação com o Congresso", diz essa fonte. Para um operador de renda fixa de outra instituição brasileira, parte do mercado também pode ter enxergado uma oportunidade para montar posições táticas ontem diante do nível elevado das taxas, ajudando no fechamento da curva a termo.

O alívio nas taxas ocorreu mesmo depois de um resultado considerado ruim do IPCA para novembro.

Embora o indicador "cheio" tenha desacelerado de uma alta de 0,56% em outubro para 0,39% no mês passado, a composição indicou uma pressão inflacionária ainda maior.

"Os números de hoje definitivamente não oferecem nenhum refresco para o BC e devem reforçar a leitura de uma ação mais incisiva da autoridade monetária para estancar a deterioração do quadro inflacionário", diz Gino Olivares, economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management.

Na véspera da decisão do Copom, estrategistas do Citi ressaltaram que os economistas e o mercado estão divididos entre uma alta de 0,75 ponto e 1 ponto. "Neste momento, acreditamos que um aumento de 0,75 ponto representa um risco considerável para nossas operações de câmbio e juros no Brasil", afirmaram em nota.

O alívio nos juros futuros deu fôlego para uma recuperação de ações domésticas do Ibovespa, que fechou em alta de 0,80%, aos 128.228 pontos. Nos últimos dias, um dos pontos que chamam a atenção de agentes financeiros é que houve entrada de fluxo estrangeiro para a bolsa em algumas sessões depois da apresentação do pacote. No acumulado do mês de dezembro, por exemplo, a categoria registra um superávit de R\$ 940 milhões.

Para o chefe da corretora do UBS BB, Marcelo Okura, os dados parecem indicar que o investidor estrangeiro global já tinha saído ou estava muito pequeno em Brasil, o que pode ter ajudado o Ibovespa a não recuar na mesma magnitude que os juros e o dólar avançaram depois da apresentação do pacote ao longo dos últimos dias.

Já o dólar comercial encerrou a sessão de ontem em queda de 0,58%, cotado a R\$ 6,0469.

Com isso, o real apresentou o melhor desempenho entre as 33 moedas mais líquidas e foi acompanhado pelos pesos colombiano e mexicano.

Na leitura de um gestor local, na condição de anonimato, o alívio de ontem pode ter sido reflexo de algum fluxo pontual para América Latina ou de um ajuste de portfólio, dado que não houve um gatilho claro para essa melhora.

Para Fabio Zaclis, gestor da Daycoval Asset, a mensagem do Banco Central na reunião de hoje será fundamental para entender os próximos movimentos da moeda. "Teremos que ver se o BC irá ancorar a credibilidade de que vai conseguir buscar a meta de **inflação**. Caso contrário, poderemos ter uma deterioração adicional do câmbio." Já no exterior, os rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) e o dólar fecharam em alta à medida que os investidores se preparam para a divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI) de novembro dos EUA hoje e do índice de preços ao produtor (PPI) na quinta-feira.

Para Ian Lyngen, da BMO Markets, o caminho mais razoável para taxas mais baixas seria uma surpresa negativa na frente da **inflação**, em vez de simplesmente a transferência do risco do evento.

"No cenário em que o núcleo da **inflação** fique conforme o esperado, o mercado ainda precisará derrubar o resultado do leilão de títulos de prazo mais longo. Embora não estejamos inclinados a uma reavaliação descendente significativa, estamos certamente cientes de que a volatilidade dos dados de **inflação** ao longo deste ciclo merece abordar a atualização de quarta-feira com cautela, senão com apreensão agressiva", avalia.

No fechamento, o rendimento da T-note americana de dois anos subiu de 4,131% para 4,147%, enquanto a taxa do título de dez anos do Tesouro dos Estados Unidos avançou de 4,203% para 4,225%. O índice DXY, que mede a relação do dólar ante uma cesta de moedas, subiu 0,39% a 106,56 pontos. Já em Wall Street, as bolsas fecharam em baixa, pressionadas pela forte queda da Oracle, de mais de 6%. O Dow Jones caiu 0,35%, S P 500 recuou 0,30% e Nasdaq perdeu 0,25%.

R\$ 6,04 foi o valor de fechamento do dólar na sessão de ontem

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188065>

# Clima no Congresso e calendário criam risco de apagão orçamentário e de atraso no pacote de gastos

**Adriana Fernandes**

**Tháísa Oliveira**

**Victoria Azevedo**

Com apenas oito dias úteis até o início das férias de fim de ano do Congresso, a prioridade máxima dos parlamentares e do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é votar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025 para evitar a paralisação da máquina administrativa, o chamado shutdown.

Se a lei não for aprovada, o governo não poderá pagar as despesas no ano que vem, alerta o Ministério do Planejamento e Orçamento.

"A aprovação da LDO ainda neste ano é indispensável para assegurar o uso dos recursos públicos para pagamento de quaisquer despesas, obrigatórias ou discricionárias, em 2025, a fim de evitar a paralisação do Governo e se dar continuidade aos serviços prestados à sociedade", disse o Planejamento em resposta a questionamento da Folha.

O medo de um apagão orçamentário levou o governo a articular com o Congresso um plano B: a inclusão de um dispositivo em um projeto de lei já em votação na Câmara que autoriza a execução de despesas. A matéria ainda precisa ir ao Senado.

Mesmo com a publicação nesta terça-feira (10) da portaria que libera o pagamento de emendas, lideranças parlamentares ouvidas pela Folha admitem que a chance de votação do pacote diminuiu diante da avaliação de que há temas espinhosos entre as medidas que demandam mais tempo de discussão. Entre os descontentes, a própria bancada do PT.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) foi alertado, em reunião na segunda-feira (09) à noite, sobre as dificuldades para aprovação do pacote de gastos no Senado até o fim do ano.

Durante a conversa com Haddad, senadores também afirmaram que a votação do pacote fiscal na semana

que vem, junto com a LDO e o Orçamento de 2025, parece humanamente impossível.

A conversa ocorreu na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com um número restrito de senadores - e após o encontro de Pacheco com Lula, ministros palacianos e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Além da LDO, a prioridade elencada pelos parlamentares é a votação do primeiro projeto de lei que regulamenta a proposta de **reforma tributária**.

"Acho muita coisa para ser votada. Quem pauta é o presidente, não sou eu, vai ter que escolher alguma coisa [para ficar para 2025].", disse o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA).

Deputados e senadores também veem com desconfiança a promessa do governo de liberar as emendas até o fim do ano. Mesmo com as portarias que devem facilitar o repasse do dinheiro, a avaliação predominante é de que não há mais tempo hábil para pagar, de fato, o que já foi indicado. O clima é de ver para crer. Há receio, porém, de que a não votação do pacote possa gerar mais caos e alta do dólar.

"Dá tempo. Quando há acordo político, Congresso vota rápido. A questão das emendas vai ser resolvida. A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) permite liberar muita coisa, já é um avanço. E a regulamentação que o Executivo prepara irá consolidar esse processo", diz o deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA), um dos vice-líderes do governo.

O engarrafamento dos projetos para votação nesses oito dias até o recesso parlamentar é grande. Além da LDO e da regulamentação da **reforma tributária**, a equipe econômica conta com a aprovação do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) e de boa parte das medidas do pacote. O governo enviou até agora dois projetos e uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

O projeto com maior resistência é o que trata de mudanças no BPC (Benefício de Prestação Continuada), concedido a idosos e pessoas com

deficiência. Nesse mesmo projeto, está prevista a mudança na regra de correção do salário mínimo -uma das mais importantes do pacote.

Se não for aprovado neste ano, o valor do salário mínimo será corrigido pela regra atual a não ser que o governo edite uma MP (Medida Provisória). A desvinculação de fundos públicos prevista no outro projeto de lei complementar também enfrenta resistências.

Na PEC, a regulamentação para barrar os supersalários no setor público é ponto mais crítico, além do fim da obrigatoriedade de execução de programas.

Pacheco afirmou à Folha que há um problema inegável de prazo para aprovação do pacote de gastos, mas demonstrou estar confiante. "A ausência do presidente Lula [internado após uma cirurgia em São Paulo] redobra nossa responsabilidade de tentar resolver as pendências e os problemas até para que ele possa ter uma recuperação tranquila. Não queremos levar problemas para ele, queremos levar solução. Para ele se recuperar bem e voltar a trabalhar porque nós precisamos dele", disse.

O governo e a equipe econômica ainda buscam oficialmente manter a confiança na aprovação do pacote devido à piora das condições financeiras, como alta do dólar, provocada pela crise de desconfiança dos investidores com a sustentabilidade fiscal.

A aprovação do pacote pode ajudar a melhorar o ambiente, na avaliação de integrantes da equipe econômica. Esse é um dos argumentos que estão sendo utilizados para convencer o Congresso.

O presidente da Câmara, em reuniões nesta terça-feira (10), pediu empenho aos líderes para aprovar a pauta que ainda resta. Ele avisou que vai ter sessões de segunda a sexta.

"Os líderes estão trabalhando nas bancadas. É um calendário muito curto para se votar tudo. Sou sempre otimista, mas otimista realista, temos um prazo pequeno. Para o país é importante que se vote essas questões, eu defendo que se vote. Mas é preciso construir ambiente na Casa para votar", diz o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ainda restam enviar dois projetos que tratam da reforma da Previdência dos militares e a correção da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5.000 com a taxação dos milionários.

LDO de 2025

A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as prioridades e a meta fiscal do governo para o ano seguinte e orienta a elaboração do Orçamento. Foi criada em 1988 e o primeiro projeto de LDO foi enviado em 1989. De lá para cá, sempre foi aprovada no mesmo ano. Sem a LDO, o governo não pode executar as despesas, o que caracteriza uma situação de apagão da máquina. É o projeto mais urgente.

PLOA de 2025

Projeto de Lei Orçamentária em 2025. Estima as receitas e estabelece as despesas para o exercício financeiro seguinte. O governo pode iniciar a execução orçamentária antes da aprovação do PLOA por meio de regras temporárias estabelecidas na LDO, em geral a limitação de 1/12 para os gastos discricionários.

### Reforma Tributária

Regulamentação da **reforma tributária** aprovada no ano passado. Primeiro projeto já foi aprovado na Câmara e, agora, está em tramitação no Senado. Se for aprovado pelos senadores, depende de uma nova votação na Câmara. A cúpula da Câmara e do Senado estão empenhadas em aprovar até o fim do ano. O segundo projeto foi aprovado pelos deputados, mas no Senado o relator ainda não foi designado.

PEC do Pacote fiscal

Integra o pacote fiscal. Entre as medidas, prorroga a DRU (Desvinculação das Receitas da União) até 2032, que termina este ano. Facilita a gestão orçamentária. Contém duas propostas com forte resistência: comando para que a regulamentação dos supersalários seja tratada por lei complementar e revogação de dois dispositivos da Constituição que obrigam o governo a executar os programas previstos no Orçamento, a chamada impositividade.

PL do Salário Mínimo e BPC

Integra o pacote fiscal. Foi protocolado pelo deputado José Guimarães (PT-CE). Trata da limitação do ganho real do salário mínimo aos percentuais de expansão do teto de despesas do arcabouço fiscal. O texto também traz mudanças no BPC, no Bolsa Família e no FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal). Sem a aprovação do projeto, fica valendo a regra atual de correção do salário mínimo a partir do ano que vem. Há resistências às mudanças no BPC.

PLP dos Fundos

Projeto de Lei Complementar do pacote fiscal. Retoma a ideia de restringir o uso de créditos para abater **tributos**. A autorização para fixar um limite para o uso

de créditos valerá caso o governo registre déficit nas contas de 2025 em diante. Desvincula recursos de oito fundos públicos

PL de aumento da CSLL e JCP

Enviado em agosto para aumentar a arrecadação e fechar a proposta de Orçamento de 2025. Parlamentares afirmam que não há espaço para aumento da carga tributária.

PLNs Orçamentários

Projetos que alteram o Orçamento deste ano e precisam ser aprovados.

PL da isenção do IR e da tributação dos milionários (ainda não enviado)

Integra o pacote fiscal. Aumenta a faixa de isenção do IR para R\$ 5.000 e cria o imposto mínimo para tributar milionários. Não foi enviado. Tem apoio do PT, mas sofre resistência do setor empresarial e financeiro.

PL dos militares (ainda não enviado)

Integra o pacote fiscal, mas tampouco foi enviado. Propõe mudanças na Previdência dos militares. O Ministério da Fazenda diz que será enviado nos próximos dias. Não se espera aprovação neste ano devido às resistências dos militares.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/clima-no-congresso-e-calendario-criam-risco-de-apagao-orcamentario-e-de-atraso-no-pacote-de-gastos.shtml>**

# Senado deve votar nesta quarta o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária

*Por Kevin Lima, Zaia Angelo, Vinícius Cassela, g1 - Brasília*

O Senado vai votar nesta quarta-feira (11) o primeiro projeto de regulamentação da **Reforma Tributária**, aprovada no ano passado pelo Congresso.

Nesta terça (11), o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do texto, apresentou seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A expectativa é que o projeto seja votado pela comissão já na manhã desta quarta (11), depois de encerrado prazo de vista coletiva (mais tempo para análise) aos membros.

Após a aprovação na CCJ, o texto ainda terá de passar pelo plenário do Senado - e como foi alterado, deve voltar à Câmara para uma nova votação.

A votação no plenário pode ser já nesta quarta.

O texto, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, estabelece balizas para as cobranças dos três **impostos** sobre o consumo (IBS, CBS e Imposto Seletivo) criados pela reformulação do sistema tributário.

Prevê também tratamentos diferenciados a uma série de produtos e serviços, além de isenções tributárias, como a alíquota zero para carnes. Braga fez modificações ao texto, incluindo armas no imposto do pecado e cashback sobre as contas de telefone e internet para famílias de baixa renda (veja detalhes a seguir).

Em agosto, após mudanças aprovadas pela Câmara, o Ministério da Fazenda estimou que a alíquota padrão do IBS e da CBS - cobrada sobre todos os itens que não estiverem em regras especiais - deverá somar 27,97%.

Eduardo Braga avalia que, com as alterações sugeridas em seu parecer, a alíquota também poderá subir. Apesar disso, o senador se diz otimista e projeta uma queda no valor estimado pela Fazenda. A alíquota vai reduzir, afirma.

?? A Câmara terá a palavra final sobre as mudanças, podendo acatar ou rejeitar as alterações promovidas pelos senadores. Depois disso, o texto será encaminhado à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm se mobilizado para concluir a votação ainda em dezembro - antes que ambos deixem a presidência das Casas.

Nesta terça, antes mesmo de o Senado concluir a análise, deputados do grupo de trabalho que coordenou a análise na Câmara voltaram a se reunir para discutir o parecer de Braga.

O grupo chegou a decidir que, se chegasse a tempo, o projeto seria votado na Câmara nesta sexta (13) para concluir a tramitação. Esse calendário, no entanto, depende de quando o projeto será votado pelos senadores.

Os parlamentares devem se reunir novamente nesta terça para elaborar um raio-x das mudanças, a ser entregue ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A ideia é alinhar os pontos alterados pelo Senado para que uma nova rodada de votação na Câmara não atrase novamente - o que, a essa altura, poderia empurrar a conclusão do texto para 2025.

Fizemos um pente-fino no relatório e vimos os pontos centrais. Temos que fazer novos cálculos, afirmou o deputado Moses Rodrigues (União-CE).

O relatório de Eduardo Braga sobre o projeto aprovado pelos deputados já havia sido divulgado na manhã de segunda (9), seguindo cronograma acordado com Pacheco e lideranças partidárias do Senado.

Braga tentou realizar a leitura do parecer - e manter o calendário intacto - ainda na tarde do dia 9. Mas, minutos após o horário marcado para iniciar a reunião da CCJ, o senador foi surpreendido com o cancelamento da agenda.

Vice-presidente da CCJ, o senador Marcos Rogério (PL-RO) decidiu não abrir a reunião pela ausência de membros. A marcação de presenças estava aberta desde a manhã de segunda, mas somente seis senadores - três de partidos da base e três da oposição - registraram comparecimento.

Nos bastidores, alguns parlamentares chegaram a avaliar o revés como um recado de senadores ao Planalto em meio à insatisfação com o bloqueio do pagamento de emendas.

Nesta terça, pouco antes da abertura da leitura do parecer de Braga, o presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (União-AP), ironizou o episódio ao cumprimentar o relator e Rogério. Você me colocou em uma confusão ontem, disse Alcolumbre ao vice-presidente da CCJ.

Em linhas gerais, o projeto trata da cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que terá gestão compartilhada entre estados e municípios; e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que terá gestão federal.

Esses **tributos** vão substituir - depois de um período de transição, que deverá ser concluído em 2033 - cinco **impostos** que atualmente incidem sobre produtos e serviços: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

O Palácio do Planalto trabalha para concluir a primeira etapa de regulamentação ainda neste ano. Um outro projeto, que abrange regras para o comitê compartilhado de estados e municípios, deverá ficar para 2025.

O relatório de Braga contempla mudanças e manutenções em relação ao projeto aprovado pela Câmara e enviado pelo governo federal.

Confira nesta reportagem os principais pontos do parecer de Eduardo Braga (clique para seguir ao conteúdo):

O parecer mantém carnes, frangos e peixes na lista de itens que terão isenção tributária dos novos **impostos** unificados sobre o consumo.

A contragosto de Arthur Lira e do Planalto, os produtos foram incluídos pela Câmara dos Deputados nos itens que compõem a cesta básica nacional, que terá alíquota zero do IBS e da CBS.

Segundo o Ministério da Fazenda, a isenção das proteínas foi responsável por elevar em 0,56 ponto percentual a estimativa.

Estarão isentos:

Haverá redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS para os seguintes alimentos:

Eduardo Braga propõe incluir armas e munições na lista de produtos e serviços que sofrerão com a cobrança do Imposto Seletivo.

Em um primeiro parecer, Braga sugeriu também incluir itens de plástico descartável no imposto do pecado. Horas depois, o senador afirmou ter cometido um "erro" e retirou o dispositivo.

O texto mantém a lista de itens tributados aprovada pela Câmara em julho, que inclui apostas e carros elétricos:

Pelo parecer, ficarão de fora do Imposto Seletivo:

O Imposto Seletivo foi criado pela emenda constitucional que reformulou a tributação sobre consumo no Brasil.

O tributo é aplicado sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Na prática, essa categoria terá uma tributação maior do que a alíquota padrão - estimada pelo Ministério da Fazenda em 27,97%.

O objetivo é desestimular, por meio da cobrança extra, o consumo desses tipos de produtos e serviços.

O texto prevê que haverá tributação reduzida sobre medicamentos. Segundo o parecer, o corte será de 60% da alíquota padrão da CBS e do IBS.

A tributação será equivalente a 40% da alíquota geral e valerá para todos os remédios registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou produzidos por farmácias de manipulação.

Também terá direito a essa redução os itens de higiene pessoal e limpeza. Entram nesse rol, por exemplo, papel higiênico e escova de dentes.

Uma segunda categoria de medicamentos poderá ficar isenta de tributação. O parecer de Braga estabelece que haverá alíquota zero para remédios destinados à Farmácia Popular e das seguintes linhas de cuidado:

Pelo relatório, uma lista de medicamentos com alíquota zero será definida posteriormente, seguindo essas linhas de cuidado.

O catálogo será elaborado em ato conjunto do Comitê Gestor do IBS (estados e municípios), do Ministério da Fazenda, com a participação do Ministério da

Fazenda.

Eduardo Braga disse, em entrevista a jornalistas, que a listagem terá de ser enviada pelo governo ao Congresso e aprovada na forma de uma lei.

Além disso, também serão isentos do IBS e da CBS:

Em seu parecer, Eduardo Braga também propôs reduzir a tributação para serviços prestados por profissionais da área.

Entraram na lista: serviços de cuidado e assistência a idosos e pessoas com deficiência em unidades de acolhimento; e serviços domiciliares de apoio a pessoas idosas, crianças, adolescentes, pessoas com transtornos mentais e com deficiências - o chamado home care .

O texto também traz pequenas atualizações em relação ao mecanismo de devolução de imposto para população inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal - o chamado cashback .

Pela proposta, o cashback será destinado às famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo e inscritas no CadÚnico.

?? Nesse mecanismo, o imposto é cobrado normalmente na compra e, depois, devolvido ao comprador.

O parecer de Braga mantém os percentuais definidos pela Câmara para devolução da CBS e do IBS. Mas inclui serviços domiciliares de telecomunicação, como telefonia e internet banda larga, no rol das devoluções de **tributos**.

Haverá cashback :

A devolução de **tributos** pagos em faturas de energia, internet e água, por exemplo, será feita diretamente na conta. Uma outra regulamentação definirá como será feito o cashback para as outras áreas.

Em seu relatório, Eduardo Braga decidiu não incluir um dispositivo para proibir a devolução de **tributos** na compra de armas. Segundo ele, apesar de simpática , a medida não teria efeito prático .

A proibição do cashback nas aquisições de armas e munições, em que pese simpática, não terá efeito prático, uma vez que essa operação exige a observância de complexa burocracia e são itens de alto valor no mercado legal , escreveu o senador.

O senador Eduardo Braga propõe elevar o teto de veículos aptos a receber isenção de **impostos** na

compra por pessoas com deficiência (PCDs) e com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O texto aprovado pela Câmara estabelecia que teriam direito à alíquota zero veículos de até R\$ 150 mil. Braga propõe subir o valor para R\$ 200 mil, sem contar os custos de adaptação do veículo.

Pela proposta, o valor do teto será atualizado anualmente, com base na variação do preço médio dos automóveis novos na Tabela Fipe.

Segundo o parecer, a isenção será limitada a até R\$ 70 mil e valerá para a compra de carros de passageiros de fabricação nacional, com quatro portas.

O benefício será concedido a partir de apresentação de um laudo de avaliação e para pessoas com:

Pelas regras atualmente em vigor, há isenção de IPI para automóveis adquiridos por PCDs de até R\$ 200 mil. No caso do ICMS, o teto é de R\$ 120 mil.

Além de pessoas com deficiência e TEA, taxistas também terão direito à isenção do IBS e da CBS. Para esses profissionais, a alíquota zero somente poderá ser aplicada na compra de carros novos que sejam:

O senador Eduardo Braga atendeu a pedidos do setor imobiliário e ampliou reduções tributárias a esse mercado.

De acordo com a reforma aprovada na Câmara, operações com imóveis estarão sujeitas à cobrança da alíquota geral da nova tributação sobre consumo.

O parecer de Braga propõe definir uma diferenciação para a cobrança de **impostos** de pessoas físicas, como, por exemplo, rendimento anual superior a R\$ 240 mil com locação.

O texto estabeleceu, no entanto, dois redutores, que servem para ajustar a carga e diminuir a alíquota final.

Haverá um redutor social na compra de imóveis novos, lotes residenciais e no aluguel de imóveis.

O mecanismo funciona reduzindo a base de cálculo da tributação. O objetivo é beneficiar famílias com renda mais baixa e imóveis populares, garantindo maior progressividade na cobrança dos **tributos**.

?? Por exemplo, se o redutor for de R\$ 400 e o aluguel de um apartamento R\$ 1 mil, o imposto incidirá somente sobre R\$ 600.

Pela proposta, o redutor social será de:

Segundo o texto de Braga, esses valores serão atualizados mensalmente, depois da eventual sanção da proposta, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do Brasil.

O senador também elevou os cortes lineares nas alíquotas do IBS e da CBS aplicadas em transações com imóveis.

A Câmara havia aprovado uma redução de 40% dos **impostos** para essas operações. Também havia sido aprovado um corte de 60% das cobranças nas operações de locação.

Pelo parecer de Braga, esses redutores serão elevados a:

De acordo com o senador, haverá um período de transição para as novas cobranças tributárias sobre operações imobiliárias.

O relator do projeto de regulamentação da **reforma tributária** no Senado prevê mudanças também na trava criada pela Câmara dos Deputados para que a alíquota geral do IBS e da CBS não supere 26,5%.

O texto estabelece que, em 2030, o governo federal e o Comitê Gestor do IBS (estados e municípios) vão avaliar as regras implementadas pelo novo sistema tributário.

Segundo a proposta, com base em dados fiscais do período de transição entre 2026 e 2030, o governo e o comitê farão estimativas do tamanho da alíquota que será cobrada a partir de 2033, quando acabará a transição para os novos **impostos**.

Se a alíquota projetada superar 26,5%, o governo federal deverá enviar um projeto ao Congresso para adequar a cobrança a esse patamar.

Originalmente, o projeto aprovado pelos deputados não estabelecia um prazo para que este texto fosse apresentado.

Braga propõe determinar que o projeto terá de ser encaminhado aos parlamentares em até 90 dias após a divulgação do balanço do período de transição da reforma. Não havia menção a prazo no texto aprovado pela Câmara.

Em entrevista a jornalistas na tarde desta segunda, o senador afirmou que poderão ser incluídas consequências ao governo federal quando houver descumprimento do prazo.

Pelo projeto, no texto a ser encaminhado pelo governo, poderão ser revistos regimes diferenciados, isenções e reduções de alíquotas aos setores beneficiados pela reforma.

A proposta estabelece, ainda, que a avaliação das regras da **reforma tributária** terá de ser feita a cada cinco anos. Em cada balanço, o governo federal poderá enviar novos projetos para adequar a tributação.

O relatório de Eduardo Braga mantém a criação da figura do nanoempreendedor, introduzida no projeto aprovado pela Câmara em julho.

Segundo o texto, pessoas físicas que totalizarem receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil (correspondente à metade do limite de microempreendedores individuais) serão isentas da cobrança do IBS e da CBS.

No parecer apresentado nesta manhã, Braga propôs flexibilizar o cálculo de arrecadação para motoristas e entregadores de aplicativo.

Pela proposta, para fins de enquadramento na figura do nanoempreendedor, será considerado somente 25% do valor bruto mensal recebido pelos trabalhadores de aplicativo.

Com isso, adequamos à realidade e às peculiaridades enfrentadas pelos motoristas e entregadores de aplicativos, justificou o senador.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/11/senado-deve-votar-nesta-quarta-o-primeiro-projeto-de-regulamentacao-da-reforma-tributaria.ghtml>**

# Setor das artes visuais espera garantir redução de alíquotas na votação da Reforma Tributária

Entre tantos setores econômicos que acompanharão nesta quarta-feira (11) a votação do projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/2024), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, um ligado à cultura terá especial interesse no tema: o segmento das artes visuais. A preocupação é com a permanência da comercialização de obras de arte no Regime Diferenciado, responsável pela redução da alíquota do IVA - Imposto sobre Valor Agregado, que será formado pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e pela CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) - em 60%, já garantido a setores como eventos e audiovisual.

Anteontem à noite, o setor conseguiu incluir a alíquota reduzida no texto do relator Eduardo Braga (MDB-AM). A seguir assim, é aguardar que o projeto passe sem alterações pela Câmara dos Deputados e seja sancionado sem vetos pelo presidente Lula.

O temor cresceu quando a comercialização de obras de arte não foi incluída no Regime Diferenciado quando o tema passou pela Câmara. Neste caso, a maior incidência de **tributos** poderia levar o valor de uma obra no país a um aumento de até 27%, segundo cálculo do Coletivo 215, formado por entidades como a AGAB (Associação de Galerias de Arte do Brasil) e a ABACT (Associação Brasileira de Arte Contemporânea) e as feiras SP-Arte e ArtRio, as duas maiores do país.

Entidades e agentes do segmento trabalharam para sensibilizar os senadores, alertando que o Brasil poderia perder competitividade, ficando na contramão de países que oferecem incentivos fiscais para a área, a exemplo de França e Reino Unido (5,5%), Bélgica (6%) e Alemanha (7%). No texto atual, o Artigo 139 garante a redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para, entre outros setores culturais, "exposições, feiras, galerias e mostras culturais, artísticas e literárias" e "obras de arte", com a especificação de serem "produzidos por artistas brasileiros".

- Participamos de algumas audiências públicas em Brasília para apresentar melhor a realidade do mercado. Geralmente, o mundo das artes visuais costuma ganhar atenção quando acontece alguma

venda extraordinária, mas isso é a grande exceção - destaca Victoria Zuffo, sócia-fundadora da galeria Lume (SP) e presidente da ABACT. - A realidade é de um segmento que enfrenta dificuldades permanentes, com grandes custos operacionais e que incrementa a programação cultural gratuita das cidades. E, geralmente, são as pequenas e médias galerias que profissionalizam os jovens artistas, investindo sem a perspectiva de retorno imediato.

Artigo : Arte tributária: Isenções devem ser bem desenhadas - e limitadas: se alguém paga menos imposto, alguém tem que pagar mais

Além da atuação do Coletivo 215, formado há cerca de um ano e meio, no final de novembro uma campanha nas redes sociais "em defesa das artes visuais no Brasil" engajou galeristas, artistas, curadores e demais membros da cadeia produtiva do segmento. Durante a Art Basel Miami Beach, maior feira de arte das Américas, encerrada no último domingo, alguns galeristas comentavam o tema, demonstrando preocupação com o futuro do setor caso não fosse incluído Regime Diferenciado.

- Estamos trabalhando para mostrar que a arte não é um mercado de luxo, mas um setor com uma cadeia econômica por trás. Evoluímos muito, não podemos correr o risco de ficar isolados internacionalmente, com uma tributação muito acima de outros países - disse Antônio Almeida, fundador da paulistana Almeida & Dale.

Sócio da Gentil Carioca e membro do conselho da Art Basel, Marcio Botner torce por uma vitória no Senado, para evitar uma regressão no mercado para níveis de três décadas atrás:

- Desde os anos 1990, um trabalho muito consistente vem sendo feito. Vemos esse resultado em feiras, como em Miami, com uma representação espetacular do Brasil. Mas isso só é possível com um mercado interno fortalecido. Sem isso, não dá para sobreviver fora.

**Sítio:**

<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/12/11/setor>

***-das-artes-visuais-espera-garantir-reducao-de-aliquotas-  
na-votacao-da-reforma-tributaria.ghtml***

# Comissão do Senado vota hoje regulamentação da Reforma Tributária; texto deve ir ao plenário em seguida

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) deve votar, nesta quarta-feira, o parecer da regulamentação da **Reforma Tributária**. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer levar o texto para votação no plenário no mesmo dia. Depois, a proposta volta para a Câmara dos Deputados antes de seguir para sanção presidencial.

Ontem, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), fez a leitura do parecer na CCJ e um pedido de vista coletivo foi concedido aos senadores. A definição ocorre depois que a oposição conseguiu articular, na última segunda-feira, um cancelamento inesperado da sessão, por falta de quórum.

Senadores viram a situação como uma retaliação pelo congelamento no pagamento de emendas parlamentares feito pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. O ministro negou ontem o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para liberar o pagamento das verbas, o que irritou mais ainda o Congresso.

O relator afirmou ainda que deve fazer modificações no texto até a votação de amanhã.

- Ainda não tenho quais medidas mais duras devem ser colocadas para cumprimento da alíquota. Estamos tentando ainda minimizar os erros, revisão em cima de revisão. Tem umas quatro ou cinco coisas que talvez precisamos fazer uma reflexão. É muito mais ajustes, de mérito, vai depender da opinião dos senadores - disse Braga.

As mudanças na regulamentação devem provocar um aumento de 0,13 ponto percentual na previsão de alíquota padrão. Com isso, o valor do tributo poderia chegar a 28,12%, já que as contas do Ministério da Fazenda previam 27,99% para a alíquota padrão com base no texto anterior da Câmara dos Deputados. Ainda assim, Braga prevê que a taxa deve cair conforme a transição entre sistemas tributários for ocorrendo, com a diminuição da sonegação fiscal.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/11/comissao-do-senado-vota-hoje-regulamentacao-da->**

***reforma-tributaria-texto-deve-ir-ao-plenario-em-  
seguida.shtml***

# Agenda do dia: Decisão do Copom e CPI nos EUA são destaque

Em meio à crescente desancoragem das expectativas de **inflação**, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) anuncia nesta quarta-feira sua decisão de política monetária.

No exterior, os Estados Unidos divulgam o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) de novembro, que tem potencial de influenciar a decisão do Federal Reserve (Fed, banco central americano) neste mês.

Veja mais destaques desta quarta-feira:

IBGE divulga Pesquisa Mensal de Serviços de outubro - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa, às 9h, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) de outubro. Em setembro de 2024, o volume de serviços no Brasil cresceu 1,0% frente a agosto, na série com ajuste sazonal. Dessa forma, o setor de serviços renova o auge da série histórica e está 16,4% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020). Em relação a setembro de 2023, na série sem ajuste sazonal, o volume de serviços cresceu 4,0%, sexto resultado positivo consecutivo nesta comparação. O acumulado no ano chegou a 2,9% frente a igual período de 2023 e o acumulado nos últimos doze meses avançou 2,3%, sua taxa mais intensa desde abril de 2024 (2,5%).

CNI divulga confiança do empresário industrial (Icei) de dezembro - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) publica, às 10h, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) de dezembro. O Icei caiu 0,6 ponto. Antes em 53,2 pontos, o indicador agora registra 52,6 pontos.

Anfavea divulga desempenho da indústria automobilística em novembro - A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) anuncia, às 10h, o desempenho da indústria automobilística (veículos e máquinas agrícolas e rodoviárias) em novembro. A indústria de automóveis vendeu, em outubro, 264,9 mil carros, comerciais leves, caminhões e ônibus, o que representa uma alta de 21,6% frente ao mesmo mês de 2024. A recuperação de mercados latino-americanos sustenta os dados do mês, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Foi o melhor mês desde 2014. Nos dez meses deste ano, as vendas marcaram alta de 15% em relação ao período

de 2023, com um total de 2,124 milhões de unidades. Outubro apresentou 11,5 mil unidades em média diária.

Copom comunica decisão sobre a taxa Selic - O Comitê de Política Monetária anuncia, a partir das 18h30, a decisão sobre a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, atualmente em 11,25 ao ano, a ser praticada até 29 de janeiro 2025. Das 117 instituições financeiras e consultorias ouvidas em pesquisa feita pelo Valor, 89 projetam aumento de 0,75 ponto percentual (p.p.) para 12%. Já outras 24 instituições esperam elevação de 1 ponto percentual e apenas quatro veem uma alta de 0,5 p.p.

MBA publica pedidos de hipotecas nos EUA na semana - A associação de bancos hipotecários (MBA, na sigla em inglês) mostra, às 9h (de Brasília), o número de pedidos de hipotecas nos EUA na semana até 6 de dezembro. Na semana anterior, houve alta de 2,8.

EUA noticiam **inflação** ao consumidor de novembro - A Secretaria de Estatísticas Trabalhistas (BLS) dos EUA noticia, às 10h30 (de Brasília), o índice de preços ao consumidor (CPI) de novembro. Em outubro, o índice cheio variou 0,2% na margem e subiu 2,6% em bases anuais; o núcleo do índice variou 0,3% na margem e subiu 3,3% ao ano. As estimativas para o núcleo são de 0,3% (margem) e 3,3% (ano) e para o índice cheio de 0,3% (margem) e 2,7% (ano).

BC do Canadá decide sobre política monetária - O banco central do Canadá anuncia às 11h45 (de Brasília) sua decisão de política monetária. A taxa de juros atual está em 3,75% ao ano e deve cair para 3,25%.

EIA expõe estoques de petróleo e derivados nos EUA na semana - A Administração de Informações de Energia (EIA, sigla em inglês) dos EUA expõe, às 12h30 (de Brasília), os estoques semanais de petróleo e derivados nos EUA na semana até 6 de dezembro. Na semana anterior, os estoques de petróleo bruto diminuíram em 5,073 milhões de barris e os de gasolina aumentaram em 2,362 milhões de litros.

Tesouro dos EUA realiza leilão de T-notes de 10 anos - O Departamento do Tesouro dos EUA realiza leilão de T-notes de 5 anos. Às 15h (de Brasília), saem os

resultados.

Opep anuncia seu relatório mensal - A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) anuncia, em horário não divulgado, o seu relatório mensal.

Senado vota **reforma tributária** - O Plenário do Senado reúne-se às 16h e deve votar o projeto de lei 68/24, da **reforma tributária**; o PL 576/21, que regulamenta eólicas offshore; o PL 3.819/24, que autoriza a criação da estatal NAV Brasil e o PL 141/24, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que define os casos em que os valores de parcerias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal.

CCJ do Senado vota regulamentação da **reforma tributária** - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado reúne-se às 9h30 e vota o principal projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** (PL 68/24). Também aprecia indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o Superior Tribunal Militar (STM) e para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Câmara vota projetos sobre segurança pública - A Câmara dos Deputados votar, em sessão do Plenário a partir de 14h, projetos do pacote de segurança pública.

Comissão da Câmara reúne-se com presidente do TST - A Comissão de Trabalho da Câmara terá, às 9h30, uma reunião reservada com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Aluysio Corrêa da Veiga.

Comissão da Câmara terá café da manhã com ministra - A Comissão de Direitos Humanos da Câmara fará, às 10h, café da manhã com a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo.

CCJ da Câmara vota projeto do voto impresso - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara reúne-se às 10h e tem uma série de projetos na pauta, como o PL 1.169/15, que estabelece normas para as eleições, para possibilitar a recontagem física de votos nos pleitos para cargos eletivos federais, estaduais, distritais ou municipais; o PL 104/15, que proíbe porte de celular na sala de aula; o PL 1.342/19, que aumenta a pena do crime de invasão de domicílio, eo PL 8.262/17, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

CMO vota relatórios setoriais da LOA - A Comissão Mista de Orçamento (CMO) faz sessão a partir de 10h para votar os 16 relatórios setoriais da Lei

Orçamentária Anual (LOA).

Comissão da Câmara faz audiência sobre Perse - A Comissão de Turismo realiza, às 10h, audiência pública sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

Haddad participa de posse de presidente e vice do TCU - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa, às 10h, de sessão extraordinária de posse dos ministros Vital do Rêgo e Jorge Oliveira nos cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Campos Neto e diretores participam de reunião do Copom que definirá Selic - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e os oito diretores vão participar do segundo dia de reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), no qual será definida a taxa de juros referencial (Selic) que vigorará até a próxima reunião do colegiado. A primeira parte da reunião acontece entre as 10h e as 11h. Já a segunda parte será das 14h30 às 18h30. Campos Neto ainda tem um compromisso depois da reunião, às 20h. O presidente do BC participa de cerimônia de posse na Academia Internacional de Direito e Economia (Aide) em Brasília.

**Site:**

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/12/11/agen-da-do-dia-decisao-do-copom-e-cpi-nos-eua-sao-destaque.ghtml>

# Inundação de produtos chineses baratos irrita aliados de Pequim do Sul Global

**Jason Douglas, Jon Emont e Samantha Pearson Dow Jones**

Uma enormidade de produtos chineses baratos tem inundado o mundo em desenvolvimento e aumentado as tensões entre a China e o Sul Global, o que complica os planos de Pequim de construir alianças enquanto enfrenta as tensões comerciais cada vez maiores com os Estados Unidos.

Como o presidente eleito dos EUA, Donald Trump, diz que pretende aumentar de forma substancial as tarifas sobre as importações da China, Pequim espera descarregar uma parte maior do excesso de produção de suas fábricas em países em desenvolvimento, entre eles Indonésia, Paquistão e Brasil.

Mas muitos desses países resistem, pois as importações chinesas baratas põem pressão sobre suas fábricas, eliminam postos de trabalho e prejudicam as iniciativas para estimular a manufatura local. Muitos países mais pobres apostam na expansão da manufatura para impulsionar sua ascensão na escada do desenvolvimento.

Para a China, essa reação negativa ameaça comprometer seu objetivo de ser uma líder do mundo em desenvolvimento, cujo apoio ela tenta conquistar como uma maneira de construir alianças para se contrapor aos Estados Unidos.

Muitos países em desenvolvimento temem sofrer o mesmo tipo de "choque da China" que destruiu a indústria americana há 25 anos. Economistas estimam que os EUA perderam mais de 2 milhões de postos de trabalho entre 1999 e 2011, à medida que fabricantes de móveis, brinquedos e roupas sucumbiram à concorrência das importações chinesas.

Um padrão semelhante parece ocorrer em alguns dos parceiros comerciais da China no mundo em desenvolvimento. Na Tailândia, por exemplo, mais de 1.700 fábricas fecharam do início de 2023 até o primeiro trimestre de 2024, depois que as exportações chinesas para o país dispararam, segundo dados da KKP Research, que faz parte do banco tailandês Kiatnakin Phatra Financial Group.

Segundo o banco, a inauguração de novas fábricas ajuda a compensar esses fechamentos, mas "é

provável que a perspectiva futura se torne mais desafiadora".

Para lutar contra isso, a partir do início de 2022 os países em desenvolvimento implementaram quase 250 medidas de defesa comercial que afetam as importações chinesas, entre elas tarifas e investigações relativas a dumping e subsídios, de acordo com a Global Trade Alert, uma organização sem fins lucrativos que tem sede na Suíça e apoia o livre comércio.

O Brasil, um membro-chave do Brics, grupo de economias em desenvolvimento que inclui a China, é responsável por mais de 120 dessas intervenções. Apesar dos laços pessoais entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o da China, Xi Jinping, o Brasil elevou as tarifas sobre autopeças, equipamentos de telecomunicações e aço fabricados na China e em outros países.

Em outubro, a Indonésia proibiu o Temu, o site chinês que envia produtos baratos diretamente de fábricas chinesas para consumidores em todo o mundo. A Indonésia argumenta que o modelo do Temu aumenta os riscos de prática de preços predatória.

"Se os produtos estrangeiros entrarem no país com preços muito mais baixos do que os dos produtos de nossas pequenas empresas, os consumidores escolherão as ofertas mais baratas", disse Prabunindya Revta Revolusi, diretor-geral do Ministério das Comunicações da Indonésia. "Nossas pequenas empresas terão muitas dificuldades para concorrer."

O Ministério do Comércio da China não respondeu a pedidos de comentários.

Alguns líderes do mundo em desenvolvimento levaram sua frustração até Pequim. Em setembro, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, fez apelos semelhantes durante visita a Pequim. As exportações chinesas para seu país dobraram desde 2016, ao mesmo tempo que a economia sul-africana estagnava.

Do lado positivo da balança, a China destinou bilhões de dólares a empréstimos e acordos de investimento para o Sul Global. Ela faz propaganda desses

recursos como prova de que é mais confiável do que os EUA, cujas promessas de apoio às vezes não dão em nada ou são acompanhadas de restrições.

Em novembro, Xi inaugurou oficialmente um vasto porto de águas profundas no Peru, construído com dinheiro chinês. Muitos mercados emergentes vendem para a China volumes enormes de commodities como soja e minério de ferro, e alguns têm acordos de livre comércio com Pequim.

Os países do mundo em desenvolvimento também têm muitas razões geopolíticas para aprofundar os laços com a China, o que inclui, em alguns casos, a falta de confiança nos EUA. Xi e Lula, cujo país está entre a minoria que pode se gabar de ter um superávit comercial com a China, selaram seu "bromance" em novembro, com um forte abraço depois que os dois países assinaram acordos de comércio e investimento.

Esses movimentos conflitantes mostram como os relacionamentos de Pequim se tornam mais complexos quando a China precisa de todos os amigos. Trump já disse que aumentará para 60% ou mais as tarifas sobre as importações de produtos chineses. Mesmo aumentos menores poderiam balançar a economia chinesa, que tem tido dificuldades para se recuperar de uma crise do setor imobiliário e outros problemas.

A China poderia responder deixando sua moeda enfraquecer, o que tornaria seus produtos mais baratos para compradores alternativos. Mas isso aceleraria o movimento de vender mais para países em desenvolvimento, com sua economia fraca demais para ampliar a compra de produtos que esses países exportam, e isso aumentaria as tensões comerciais.

O excedente chinês. Grande parte das discordâncias atuais decorre dos esforços da China para sustentar seu setor fabril de forma a manter sua economia estável. Desde o estouro da bolha imobiliária, em 2021, Pequim tem despejado dinheiro na indústria, o que levou ao aumento da produção e a explosão das exportações.

Como os EUA e a Europa aumentaram as tarifas para impedir a entrada desse excesso de produção, o mundo em desenvolvimento se tornou a opção de escoamento. Desde o início de 2022, o valor das exportações chinesas para economias emergentes subiu 19%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Suas importações de mercados emergentes no mesmo período cresceram 11%.

Como resultado, nos 12 meses até agosto, o superávit comercial da China com economias emergentes chegou a US\$ 384 bilhões, 56% maior do que em

2021.

É algo difícil de engolir para os países em desenvolvimento, porque a expectativa de muitos era de que a China desistisse da manufatura de baixo custo à medida que sua economia amadurecesse. E eles esperavam que isso abrisse as portas para que outros países passassem para setores de uso intensivo de mão de obra, como os de têxteis e aço, e assim pudessem acelerar sua ascensão econômica.

Em vez disso, a China se afezrou a grandes áreas da manufatura, ao mesmo tempo em que fez muito pouco para estimular os gastos dos consumidores, de modo que eles pudessem absorver a produção interna. A participação da China nas exportações globais de bens em 2023 foi de 15%, um aumento de 2 pontos percentuais desde 2019.

"Existe uma falta de oportunidade para as economias emergentes exportarem esses produtos de baixo e médio custo, uma área em que elas poderiam ser realmente competitivas", disse Camille Boullenois, diretora associada do Rhodium Group em Bruxelas. "Elas estão meio que empacadas."

Controvérsia no Brasil. No Brasil, líderes empresariais põem grande parte da culpa pelo encolhimento de seu setor industrial na China. A manufatura, que respondia por 36% do **PIB** brasileiro em 1985, contribuiu com menos de 11 % no ano passado.

O aço é um dos principais pontos de atrito. O Brasil tem uma das maiores reservas mundiais de minério de ferro, um componente-chave do aço. Mas é mais barato enviá-lo para a China, a mais de 16 mil km de distância, e importá-lo de volta como aço do que produzir o insumo localmente, o que leva algumas empresas a repensar seus investimentos no Brasil.

"Qual é o sentido de investir em um país em que cerca de 20% a 23% do aço já é importado? É um mercado horrível para nós", afirmou Jefferson de Paula, presidente da ArcelorMittal no Brasil.

Há pouco tempo, o governo brasileiro dobrou as tarifas sobre a importação de alguns produtos de aço, como arames e cabos, mas as empresas têm cobrado limites para as importações, sem exceções.

A Índia aumentou os **impostos** sobre as importações de placas de circuito impresso, lasers industriais e folhas de PVC usadas para sinalização vindas da China e de outros países.

Ashish Bharat Ram, presidente da empresa indiana de produtos químicos SRF, disse que a concorrência chinesa não é apenas um problema para o mercado

interno - ela também reduz os lucros que as empresas de mercados emergentes obtêm no exterior. Segundo ele, o lucro líquido da SRF nos seis meses até setembro caiu 29% ao ano, para US\$ 76 milhões, em grande parte porque a empresa foi obrigada a reduzir seus preços para enfrentar a concorrência dos produtos chineses baratos na Europa e em outros mercados.

"Essa é a estratégia típica deles, ganhar participação de mercado a qualquer custo", afirmou.

Mas também é verdade que as importações chinesas baratas trazem benefícios aos consumidores mais pobres, que encontram nos bens chineses alternativas acessíveis aos carros e eletrodomésticos feitos no Ocidente. Além disso, empresas do mundo em desenvolvimento que vendem produtos para a China criam empregos.

Em um relatório de outubro, o Banco Mundial apontou que os ganhos que os países em desenvolvimento conseguiram da China depois que ela se estabeleceu como uma potência comercial mundial superaram os aspectos negativos da concorrência chinesa. Entre 2008 e 2019, um aumento de 1 ponto porcentual no crescimento da China impulsionou o crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia em cerca de 0,14 ponto porcentual.

Mas o banco também concluiu que esse efeito começou a diminuir e pode até se reverter se as últimas tendências se mantiverem.

Resistência cautelosa. Na Indonésia, empresas chinesas gastam bilhões de dólares com investimentos em recursos naturais, o que incentiva as exportações de níquel e outras commodities.

Mas para grupos menores, como a Pt. GMS, uma empresa familiar que faz brinquedos na cidade de Surabaya, a concorrência chinesa torna a sobrevivência mais difícil. De 2018 para 2023, as exportações de brinquedos chineses para o país mais do que dobraram, de pouco menos de US\$ 400 milhões para cerca de US\$ 850 milhões.

Em julho, o então ministro do Comércio da Indonésia, Zulkifli Hasan, disse que o país estava sendo inundado com produtos chineses e anunciou que finalizaria em breve os detalhes para aplicar tarifas de até 200% sobre produtos como têxteis e cerâmicas para proteger a indústria nacional. Dias depois, outro ministro indonésio esclareceu que nenhuma tarifa teria a China como alvo. Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China fez referência ao debate e avisou que Pequim "tomaria as medidas necessárias para proteger os direitos e interesses legítimos das

empresas chinesas".

As tarifas nunca foram implementadas. O Ministério do Comércio da Indonésia não respondeu a pedidos de comentários.

(Tradução de Lilian Carmona)

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2&section=1>**

# A estratégia dos sites estrangeiros, após nova "tributação das blusinhas"

**Adriana Mattos De São Paulo**

As plataformas on-line estrangeiras entendem que a autorização dada aos Estados para elevar, após 1o de abril de 2025, a alíquota do ICMS de 17% para 20% sobre os envios internacionais abaixo de US\$ 50, abrirá espaço para mais ajustes no curto prazo, considerando o cenário difícil das contas públicas desses governos.

O ICMS trata do imposto de circulação de mercadorias e serviços e é cobrado pelos Estados.

Novos aumentos afetariam ainda mais a competitividade dos negócios, frente às varejistas nacionais, que, neste ano, voltaram a ganhar participação de mercado em cima de plataformas como Shein e AliExpress.

Desde o começo de 2024, nos debates entre os Estados, em reuniões das secretarias da Fazenda, havia a hipótese de subir o índice de 17% para até 25%.

Nesse ambiente, o Valor apurou que há um movimento, entre as plataformas estrangeiras afetadas, para identificar se há espaço para uma negociação nas assembleias legislativas, de maneira que esse aumento, em determinados Estados estratégicos, não ocorra já em 2025, segundo fontes ouvidas.

Ocorre que a possibilidade de os Estados cobrarem os atuais 17% sobre o valor da venda não foi totalmente extinta. A secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, por exemplo, definiu que não mudará a alíquota, apurou o Valor. Procurado ontem, o governo local não se manifestou.

Há uma ampla maioria de Estados a favor dos 20%, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro, mas para isso é preciso passar por votação nas casas legislativas, segundo ata publicada ontem no Diário Oficial, da reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), ligado ao Ministério da Fazenda.

E o apelo de que há efeito do aumento do imposto sobre os mais pobres, grandes compradores nessas plataformas, pode ser um fator de peso para os políticos, afirma uma segunda fonte do setor.

Desde setembro de 2023, as secretarias da Fazenda dos Estados debatem o tema, mas a possibilidade de elevar o ICMS só foi definida após duas reuniões, do Comsefaz, o comitê nacional de secretários de Fazenda, na quinta-feira (5), e do Confaz no dia seguinte.

O entendimento é que, uma alta neste momento, sem uma reação das plataformas junto aos Estados - mesmo sendo quase uma "guerra perdida", diz uma das fontes ouvidas -, abriria mais espaço para as secretarias novamente defenderem novas altas após 2025.

Na sexta-feira (6), o governo do Rio Grande do Norte confirmou que já enviou para a Assembleia o projeto de lei que aumenta o ICMS de 18% para 20%.

"As secretarias nos disseram que subir de novo a alíquota seria um problema, porque não querem sobrecarregar o bolso do consumidor.

Isso poderia diminuir a venda e a receita tributária. Só que ninguém quer pagar para ver, especialmente se olharmos a situação fiscal de muitos Estados", diz o executivo de uma das plataformas asiáticas.

Há dois **impostos** nas compras abaixo de US\$ 50: o ICMS, em 17% hoje, e os 20% de imposto de importação, definido nesse percentual desde 1o de agosto, quando a isenção total deixou de existir, após o governo federal emitir portaria a respeito.

O varejo nacional pedia alíquota de imposto de importação de 40%, no mínimo, defendendo a isonomia tributária, mas o governo fechou em 20%. Agora, a alta no ICMS é defendida pelas empresas nacionais e associações.

Em nota recente, associações de têxteis e o IDV, principal entidade empresarial do varejo, afirmam que a mudança no ICMS aproxima a alíquota ao cobrado das companhias nacionais, de 25% em média.

O aumento no ICMS deve ser repassado diretamente ao consumidor porque há pouca probabilidade de uma absorção por todos os sites internacionais - a maioria deles está com uma política mais voltada para ganho em rentabilidade.

O ValorapuruoqueSheineAliExpress devem repassar ao cliente a alta no ano quem vem, se a situação não mudar nos Estados. Na Shopee, cerca de 90% das vendas no país são de lojistas nacionais, sem **impostos** de importação. Mas segundo lojistas da empresa ouvidos, nas compras internacionais do grupo, a intenção é repassar o ICMS de 20%.

Com essa alteração do ICMS, a alíquota total, ao fim de uma compra, passará de 44,5% para 50%, a ser cobrado do consumidor em cima do valor da compra.

Isso deve ser positivo, especialmente, para redes como C A e Renner, que já vêm colhendo frutos da queda nas vendas das asiáticas após mudanças nas regras.

50% é a alíquota final somando ICMS e II

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/188065>

# Carne é a vilã da vez no IPCA, que bateu 4,87%

» ROSANA HESSEL » RAPHAEL PATI

Com um avanço maior dos grupos de alimentação e bebidas, além das despesas pessoais, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,39% na análise de novembro.

O resultado, no entanto, foi menor do que o registrado no mês anterior, quando a **inflação** oficial cresceu 0,56%.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA avançou de 4,76%, em outubro, para 4,87%. Somente em 2024, a **inflação** já acumula 4,29%.

Entre os nove grupos de produtos e serviços analisados, três apresentaram alta em novembro.

O grupo alimentação e bebidas registrou a maior variação, com 1,55%, contribuindo com 0,33 ponto percentual para a alta do índice geral, com as carnes entre os maiores vilões.

Em seguida, o grupo transportes subiu 0,89%, adicionando 0,18 ponto percentual, enquanto as despesas pessoais avançaram 1,43%, com impacto de 0,14 ponto percentual.

A professora Hellen de Jesus, moradora do Plano Piloto, reclamou do aumento do preço das carnes e revelou que pesquisa os lugares mais baratos para comprar certos cortes bovinos.

"O poder de compra está só diminuindo, de maneira geral.

Eu acho que não só a carne, mas a gente percebe o aumento de outros alimentos, principalmente da cesta básica. Acho que a gente vai ter que começar a comer ovo", disse a professora.

Já a aposentada Maria de Fátima, moradora do Cruzeiro, disse que está cada vez mais difícil conciliar as despesas do mês com o aumento no preço dos alimentos.

"O meu salário de dezembro já acabou. Eu nem

comprei nada para a ceia, para nada.

Você tem que comprar uma toalha para enfeitar, tem que comprar um presentinho, uma coisinha para dar para o neto, e aí já foi", desabafou.

O item passagens aéreas, relacionado ao grupo de transportes, obteve **inflação** de 22,65% e contribuiu em 0,13 ponto percentual no índice geral. Entre as despesas pessoais, o resultado foi influenciado, principalmente, pelo cigarro, que registrou um aumento de 14,91% nos preços em novembro.

Os demais grupos registraram deflação em novembro. O setor de habitação foi responsável pela maior queda do índice no mês, com um resultado negativo de 1,53%. Completam a lista os grupos de artigos de residência (-0,31%), comunicação (-0,10%), vestuário (-0,12%), saúde e cuidados pessoais (-0,06%) e educação (-0,04%).

Luis Otávio Leal, economistachefe da G5 Partners, avalia que a **inflação** de novembro "foi um cabo de guerra" entre o subgrupo "carnes" e o item "energia elétrica residencial", que recuou 6,27% no mês passado. Ele lembrou que, no caso das carnes, continuam os problemas de oferta, devido à redução do rebanho, e, no da energia residencial, a deflação foi resultado da redução no patamar da tarifa extra na conta de luz. "Os números qualitativos tiveram comportamentos dúbios.

Se, por um lado, mostraram desaceleração com relação ao mês anterior, por outro vieram acima do esperado. Isso foi especialmente ruim para os "serviços subjacentes" que passaram de 0,76% para 0,60%, mas vieram bem acima dos 0,41% esperados pelo mercado", alertou.

Juros Na perspectiva do economista-chefe do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, a atividade e a **inflação** mais resilientes, pressionada pela desvalorização do real mais recente, devem fazer com que o Banco Central acelere a alta de juros de 0,50 ponto, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) anterior, para a acelerar a alta de juros para 0,75 ponto, nesta semana, para 12%, mas um aumento maior não está descartado.

"As projeções atualizadas de **inflação** usando versão

do modelo de pequeno porte do BC subiram em relação à reunião do Copom de novembro. A projeção para o horizonte relevante que já estava acima da meta deve se distanciar ainda mais, passando de 3,6% para 4,1%", destacou.

Segundo ele, desde a última reunião do Copom as expectativas de **inflação** se deterioraram significativamente e a taxa de câmbio apresentou expressiva depreciação no período, e uma alta maior. "Diante do cenário econômico mais adverso, o comitê deveria agir de forma mais contundente. Portanto, não descartamos a possibilidade de elevação de juros acima do nosso cenário base", afirmou.

Alguns analistas reforçam o argumento de que um choque nos juros será o melhor remédio no momento, em vez da manutenção do ritmo de 0,50 ponto percentual de alta da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de novembro, que acelerou ritmo de 0,25 ponto percentual para 0,50 ponto percentual, para elevando a taxa básica da economia (Selic) para 11,25%.

A maioria das apostas prevê alta de 0,75 ponto percentual na Selic, para 12% ao ano. Mas grandes agentes financeiros, como Itaú Unibanco e XP Investimentos, estão prevendo um aumento maior, de 100 pontos-base nos juros, para 12,25% anuais.

De acordo com dados da equipe econômica do Itaú Unibanco, a perspectivas de **inflação** do modelo do Banco Central deverá apontar o indicador acima de 4% no segundo trimestre de 2026, o "horizonte relevante" para a reunião do Copom deste mês, a última do ano e com os atuais diretores, incluindo o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

"o meu salário de dezembro já acabou. Eu nem comprei nada para a ceia, para nada" Maria de Fátima, aposentada

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/index.php?id=/login.php>**

# Apesar da alta dos alimentos, IPCA desacelera em novembro

Rio - A **inflação** oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desacelerou a 0,39% em novembro, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta veio após variação de 0,56% em outubro. O resultado de novembro ficou levemente acima da mediana das projeções do mercado financeiro, que era de 0,38%. O intervalo das estimativas ia de 0,24% a 0,43%. No acumulado de 12 meses, a **inflação** acelerou a 4,87% até novembro, apontou o IBGE. A alta era de 4,76% até outubro. "Caso o IPCA seja superior a 0,20% em dezembro, o IPCA ficará acima da meta", calcula o gerente da pesquisa do IBGE, André Almeida.

O custo da alimentação foi o que mais pressionou o IPCA em novembro. O item alimentação e bebidas subiu 1,55%, o que representa 0,33 ponto percentual (p.p.) da **inflação** total. O maior impacto veio das carnes, que aumentaram 8,02% (0,20 p.p. de impacto no índice). A alcatra, por exemplo, ficou 9,31% mais cara. Já o contrafilé aumentou 7,83%. "A menor oferta de animais para abate e o maior volume de exportações reduziram a oferta do produto", explicou André Almeida.

Dentro do grupo despesas pessoais, que tiveram aumento de 1,43% (0,14 p.p. do IPCA), os impactos mais marcantes foram o cigarro, que subiu 14,97%, pacote turístico (4,12%) e hospedagem (2,20%). Outro grupo que pressionou a **inflação** em novembro foi o de transportes, que subiu 0,89% e representa 0,13 ponto percentual (p.p.) do IPCA fechado. O vilão foi o preço das passagens aéreas, que subiu 22,65%. O bilhete de avião foi o item individual que mais subiu entre todos os produtos e serviços que têm preços apurados pelo IBGE. "A proximidade do fim de ano e os diversos feriados do mês podem ter contribuído para essa alta", avaliou Almeida.

O IPCA é referência para a meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central (BC). Nos 12 meses de 2024, o centro do objetivo é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para menos (1,5%) ou para mais (4,5%). As projeções do mercado financeiro, porém, indicam estouro do teto da meta de 4,5% até dezembro. A mediana das previsões para este ano subiu de 4,71% para 4,84%, de acordo com a edição mais recente do boletim semanal Focus, publicada pelo BC na segunda-feira, antes da divulgação do

IPCA de novembro.

Nesta semana, o Comitê de Política Monetária do BC (Copom) volta a se reunir para definir o patamar da taxa básica de juros, a Selic, que está em 11,25% ao ano. A perspectiva é de aumento de 0,75 ponto percentual na taxa, que chegaria a 12%, conforme os analistas consultados pelo Focus. A reunião é a última do Copom em 2024. O encontro começou ontem e termina hoje. O aumento dos juros é a arma do BC para tentar conter a **inflação** e ancorar as expectativas para o IPCA. Ao dificultar o consumo, a taxa de juros mais alta pode reduzir a demanda aquecida que pressiona parte dos preços de bens e serviços. O efeito colateral esperado é uma desaceleração da atividade econômica.

sabatina

Indicado para diretoria de Política Monetária do Banco Central, Nilton David defendeu ontem uma firme atuação da autoridade monetária para manter o controle da **inflação** e falou em "serenidade" e "perseverança" como atributos fundamentais. A declaração foi dada durante sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. David foi escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ocupar o posto deixado por Gabriel Galípolo, que assumirá a presidência do BC a partir de 1º de janeiro de 2025. Além de David, outros dois nomes, Gilneu Vivan e Iza-bela Correa, foram aprovados ontem na CAE para ocupar diretorias no BC.

"O país possui um dos menores desempregos da sua história, acompanhado da expansão do crédito, da atividade e da renda. Ao mesmo tempo, a **inflação** e as expectativas têm se mantido acima do centro da meta e requerem a atuação firme do Banco Central para o cumprimento do mandato que lhe foi conferido. Processo que, aliás, já está em curso", afirmou David em seu discurso inicial. "As defasagens de política monetária são longas e variáveis. Os choques de preços precisam ser avaliados à luz de suas causas e graus de persistência. Além da firmeza, a serenidade e a perseverança são atributos indispensáveis para um adequado cumprimento desse mandato", acrescentou.

Site: <https://digital.em.com.br>

# Em sua última reunião, Campos Neto deverá aumentar taxa de juros - MERCADO S/A

## AMAURI SEGALLA

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, comanda hoje a sua última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). A partir de janeiro, o cargo será ocupado por Gabriel Galípolo. Campos Neto deixa um legado importante. Ele entregará ao sucessor um cenário de **inflação** sob controle, além de inúmeros avanços tecnológicos do sistema financeiro nacional. No meio do caminho, embates com o presidente Lula, que o acusou de estar a serviço de opositores do governo. No encontro do Copom, Campos Neto e sua equipe deverão apertar a política monetária, já que a **inflação** começou a preocupar- a expectativa é de que a Selic, a taxa básica de juros da economia, suba 0,75%. Em novembro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou 0,39%, acima das projeções do mercado, que oscilavam entre 0,35% e 0,37%. Com isso, a alta anual de preços já está em 4,87%, a maior desde outubro de 2023, e acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

## GESTORA FUNDADA POR DIRETORES DO J.P MORGAN FECHA AS PORTAS NO BRASIL

Em um **comunicado** sucinto, a gestora de recursos BlueLine, fundada por ex-diretores no Brasil do banco americano J.P. Morgan, informou o encerramento de suas atividades após cinco anos de atuação. De acordo com a empresa, a decisão foi tomada mediante "análise criteriosa" do cenário macroeconômico e das condições adversas de mercado. A BlueLine era uma das investidas do fundo multimercado Rising Star, do Itaú Unibanco, e tinha pouco mais de R\$ 300 milhões sob administração.

## COM POUCAS ENTREGAS, CALVÁRIO DA BOEING NÃO TEM FIM

Em novembro, a fabricante americana de aeronaves Boeing entregou 13 aeronaves. É um número irrisório para os padrões de mercado, o mais baixo da empresa nos últimos 4 anos. Para se ter ideia, a Airbus, sua principal rival, entregou 84 jatos no mesmo período. Quando assumiu a presidência da Boeing, em agosto, o novo CEO afirmou que sua missão era resgatar a credibilidade da companhia. Pelo visto, o resgate de uma das maiores marcas da história da aviação será mais difícil do que se esperava.

## Gol apresenta plano de reestruturação

Depois do acordo celebrado em novembro com um comitê de credores, a companhia aérea Gol vai protocolar agora um plano de reestruturação no âmbito do processo de recuperação judicial que corre nos Estados Unidos desde o início do ano. Entre outras medidas, o projeto prevê uma conversão de ações que levará à redução de U\$ 1,7 bilhão em dívidas. Ainda assim, a situação financeira da empresa requer atenção. No terceiro trimestre, a Gol informou que a sua dívida líquida era de R\$ 27,6 bilhões.

\*\*

"A melhor maneira de combater a pobreza é por meio de políticas baseadas em evidências, não em ideologias"

Esther Duflo, Economista francesa que venceu o Nobel em 2019

\*\*

## RAPIDINHAS

A varejista Casas Bahia quebrou recordes na Black Friday. Em novembro, a empresa contratou R\$ 1,028 bilhão em linhas de crédito, um acréscimo de 40% em relação ao mesmo período de 2023. Foi também o maior valor para o mês na história da companhia. A empresa ainda emitiu aproximadamente 200 mil cartões de crédito no intervalo.

As exportações brasileiras de café fecharam novembro com o melhor desempenho da história. De acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), 4,6 milhões de sacas foram vendidas ao exterior, o que gerou receitas de US\$ 1,3 bilhão. O volume foi 5% superior ao do mesmo mês de 2023, enquanto a receita subiu 63%.

O presidente do Paraguai, Santiago Pena, convidou o presidente da Conib (Confederação Israelita do Brasil), Claudio Lottenberg, para a reabertura da embaixada paraguaia em Jerusalém. O evento será amanhã. Lottenberg é o único líder judeu da América Latina (fora do próprio Paraguai) chamado a integrar a comitiva.

O Brasil foi, em setembro, o quinto maior emissor de visitantes estrangeiros overseas para os Estados Unidos, segundo o mais recente relatório do Escritório Nacional de Viagens e Turismo do país. No período, 133,5 mil brasileiros entraram em terras americanas. Reino Unido, Alemanha, Japão e Coreia do Sul lideraram o ranking.

**Site:** <https://digital.em.com.br>

# Inflação desacelera em novembro, mas vai a 4,87% no acumulado de 12 meses

**DANIELA AMORIM/RIO**

Com a menor pressão dos preços da energia elétrica, a **inflação** desacelerou no País em novembro. Segundo dados divulgados ontem pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,39% no mês passado, 0,17 ponto percentual abaixo do registrado em outubro (0,56%).

No acumulado em 12 meses, porém, o indicador subiu para 4,87%, acima dos 4,76% observados até outubro.

Esse número é importante no contexto atual da economia.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central vai anunciar hoje a nova Selic - atualmente em 11,25% - de olho na **inflação** corrente e nas projeções para os próximos meses. A meta perseguida pelo BC é de 3% ao ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos.

Ou seja, o número atual já está acima do teto da meta.

Pesquisa do Projeções Broadcast mostrou que a maioria no mercado ainda vê um aumento de 0,75 ponto para a taxa básica de juros, mas cresceu a aposta de que o Copom pode anunciar hoje um aperto ainda maior da política monetária (mais informações na pág. B2).

O IPCA de dezembro precisaria encerrar com alta máxima de 0,20% para que a meta deste ano não fosse superada, calculou o IBGE. A LCA Consultores, porém, espera uma taxa mais de três vezes superior para o mês, de 0,68%, com o IPCA fechando o ano em 5%.

"Por conta da recente desvalorização cambial, elevamos nossa projeção para o IPCA de dezembro de 0,59% para 0,68%, bem como a do ano de 2024 passou de 4,8% para 5%. Sobre 2025, a maior inércia que será herdada do ano anterior nos fez elevar a projeção do IPCA de 4,4% para 4,5%", projetou Fábio Romão, da LCA Consultores, em relatório.

**VARIAÇÃO.** Seis dos nove grupos de despesas registraram quedas de preços em novembro.

O maior alívio foi encontrado em habitação (-1,53%),

com forte contribuição da energia elétrica (recoo de 6,27%).

Novembro marcou a substituição da bandeira tarifária vermelha patamar 2 pela amarela, com corte na taxa extra embutida nas contas de luz.

As famílias também gastaram menos com artigos de residência (-0,31%), vestuário (-0,12%), saúde (-0,06%), educação (-0,04%) e comunicação (-0,10%).

O chamado índice de difusão, que mostra o percentual de itens com aumentos de preços, passou de 62%, em outubro, para 58% em novembro.

No caso dos itens alimentícios, o índice diminuiu de 67% para 65%; em não alimentícios, de 57% para 52%.

"A alta de preços foi observada numa menor quantidade de subitens. A **inflação** foi menos espalhada do que no mês anterior", ressaltou André Almeida, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE.

Por outro lado, houve forte pressão sobre os preços dos alimentos, passagens aéreas, serviços turísticos e cigarro. A passagem aérea subiu 22,65%, liderando o ranking de pressões individuais sobre a **inflação** do mês. O cigarro ficou 14,91% mais caro em novembro, segundo maior impacto sobre o IPCA, em decorrência do aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Já os alimentos para consumo no domicílio aumentaram 1,81% em novembro, terceiro mês seguido de avanços de preços.

Com alta geral de 8,02%, carnes tiveram os maiores percentuais; os principais reajustes ocorreram nos cortes alcatra (9,31%), chã de dentro (8,57%), contrafilé (7,83%) e costela (7,83%). Houve elevações também no óleo de soja (11,00%) e no café moído (2,33%).

**Recoo**

Os preços do grupo habitação registraram queda de 1,53%, puxados por energia elétrica

\*

Consumidor pagará R\$ 36,5 bi em subsídios na conta de luz

Os consumidores devem pagar R\$ 36,5 bilhões em subsídios embutidos na conta de luz em 2025. A previsão é da Agência Nacional de Energia Elétrica, que aprovou ontem uma consulta pública sobre o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em 2025. Se aprovado, o valor representará aumento de 18,23% em relação ao de 2024. O CDE banca hoje de projetos de energia renovável até a carvão mineral.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Crescem no mercado as apostas de alta de 1 ponto para Selic; decisão sai hoje

**CÍCERO COTRIM/ BRASÍLIA e DANIEL TOZZI, GABRIELA JUCÁ e ANNA SCABELLO/SÃO PAULO**

Embora ainda seja um cenário minoritário entre bancos e instituições financeiras, cresceu no mercado a percepção de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central pode anunciar hoje um aperto ainda maior da Selic, com alta de até 1 ponto percentual. Entre 39 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast desde segunda-feira, 26 veem alta de 0,75 ponto da taxa básica, enquanto 11 apostam em elevação de 1 ponto. Nesse grupo, estão instituições como Itaú Unibanco, BTG Pactual e ASA.

"A **inflação** de 2024 deve sofrer mais com o choque de alimentos deste final de ano e pela resistência dos itens inerciais (especialmente serviços). O movimento cambial deve afetar a **inflação** doméstica, com o repasse se concentrando no começo de 2025", disseram os economistas do ASA, ao justificar a expectativa de alta de 1 ponto na Selic.

Desde sua última reunião, em novembro (quando a taxa básica de juros subiu de 10,75% para os atuais 11,25% ao ano), todas as variáveis usadas pelo BC para definir os juros pioraram. A disparada do dólar, agora no patamar de R\$ 6, após a frustração com o pacote de corte de gastos do governo, sintetiza essa deterioração do cenário. A desancoragem das expectativas se aprofundou - a mediana do mercado para a **inflação** no segundo trimestre de 2026, horizonte levado em conta pela política monetária, saltou de 3,86% para 4,16%, ante 3,60% esperados pelo BC.

Essa piora já incorpora uma trajetória muito mais alta para a Selic no relatório Focus desta semana, com a projeção de juro ao fim do atual ciclo passando de 12,5% para 13,75% nos últimos 45 dias.

**COMBINAÇÃO DE FATORES.** Ao mesmo tempo, dados correntes também se mostram mais desafiadores para o BC. A atividade econômica continuou resiliente, com o avanço de 0,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre e queda do desemprego à mínima histórica de 6,2%. Na leitura da **inflação** divulgada ontem, o IPCA acumulado em 12 meses subiu para 4,87%.

A combinação desses fatores deve levar a um novo

aumento das projeções de **inflação** do Copom, o que reforça a necessidade de intensificar o ritmo de alta dos juros e endurecer a comunicação.

O Goldman Sachs, por exemplo, espera elevação das estimativas para o IPCA de 2024 (de 4,6% para 4,8%), 2025 (de 3,9% para 4,2%) e do segundo trimestre de 2026 (de 3,6% para 3,7%).

"Quando passamos parágrafo por parágrafo do **comunicado** da reunião passada, o que chama atenção é que tudo piorou", diz o economista-chefe da Oriz Partners, Marcos de Marchi. "Olhando para o balanço de riscos do BC, a desancoragem aumentou, a resiliência da **inflação** piorou e a taxa de câmbio, nem se fala. O BC já tinha dito que tudo isso demanda uma política monetária mais contracionista", diz Marchi, que espera que o Copom intensifique o ritmo de aperto monetário, com alta de 0,75 ponto percentual na Selic - em linha com as medianas do relatório Focus e da mais recente pesquisa Projeções Broadcast.

Também o economistachefe da EQI Investimentos, Stephan Kautz, diz que uma alta de 0,75 ponto parece mais adequada diante das incertezas do cenário.

Cenário pior

Desde a última reunião do Copom, todas as variáveis usadas pelo BC para definir os juros pioraram

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# No dia da decisão sobre juros, alcance da política monetária preocupa

CÁSSIA ALMEIDA [cassia@oglobo.com.br](mailto:cassia@oglobo.com.br)

Hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) vai anunciar a Taxa Selic, atualmente em 11,25% ao ano. A frustração com o pacote de corte de gastos públicos, a eleição de Donald Trump, indicando que a **inflação** americana pode subir com a política protecionista que ele diz pretender adotar, e o crescimento chinês que não avança como o esperado montam um quadro de juros mais altos por mais tempo, alertam economistas.

A preocupação é com o poder de fogo da política monetária brasileira para controlar a **inflação**. As expectativas dos agentes não param de subir. O termo dominância fiscal, quando mesmo com juros mais altos a **inflação** não cai e pode até subir, vem aparecendo com mais frequência nos relatórios de consultorias e bancos.

Morgan Stanley e UBS falam explicitamente em risco de dominância fiscal, assim como o Goldman Sachs. O UBS afirma que "a política monetária está arcando com o peso de uma política fiscal frouxa, que está se ajustando menos do que deveria. Estamos nos aproximando da dominância fiscal."

## APROVAÇÃO DO PACOTE

O Banco Central vem subindo juros desde agosto - foram de 10,50% para 11,25% -, mas, mesmo assim, as expectativas de **inflação** continuam a subir, assim como os juros futuros, o que aponta a perda de potência da política monetária, dizem os especialistas.

- Há um desequilíbrio no desenho da política macroeconômica. Claramente, o que se vê hoje no Brasil é uma política fiscal que já vem frouxa há muito tempo e tem forçado uma política monetária mais apertada, exigindo do Banco Central juros mais altos para tentar cumprir a meta de **inflação**. E, no momento, a própria meta não está sendo cumprida. As expectativas de **inflação** estão elevadas, a perder de vista -diz o economista Arminio Fraga, ex-presidente do BC e sócio da Gávea Investimentos.

Ele afirma, porém, não é "não é uma doença terminal" e que, com um esforço mais estrutural na área fiscal, a situação pode se resolver: - Se o Banco Central está sendo obrigado a elevar tanto o juro para cumprir a meta, é porque está precisando de ajuda do lado

fiscal.

Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, afirma que, se conseguir aprovar o pacote de corte de gastos no Congresso, o governo poderá estancar a piora das expectativas de **inflação**, dólar e juros, ganhando tempo para fazer reformas mais profundas na estrutura de gastos. A economista lembra que a dívida pública vai crescer pelo menos nos próximos dez anos: - Pelas nossas projeções, até 2033, a dívida pública como proporção do **PIB** continua subindo, mas estamos revendo esses números.

Em julho, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projetou dívida acima de 100% em 2034. Para Alessandra, a política monetária no Brasil ainda "tem grau de eficiência importante", mas reconhece que a ação está limitada pelo aumento do gasto público.

-Acho que há risco sim. Os agentes avaliam que será difícil para o governo cumprir as metas de resultado primário. Mesmo com o pacote, não está claro se as metas serão cumpridas, e o pacote não será suficiente para conter o avanço da dívida.

Na aprovação do arcabouço fiscal, em 2023, já havia alguma descrença em uma política fiscal mais contida. As dificuldades do governo em aprovar no Congresso as medidas de aumento da arrecadação foram deteriorando a confiança no ajuste. Mas as contas externas em ordem traziam uma certa tranquilidade de que o dólar não iria disparar.

- O elemento novo foi a eleição de Trump. Ele saiu muito fortalecido, com poder nos dois primeiros anos para implementar a agenda dele, que é inflacionária e vai requerer juros e dólar altos. Subiu a barra para gente. Foi um detonador importante de percepção de risco -diz Alessandra.

Para o economista José Júlio Senna, chefe de Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, o BC deveria dar um choque de juros para conter as expectativas: - Subir a Selic 50 pontos (para 11,75%) não é suficiente para conter a piora das expectativas, mas subir 100 pontos (para 12,25%) poderia mostrar ao mercado que a situação é pior do que se mostra e não estancar a alta das expectativas. Mas, se não aumentar 100 pontos, o risco será maior.

Senna lembra que a média anual da alta real do gasto público é de 5,7% nos dois primeiros anos do governo Lula.

Armando Castelar, também da FGV, diz que começam a surgir comparações com o governo Dilma Rousseff. Um temor de que o BC não suba os juros como deveria com receio do impacto nas contas públicas -o déficit nominal, que inclui os gastos com os juros da dívida, está perto de 10%, percentual semelhante ao fim do segundo governo da presidente, em 2015.

-Há temor da repetição de 2011, quando se passou a trabalhar com inflação mais alta -afirma Castelar.

Para Arminio, se o governo sinalizasse, com medidas bem desenhadas, a redução de despesas com folha de pagamento, Previdência e gastos tributários, mesmo que gradualmente, "haveria grande impacto nas expectativas": - O governo saiu aumentando muito o gasto, fez uma proposta de ajuste gradual com muito peso nos dois últimos anos de governo. Com o ciclo político é mais difícil.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Senado aprova indicados de Lula ao Banco Central

**THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA E VICTORIA ABEL** [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br) BRASÍLIA

O plenário do Senado aprovou ontem as três indicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à diretoria do Banco Central (BC). Com isso, Nilton David, Izabela Correa e Gilneu Vivan tomarão posse em 1º de janeiro. Antes, eles passaram por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, onde disseram ter compromisso com a principal missão da autoridade monetária, que é o controle da **inflação**.

A aprovação ocorreu em meio à expectativa de aumento da Taxa Selic, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que termina hoje.

David, que ocupará a diretoria de Política Monetária no lugar de Gabriel Galípolo, que assumirá a presidência do BC em janeiro, foi aprovado por 50 votos a 3.

Izabela, que substituirá Carolina de Assis Barros (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta), foi aprovada por 48 votos a 3, e Gilneu, que ficará na vaga de Otávio Damaso (Regulação), por 53 a 3. Os mandatos de Carolina e Damaso se encerram no fim deste ano.

Na sabatina, houve insistência de alguns senadores sobre os efeitos da política fiscal sobre a atuação do BC. O pacote de contenção de gastos do governo foi mal recebido pelo mercado, o que levou o dólar a superar R\$ 6, causando impacto na **inflação**.

Perguntado sobre o assunto, David afirmou que não cabe ao BC comentar a política fiscal, mas negou que o país esteja próximo de uma situação de dominância fiscal - quando os juros deixam de fazer efeito para controlar a **inflação**, diante de uma dívida pública fora de controle.

-Tenho convicção de que não estamos próximos da dominância fiscal. Não enxergo nada objetivo e claro que me indique isso -disse David. - O que eu vejo é que o surpreendente nível de atividade não é condizente com o nível de **inflação** que a gente está vendo. Dadas as premissas, a atividade deveria ter gerado **inflação** ainda maior. O que prova que a política monetária, sim, cumpriu seu papel.

Izabela reiterou que o Copom tem adotado as medidas necessárias para levar a **inflação** à meta, enquanto Gilneu afirmou que o ambiente externo é desafiador.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mínimo iria a R\$ 1.528, mas será menor com nova regra

O IBGE também divulgou ontem o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que teve alta de 0,33% em novembro. No ano, o IN PC acumula alta de 4,27% e, nos últimos 12 meses, de 4,84%. O índice reúne a cesta de compras de famílias com rendimentos de um a cinco salários mínimos e é usado como base para o reajuste do piso nacional no ano seguinte.

O resultado divulgado ontem aponta qual será o valor do salário mínimo em 2025. O número exato, porém, depende da aprovação pelo Congresso Nacional da nova regra de reajuste do piso nacional, proposta pelo governo Lula. Hoje, o salário mínimo é de R\$ 1.412 por mês.

Pela regra atual, o piso nacional é atualizado pelo resultado do INPC acumulado em 12 meses até novembro do ano anterior, acrescido do avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. O índice de correção pela **inflação** ficou em 4,84%. Já o crescimento do PIB de dois anos antes foi de 3,2%. Assim, pela regra atual, o salário mínimo subiria para R\$ 1.528 por mês, considerando o arredondamento previsto na lei.

Porém, o governo propôs mudança na regra de valorização do salário mínimo como parte do pacote de redução de despesas para o ajuste das contas públicas. Caso a nova proposta do governo seja aprovada, a parcela que hoje segue a variação do **PIB** ficará limitada ao percentual de reajuste do arcabouço fiscal, que vai de 0,6% a 2,5% acima da **inflação**, a depender do resultado das receitas no ano anterior. Para 2025, a taxa considerada é de 2,5%.

A nova regra prevista no pacote levaria o piso nacional para R\$ 1.518. Uma diferença de R\$ 10 mensais sobre o modelo atual.

A diferença do modelo atual para o proposto pelo Ministério da Fazenda levaria a uma economia de R\$ 4,2 bilhões no ano que vem, de acordo com parâmetros orçamentários do governo. Isso ocorre porque o piso é referência para diversos benefícios sociais, como aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo por mês a idosos com idade igual ou superior a 65 anos, ou pessoas com deficiência de qualquer idade.

O governo, no entanto, ainda tenta aprovar o projeto no Congresso.

O salário mínimo que será efetivamente pago aos trabalhadores depende de um decreto do presidente Lula, que é publicado em janeiro. Ele é feito com base nas regras em vigor. Até lá, o Congresso Nacional precisa ter aprovado o projeto que muda as regras. Neste momento, o Ministério da Fazenda diz que não avalia editar uma medida provisória (MP) para tratar do tema.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Déficit estrutural avança apesar de regras fiscais

**Anais Fernandes De São Paulo**

O déficit estrutural brasileiro segue avançando em 2024, ainda que em um ritmo mais contido do que o observado até o segundo trimestre do ano, mas sem indicações de que poderá retornar à tendência positiva observada sob o regime fiscal imediatamente anterior ao atual arcabouço.

No terceiro trimestre, o déficit estrutural do governo central chegou a 2,2% do **PIB**, vindo de 2% no segundo trimestre, de acordo com cálculos da MCM Consultores.

A MCM elaborou uma medida de resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) do governo central ajustada por eventos extraordinários e dessazonalizada. A consultoria separou esse resultado primário ajustado em três componentes: um "cíclico normal", que relaciona o déficit ao ciclo econômico; um "cíclico em excesso", que reflete o que vai além da resposta ao ciclo econômico, e o estrutural, que captura a tendência de longo prazo.

Antes da atualização da série com as informações do terceiro trimestre, o déficit estrutural do segundo trimestre estava 0,2 ponto percentual maior, em 2,4% do **PIB**. "O déficit corrente reduziu um pouco na ponta no terceiro trimestre. Além disso, começa a aparecer um pouco mais do déficit cíclico normal e do em excesso", diz Renan Martins, economista da MCM.

No componente estrutural, o país passou de superávits primários entre 2004 e 2015 para uma situação de déficit contínuo e crescente desde então. Essa tendência de piora, no entanto, perpassa períodos de mais ou menos aperto fiscal, dependendo da política adotada, nota a MCM. Por isso, a série da consultoria também é ajustada em quatro períodos, agregando políticas fiscais semelhantes dentro de um mesmo intervalo e separando-as quando houve alteração estrutural de regras ou eventos que mudaram o regime.

Com isso, os economistas da MCM observaram, por exemplo, que o primário estrutural até chegou a indicar melhora durante o período de 2017 a 2021, em que vigorou com maior efetividade o teto de gastos. De lá para cá, porém, o Brasil retornou aos déficits

estruturais. "Mesmo com a atualização até o terceiro trimestre, as conclusões gerais permanecem, de que o arcabouço não contém o déficit estrutural do Brasil", diz Martins.

Até setembro, o que se viu foi um trimestre sem grandes mudanças nem do lado das receitas nem do lado das despesas, aponta. "Nas receitas, o governo ainda fica muito dependente de fontes extraordinárias e, nas despesas, o pente-fino em benefícios sociais anunciado em meados do ano ainda não gerou resultado perceptível", afirma.

Para piorar, diz, o estágio do ciclo da atividade mudou entre os trimestres. O hiato do produto, segundo ele, está ainda mais positivo, indicando sobreaquecimento da economia. "Ou seja, parte da arrecadação que o governo está recebendo é porque a economia está acima do potencial. Se a economia estivesse no estado de equilíbrio, a arrecadação seria menor, o que significa que o déficit estrutural continua grande", afirma Martins.

Olhando à frente, o governo, segundo ele, vai ter de mudar essas tendências se quiser reverter o déficit estrutural. Nesse sentido, o pacote de corte de gastos anunciado recentemente não ajuda muito, segundo o economista. "Tem medidas muito modestas, que não seguram o crescimento das despesas obrigatórias. Atenua um pouco a taxa de crescimento, mas as despesas discricionárias [não obrigatórias], provavelmente, vão ocupar todo esse espaço", afirma Martins.

Em relação às medidas de arrecadação, com ampliação da isenção no Imposto de Renda e aumento da taxa em faixas mais altas, "na melhor das hipóteses" o impacto será neutro, diz Martins. "Ou seja, na melhor das hipóteses, o déficit estrutural não cresce adiante. Se o governo conseguir entregar resultados primários melhores nos próximos trimestres, o nível do déficit estrutural pode até cair, mas, dificilmente, vai escapar de uma posição negativa", afirma.

Desde a elevação do nível das despesas com a "PEC da Transição" na virada de 2022 para 2023 e do anúncio do novo arcabouço fiscal com garantia de crescimento real das despesas, o mercado refletiu nas suas projeções o risco que essa combinação

representava para a sustentabilidade fiscal do país, diz Jeferson Bittencourt, chefe de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Esse cenário só não se refletiu antes em um câmbio mais desvalorizado e juros mais altos, segundo ele, porque, até o início do ano, o ambiente externo era mais favorável. É como se a perspectiva monetária de cortes de juros nos Estados Unidos "escondesse" momentaneamente a situação fiscal frágil do Brasil, diz Bittencourt. Com a sinalização de que as taxas de juros americanas permaneceriam altas por mais tempo, porém, a "condescendência" com a situação fiscal do Brasil ficou menor, afirma.

Para ele, os preços dos ativos brasileiros agora não estão, necessariamente, separado do risco fiscal real. "Se a gente olhar a nossa trajetória de dívida, eu acho que o preço dissociado era o anterior, quando a gente chegou a ter um dólar a R\$ 4,70, NTN-B [título do governo atrelado à **inflação**] um pouco acima de 5%. Os níveis de dívida projetados agora são muito maiores do que quando a NTN-B estava mais ou menos nesse patamar no governo Dilma.", afirma.

Colocar a dinâmica da dívida em uma trajetória estrutural de declínio sustentado exigiria superávits fiscais primários estruturais recorrentes acima de 2% do **PIB**, mas "tal resultado é altamente improvável no curto prazo", afirma Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, em relatório. Segundo ele, a postura fiscal pró-cíclica "excessivamente expansionista" do governo está começando a gerar "desequilíbrios macroeconômicos", com pressões sobre **inflação**, taxas de juros, câmbio e ampliação da conta corrente.

O governo ainda pode colher os frutos de algum alívio nos preços dos ativos domésticos se tiver transparência e tenacidade para convencer os agentes econômicos de que a proposta para ampliação da isenção no IR é fiscalmente neutra, diz Leonardo Porto, economista-chefe do Citi Brasil.

Nesse cenário, Porto projeta que o câmbio pode apreciar de R\$ 6 por dólar no fim de 2024 para R\$ 5,7 até dezembro de 2025, e a **inflação** pode desacelerar um pouco, de 4,8% neste ano para 4,3% no próximo. Se, no entanto, o câmbio ficar ao redor de R\$ 6,05, a projeção para **inflação** em 2025 já migraria para 4,7% a 4,8%-e isso sem contar o efeito da desancoragem adicional das expectativas de **inflação**, observa Porto. "Se o câmbio ficar em R\$ 6,05, é porque o governo, provavelmente, não conseguiu mitigar parte do ruído promovido nas últimas semanas", afirma.

Em volume, a projeção do governo de uma economia de R\$ 70 bilhões com o pacote de ajuste fiscal

anunciado recentemente veio, em geral, em linha com o que o mercado esperava, mas o anúncio combinado da mudança no IR, ainda que o governo afirme ser fiscalmente neutro, gerou ruídos, segundo Porto.

"Parece que houve um problema de sinalização. Ancorou a expectativa em um nível e entregou algo diferente", afirma Porto. "Faltou, talvez, o governo mostrar os números para convencer as pessoas de que ele está certo. Não conhecemos ainda os detalhes da proposta", diz. "Ajudaria a aumentar a transparência e a probabilidade de acreditarem que é fiscalmente neutro."

Porto observa que, nas últimas quatro semanas, a projeção do mercado para a dívida líquida na pesquisa Focus, do Banco Central, subiu em cerca de dois pontos percentuais. A pesquisa também indica, segundo ele, que a piora foi derivada mais da alta do juro real do que da piora na previsão de resultado primário. "Se é juro, pode ser prêmio de risco. O investidor está mais incerto e pede mais prêmio. Isso tem a ver com incerteza", diz.

Na sua avaliação, os preços dos ativos brasileiros estão "desancorados" no momento e "fora dos fundamentos externos". "A boa notícia é que tem um caminho de espaço para melhorar", diz. "Credibilidade não é algo binário, ter ou não. É contínuo, você está sempre ganhando ou perdendo", afirma. "Mas é assimétrico, você perde muito mais rápido do que ganha. Tem de ter tenacidade."

"Credibilidade é algo assimétrico, perde mais rápido do que ganha" Leonardo Porto

Esta é a terceira de uma série de reportagens especiais a serem publicadas nesta semana sobre a questão fiscal no Brasil.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2&section=1>

# Câmara aprova PL da dívida dos Estados

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (10) projeto de lei do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com mecanismos para reduzir a dívida dos Estados com a União. O texto foi modificado e voltará para uma nova análise pelo Senado Federal.

A votação foi acompanhada pelos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

O deputado Kim Katagiri (União-SP) afirmou que seria um dos poucos a votar contra, por não concordar com o fato de as seguidas renegociações de dívidas terem sido fechadas sem que os Estados fizessem a sua parte. "Isso aqui é um incentivo para a irresponsabilidade fiscal dos Estados", criticou. "No primeiro relatório publicado, o impacto para a União é de R\$ 40 bilhões. Vai aumentar o dólar, vai aumentar a **inflação** e depois vão jogar a culpa no mercado."

Relator, o deputado doutor Luizinho Teixeira (PP-RJ) defendeu que a proposta garantirá a "sobrevida" de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul: "Os Estados poderão oferecer ativos que serão negociados com a União. Temos no Propag um caminho com maior liberdade que o regime de recuperação fiscal."

Para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), os Estados tornaram-se devedores por serem fortemente exportadores de produtos que ficaram desonerados, como commodities. "É um erro esse projeto ser aprovado aqui sem mexer no estoque da dívida. Vamos tirar dinheiro dos Estados para pagar uma dívida que, na minha opinião, é injusta", disse.

Com risco de não aprovar as leis orçamentárias neste ano e ficar sem regra para gastar, o governo Lula incluiu no projeto mecanismo para permitir o pagamento de despesas se a Lei Orçamentária Anual (LOA) não estiver aprovada e publicada até 1º de janeiro de cada ano.

Hoje, as regras para este tipo de situação são estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Neste ano, porém, há risco também de não aprovar a LDO a tempo - o texto deveria ter sido votado até julho pelo Congresso.

O projeto autoriza o Poder Executivo federal, estadual

e municipal a executar as programações constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para pagar despesas com obrigações constitucionais ou legais (como salários ou transferências obrigatórias), serviço da dívida e outros tipos de despesas autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) daquele ano.

A proposta estabelece ainda normas contábeis para a execução das despesas sem a sanção da lei orçamentária. A utilização de recursos neste caso será considerada como antecipação de créditos e a diferença entre os valores executados com base no projeto da lei orçamentária e na lei sancionada posteriormente serão ajustados.

A autorização para pagamento de despesas obrigatórias antes da sanção do Orçamento, segundo o projeto, não abrange gastos como criação de cargos, contratações de civis ou militares ou aumento de remuneração do funcionalismo, reestruturação de carreiras e outras vantagens pessoais. Nestes casos, a quitação ficará suspensa até a publicação da lei.

O texto surgiu como um "jabuti" dentro do projeto de renegociação da dívida dos Estados, em meio as preocupações de que o governo possa ficar sem autorização legal para executar suas despesas se o Congresso não aprovar a LDO e LOA de 2025. Esse risco surgiu diante de insatisfações dos parlamentares com o bloqueio e restrições à elaboração das emendas parlamentares ao Orçamento por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Câmara também aprovou projetos de um pacote de medidas para segurança pública sugeridos pela bancada da bala. Uma das propostas cria um cadastro nacional de monitoramento de facções criminosas, inclusive de milícias, com o objetivo de reunir dados e ajudar a combater grupos do crime organizado.

Os deputados também deram aval para uma proposta que determina que o motorista alcoolizado que causar um acidente deverá indenizar a vítima, não apenas pelos danos materiais, mas também os custos de saúde e outros gastos. O valor da indenização será determinado pelo juiz responsável pelo caso.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188065?page=2&section=1>

# China continuará sendo o motor da economia global, diz Xi

O líder chinês, Xi Jinping, prometeu que a segunda maior economia do mundo atingirá sua ambiciosa meta de crescimento do PIB de 5% este ano e continuará sendo o motor da expansão econômica global, adotando um tom otimista, apesar das dificuldades internas e do risco de uma nova guerra tarifária com os EUA.

Os comentários de Xi vieram no dia em que dados oficiais revelaram uma inesperada desaceleração nas exportações da China em novembro, para um crescimento de 6,7% em termos anuais, abaixo do salto de 12,7% de outubro. Mas os embarques para os EUA seguiram firmes, com um aumento de 8% ao ano, refletindo a antecipação de importações de empresas americanas antes das tarifas prometidas por Donald Trump.

As remessas para a Associação das Nações do Sudeste Asiático, o maior parceiro comercial da China, cresceram 14,9% ao ano em novembro, desacelerando ligeiramente em relação ao aumento de 15,8% em outubro. As exportações para a União Européia, o segundo maior parceiro comercial, também desaceleraram para 7,2% em novembro, de 12,7% de outubro.

Já as importações chinesas aceleraram o ritmo de queda, para 3,9% ao ano em novembro, segundo dados oficiais. Com isso, o superávit da China subiu para US\$ 97,44 bilhões em novembro, de US\$ 95,7 bilhões em outubro.

A queda mais profunda nas importações sinaliza a persistente fraqueza no consumo e na demanda doméstica. Pequim mirou nisso ao dizer que tomará medidas mais enérgicas para sustentar a economia, prometendo intensificar o estímulo "não convencional".

Na véspera, a liderança chinesa flexibilizou sua postura de política monetária pela primeira vez em 14 anos em uma tentativa de estimular o consumo e lidar com as pressões deflacionárias.

"A China tem total confiança em atingir a meta de crescimento econômico deste ano e continuar a desempenhar seu papel como o maior motor de crescimento econômico do mundo", disse Xi em uma reunião em Pequim se chefes de instituições multilaterais, incluindo a diretora-gerente do FMI,

Kristalina Georgieva, e o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga.

Sobre a relação com os EUA, Xi disse que Pequim está disposta a continuar as conversas com Washington e administrar as diferenças, na esperança que o lado americano encontre a China no meio do caminho. "Guerras tarifárias, guerras comerciais e guerras tecnológicas vão contra as tendências históricas e regras econômicas, e não têm vencedores", afirmou, acrescentando que "a China irá... salvar a soberania, segurança e interesses de desenvolvimento".

Apesar da desaceleração no comércio exterior em novembro, a consultoria Capital Economics espera que o boom de exportação da China continue graças aos ganhos de mercado e um yuan fraco. "No curto prazo, as ameaças tarifárias de [Donald] Trump [presidente eleito dos EUA] podem até estimular as exportações, à medida que as empresas americanas aumentam os pedidos em antecipação às tarifas", observou Zichun Huang, economista da empresa para a China, em nota para clientes.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188065?page=2&section=1>

# Mercado de capitais amplia oferta de crédito a empresas (Editorial)

A expansão do mercado de capitais neste ano abriu novas fontes de recursos para as empresas investirem ou renegociarem dívidas, oferecendo alternativas aos empréstimos tradicionais. Pelo menos 60% dos recursos captados para o caixa das empresas brasileiras entre maio e julho veio de emissões privadas, um recorde histórico. Do exigível financeiro, o mercado de capitais passou a representar 30%, frente a 16,2% em 2016.

Antes, as empresas dependiam fortemente dos empréstimos bancários, mas agora parte delas encontrou alternativas que, por enquanto, têm custo menor em um momento em que a taxa Selic aponta para cima. Apesar de não haver nenhuma nova operação de abertura de capital (IPO) há três anos, o mercado é receptivo a títulos de renda fixa privados.

As empresas levantaram R\$ 633,6 bilhões no mercado de capitais no ano até outubro, segundo a Anbima, recorde na comparação com anos anteriores completos. As debêntures representaram mais da metade, R\$ 381,4 bilhões. Os recursos se destinaram em partes quase iguais a: infraestrutura (25,4%), pagamento de dívidas (24,7%) e gestão (24,6%). Os fundos de investimento absorveram 48,1% dos papéis. "As empresas estão se valendo de um financiamento longo via mercado de capitais, mais barato que o bancário, no momento de um aperto monetário", disse Fernando Rocha, da JGP, ao Valor. A participação do mercado de capitais cresceu de 1,37% do **PIB** em janeiro para 3,47% em julho.

Os setores mais beneficiados pela oferta de recursos foram infraestrutura, agronegócio e a construção civil. Em geral dependente das fontes especiais, a infraestrutura é destaque no ano graças às debêntures incentivadas. Impulsionadas pela isenção de IR para pessoas físicas, as emissões desses papéis para infraestrutura somaram R\$ 96,1 bilhões até setembro, o triplo dos R\$ 30,7 bilhões alocados pelo BNDES para esses investimentos (Valor, 6/12). Incluindo outubro, o total emitido chega a R\$ 111,9 bilhões. No ano passado, o balanço já havia pendido para o mercado de capitais.

Do ponto de vista do balanço das empresas, dados do Centro de Estudos do Financiamento das Empresas Brasileiras (Cefeb-Fipe) mostram que o BNDES respondia por 17,5% da dívida financeira total das

empresas em 2016, fatia que neste ano caiu para 6,6%. O banco estatal deixou de ser a única fonte de financiamento de longo prazo para as empresas, embora seu papel siga muito relevante.

Apesar dos números promissores, há problemas. O mercado de capitais tem pontos frágeis, e um dos mais sérios é a volatilidade. Turbinada na virada do ano pela taxa dos fundos exclusivos ou restritos, e pela mudança de regras dos títulos isentos, que restringiram as emissões de Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio (LCIs e LCAs) e de Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRIs e CRAs), a demanda pelos títulos de crédito privado cresceu a ponto de provocar redução das taxas oferecidas.

Pesquisa do Banco ABC Brasil antecipa que os fundos de crédito privado devem ter fechado novembro com o primeiro saldo negativo em 18 meses, conforme amostra de 2.002 carteiras. A última vez em que houve captação negativa nesses fundos foi em maio de 2023, causada pela crise criada pela descoberta do rombo no balanço da Americanas e dos problemas da Light. O resultado acumulado do ano continua positivo, porém. Já os fundos de infraestrutura se mantêm no azul, com captação positiva.

Em consequência desse soluço da demanda, o ritmo nas emissões de debêntures também desacelerou. Desde o início de novembro, foram registradas na CVM ofertas de debêntures que somam mais de R\$ 24 bilhões. Parte delas foi concluída no mesmo mês, mas uma parcela será liquidada em dezembro. Enquanto o mercado busca um novo equilíbrio de preços, já se descarta o rali que costuma acontecer nesse período do ano, mas a expectativa é que o primeiro trimestre de 2025 será mais animado.

Apesar de comemorar seus recordes, o mercado de capitais brasileiro ainda está distante do patamar de outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, representa 80% do crédito. No Brasil, as novas concessões de crédito para empresas somaram R\$ 2,6 trilhões até outubro, de acordo com o relatório do Banco Central, quatro vezes mais do que o total levantado no mercado de capitais no mesmo período.

Um ponto fraco do mercado de capitais é sua vulnerabilidade às mudanças de regras, que ocorrem

com constância acima da desejável no país, com repercussões não só nos juros e câmbio. Assim como a demanda cresceu na virada do ano com as novas regras para os fundos fechados e para alguns títulos isentos de IR, ela pode diminuir caso as condições mudem em consequência da reforma do Imposto de Renda em estudo pelo governo.

Mesmo com problemas derivados do desequilíbrio macroeconômico, ficou provado que há espaço para as empresas terem acesso ao crédito fora do sistema bancário, como predominou no passado. Foi criado um caminho para empréstimos de longo prazo, no geral mais baratos, que antes eram um mercado exclusivo do BNDES.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188065?page=2&section=1)**

# Grandes bancos esperam aceleração adicional no ritmo de aperto da Selic

**Gabriel Roca De São Paulo**

Diante da rápida depreciação cambial dos últimos dias e da contínua piora nas expectativas de **inflação**, grandes instituições financeiras do Brasil esperam que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central acelere o ritmo de alta de juros hoje. Em revisões de cenário publicadas às vésperas da decisão, Itaú Unibanco, BTG Pactual e Banco do Brasil esperam que a autoridade monetária eleve a Selic em 1 ponto percentual, ao passo que Safra e Santander projetam aumento de 0,75 ponto. A exceção é o Bradesco, que projeta manutenção no ritmo de aperto em 0,5 ponto.

Para o Banco do Brasil, o câmbio em nível persistentemente mais depreciado representa um desafio adicional para a condução da política monetária, em um contexto de expectativas de **inflação** desancoradas e projeções acima da meta.

Desde a última decisão do Copom, o câmbio sofreu forte depreciação, passando de R\$ 5,67 para R\$ 6,04. Já a mediana das projeções para o IPCA de 2025 no Focus subiu de 4,03% para 4,59%, acima, portanto, do teto da meta.

"Julgamos que, neste contexto, faz-se necessária uma reação mais ativa da política monetária, que deve se traduzir numa aceleração do ritmo do aperto monetário.

Das duas alternativas mais prováveis de aumento do ritmo (1 ponto ou 0,75 ponto), avaliamos que a elevação em 1 ponto nas próximas duas reuniões seria a mais indicada, reforçando o compromisso do BC em buscar a convergência do IPCA à meta no horizonte relevante", afirmam os economistas do BB.

O BB também espera uma alta final de 0,5 ponto em março de 2025, com a Selic sendo mantida em 13,75% até o fim de 2025. O banco não descarta, no entanto, uma elevação de 0,75 ponto, "em especial se houver alguma dificuldade de encontrar consensos dentro do Copom", ponderam.

Em revisão de cenário publicada ontem, o BTG Pactual também passou a esperar uma elevação de 1 ponto na Selic. De acordo com os economistas Claudio Ferraz, Bruno Martins e Bruno Balassiano, a

deterioração nas projeções de **inflação** revelada no Focus, inclusive para horizontes de prazo mais longo, reforça a necessidade de um aperto mais intenso na Selic.

"A forte deterioração das expectativas, que se estende além do horizonte relevante da política monetária, sinaliza uma perda significativa de credibilidade no regime de metas de **inflação**.

Além disso, nas condições atuais, percebemos riscos evidentes de maior desancoragem à frente.

Considerando o cenário de atividade econômica resiliente, a deterioração da **inflação** que prevemos para 2025 e 2026 e a desancoragem mais significativa das expectativas de **inflação** na margem, reavaliamos nossas expectativas para a reunião do Copom de dezembro", afirmam.

O BTG também passou a esperar uma Selic mais alta ao fim do ciclo, alcançando os 14,5% em junho de 2025 e permanecendo nesse patamar até o fim do ano.

Outra grande instituição que revisitou sua projeção nesta semana foi o Itaú Unibanco. Citando a depreciação cambial, a alta das expectativas de **inflação** e a atividade econômica resiliente, o banco passou a esperar uma alta de 1 ponto na reunião do Copom de hoje.

"A taxa de câmbio, variável relevante para as perspectivas de **inflação**, chegou à sua máxima histórica, acumulando depreciação intensa (e bastante descolada das moedas de mercados emergentes).

As expectativas de **inflação** tiveram alta acentuada, seja nas métricas implícitas em preços de ativos, seja na pesquisa Focus, onde as medianas das projeções para 2025 e 2026 tiveram saltos comparáveis a poucos episódios do passado, inclusive na data crítica utilizada como referência para a decisão desta semana. Esse cenário preocupante requer uma postura mais vigorosa por parte da autoridade", concluem.

O Itaú ainda espera que o Copom sinalize que antevê uma alta na mesma magnitude na reunião seguinte, no início de 2025. Ainda que os economistas do banco

não façam uma projeção para a Selic ao fim do ciclo, ressaltam que a taxa deve ficar acima da atualmente projetada pelo banco, de 13,5%.

O mercado de opções digitais, no fechamento de ontem, já apontava uma chance maior de aperto mais agressivo pelo Copom, com 61% de possibilidade de um aumento de 1 ponto contra 30% de chance de uma alta de 0,75 ponto.

O cenário de alta de 0,75 ponto - que era o consenso das estimativas do mercado na pesquisa divulgada pelo Valor na segunda-feira, ainda é defendido por bancos importantes, como Safra e Santander.

"Essa decisão reflete, dentre outros fatores, a deterioração do cenário e das projeções da autoridade monetária desde a última reunião", aponta a equipe de economistas do Safra, liderada pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy.

É o mesmo cenário-base do Santander que, no entanto, vê riscos de um "tratamento de choque" na política monetária. "A política fiscal é "ativa" na fixação de preços, tornando a convergência para a meta ainda mais desafiadora", afirma o economista Marco Antonio Caruso. No entanto, para ele, comentários recentes do futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, indicam um ritmo um pouco menos acelerado para a trajetória da Selic.

O Bradesco é o único dos grandes bancos que espera a manutenção do ritmo de aperto em 0,5 ponto. Para o economista- chefe da instituição, Fernando Honorato, uma aceleração do ritmo não resolverá os problemas enfrentados pela economia.

"A essa altura, não há nada que o BC possa fazer para impedir que a **inflação** dos próximos meses seja pressionada pelo repasse do câmbio, pela elevação dos preços de proteínas e pela deterioração das expectativas", afirma.

"Essas, por sua vez, devem seguir ainda mais desancoradas com as incertezas fiscais - que levarão alguns meses para serem dirimidas, a depender da intensidade dos ajustes do pente-fino e das eventuais modulações no Congresso da agenda de gastos ou do IRPF. Adicionalmente, não haverá ajustes nas expectativas enquanto não houver melhora na **inflação** corrente.

As expectativas de até um ano à frente são bastante influenciadas pelos dados correntes, e não há perspectiva de melhora no curto prazo", aponta a equipe de economia do Bradesco.

O banco nota que, sem apoio da política fiscal, as

altas de juros recentes não têm contribuído para a apreciação do câmbio. Assim, um eventual choque de juros apenas ampliará a volatilidade do crescimento econômico.

"Os eventos que ocorreram desde o último Copom são alheios à política monetária e, a essa altura, acelerar o passo pode agravar o equilíbrio de riscos na economia, sem que haja ganhos substanciais para a **inflação**, vis-à-vis a estratégia alternativa. A serenidade, a persistência e a convergência gradual, ao ritmo de 0,5 ponto, ainda parecem a melhor escolha para lidar com o momento peculiar e com a incerteza que vivemos", afirma Honorato.

"Não há nada que o BC possa fazer para impedir que a **inflação** dos próximos meses seja pressionada" Fernando Honorato

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188065>

# Alckmin assume agenda; Haddad e Rui negociam com Congresso

**KAROLINI BANDEIRA, SERGIO ROXO, JENIFFER GULARTE E CAMILA TURTELLI política "oglobo.com. br BRASÍLIA**

Com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva internado até pelo menos a semana que vem, o governo se organiza para tentar não parar em um momento crucial do ano. O afastamento do petista se dá em meio a uma crise com o Congresso e tratativas para uma reformulação em parte da equipe de ministros, tendo em vista a costura de alianças para 2026.

Médicos do presidente descartaram ontem a necessidade de um afastamento formal da função, mas recomendaram que ele descanse no período e a ordem entre os ministros é para que não o incomodem com problemas enquanto ele estiver internado.

A ida de Lula para o hospital, na noite de segunda-feira, se deu logo após ele participar de uma reunião com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Na ocasião, eles discutiam uma saída para o impasse envolvendo o pagamento de emendas, que travou a votação do pacote de ajuste fiscal do governo.

A ideia no governo é que os ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Fernando Haddad, da Fazenda, assumam as negociações com os congressistas enquanto Lula estiver fora. Foi Costa, por exemplo, quem deu sequência à conversa na reunião de segunda após o presidente precisar se ausentar. Já Haddad se reuniu na noite do mesmo dia com líderes do Senado na residência oficial de Pacheco para tentar destravar o pacote de ajuste fiscal.

Haddad também assina a portaria editada ontem que libera o pagamento de emendas parlamentares bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma das medidas negociadas com Lira e Pacheco. O texto exige a apresentação de plano de trabalho, com identificação detalhada de ação orçamentária para as emendas Pix e pede que sejam identificados os padrinhos nos restos a pagar do extinto orçamento secreto e nas emendas de comissão.

A avaliação dentro do governo é que Lula tem dado cada vez mais funções a Haddad como uma forma de preparar o ministro da Fazenda para ser seu sucessor. O PT, contudo, não trabalha com um "plano B" caso o

atual presidente não concorra à reeleição em 2026.

No mês passado, por exemplo, Haddad foi escalado por Lula para aparecer em rede nacional e explicar o pacote de ajuste fiscal do governo e anunciar o aumento da isenção de Imposto de Renda para quem ganhar até R\$ 5 mil. Em geral, a tarefa de explicar temas importantes à população em cadeia de rádio e televisão cabe ao presidente. O pronunciamento teve ares de propaganda eleitoral, com números positivos da economia saltando na tela, imagens de Lula com líderes do G20, cenas de obras e de famílias felizes com panelas cheias.

Ao completar 79 anos em outubro, Lula se tornou o mais longo político a ocupar a Presidência e teria 81 no caso de ser reempossado. O processo de renovação do partido, que ocorrerá com as discussões da sucessão do PT no primeiro semestre de 2025, não inclui a possibilidade de uma alternativa ao presidente.

Em entrevista ao GLOBO publicada na segunda-feira, a presidente do partido, Gleisi Hoffmann (PR), refutou comparações de Lula com o presidente americano Joe Biden, que abriu mão de concorrer após uma série de críticas em razão da idade avançada.

Embora os ministros assumam a articulação política enquanto Lula estiver fora, interlocutores do presidente afirmaram, por outro lado, que as discussões sobre uma **reforma ministerial** só devem ser retomadas após o retorno do presidente. Como mostrou o GLOBO, ainda não está definida qual solução o presidente dará para a comunicação, na qual o petista já anunciou que fará "correções necessárias".

## GAFE EM EVENTO

Com a ausência de Lula em Brasília, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, assumiu compromissos previstos ontem. Ele retornou às pressas de São Paulo para participar da recepção ao primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, em visita oficial ao país. No encontro, Alckmin acabou cometendo uma gafe e chamou a Eslováquia de Iugoslávia.

Outros compromissos anteriormente previstos para Lula foram adiados. O presidente tinha na agenda a entrega do Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização, com o ministro da Educação, Camilo

Santana, na quarta-feira. O evento agora deve ocorrer apenas na semana que vem.

Amanhã, Lula participaria da reunião de fim de ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável -conhecido como "Conselhão". Ainda não há nova data para a reunião.

A Constituição define em quais situações o presidente deve transferir o exercício do cargo ao vice. Um dos casos previstos são viagens ao exterior. A legislação, porém, não é clara a respeito de afastamento por saúde, apenas diz que, "no caso de impedimento" do titular, o vice assumirá a função.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Problema do governo não está na comunicação

Sempre que o governo reconhece que tem um problema de comunicação, ele tem um problema, mas não é de comunicação. O velho Chacrinha dizia que "quem não se comunica se trumbica". Certo, mas quem se trumbica não se comunica, e é esse o problema.

A ekipekonômica e o Planalto fizeram um pacote mal-ajambrado, tentando embrulhar uma vassoura, bananas e uma gaiola, o dólar passou os R\$ 6, e o problema estaria na comunicação.

Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secom, não é nenhum Washington Olivetto, mas não é dele a responsabilidade pela encrenca. Indo aos fatos.

A ekipekonômika começou a divulgar o pacote plantando notícias de uma tunga sobre o salário-desemprego dos trabalhadores demitidos sem justa causa. Começaram a soprar essa tunga sem ao menos conversar com o ministro do Trabalho, coisa de onipotentes mal-educados.

Quando chegou a hora de divulgar as medidas, Lula jogou o ministro Fernando Haddad na frigideira. Uma semana antes, o presidente foi com gosto para a ribalta, propondo uma aliança mundial contra a fome. Palavras bonitas, que não produzem um só sanduíche de mortadela.

Se Lula tivesse ido para a ribalta expondo um dos aspectos essenciais do pacote, o dólar poderia ter batido a marca dos R\$ 6, mas seus críticos revelariam o real motivo da zanga. O governo quer isentar quem ganha até R\$ 5 mil do pagamento de Imposto de Renda. Para compensar a perda de arrecadação, taxaria em no mínimo 10% as rendas superiores a R\$ 600 mil. Essa mordida pegaria sobretudo quem ganha milhões no rentismo e, em alguns casos, paga mixarias de **impostos**. Lula poupou sua retórica e terceirizou a tarefa para o dialeto semimercadista de Haddad. Deu errado, e a Secom nada teve a ver com isso.

Prova de que o governo está trumbicado está no fato de, com a alta do dólar, o Planalto ter posto na mesa a velha carta da **reforma ministerial**. Ela costuma aparecer na época das festas natalinas. Estimula ambições, assusta ministros e acaba em mais do mesmo.

Lula 3.0 tem boas marcas de desempenho. Desemprego e pobreza derrubados a índices inéditos não são pouca coisa. O Programa Pé-de-Meia, do Ministério da Educação, estancará a evasão de jovens do andar de baixo, que desistem do ensino médio.

Trumbicado, o PT insiste na patranha dos bodes expiatórios. Paulo Pimenta seria o bode da casa, mas Roberto Campos Neto é o culpado de sempre. O Diretório Nacional do partido chamou-o de "serviçal do mercado financeiro". Ele pode até achar que isso é um elogio, mas as altas dos juros foram decididas pelo voto unânime do Copom, onde tem assento Gabriel Galípolo, futuro presidente do Banco Central. Será divertido ver a reação do PT no ano que vem, quando os juros subirem com Campos Neto na praia.

O governo não se trumbica por falta de comunicação, mas por crise de identidade, e isso não há Olivetto que resolva. Só a falta de identidade explica que uma ekipekonômika ensaie tungar o salário-desemprego para cortar despesas enquanto finge que não vê os ministros que complementam seus salários com assentos em conselhos. Essa seria uma economia de grampos, mas revela a identidade dos adoradores de boquinhas.

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/elio-gaspari/coluna/2024/12/problema-do-governo-nao-esta-na-comunicacao.ghtml>